INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 16 – Nº 4 – 15 DE ABRIL DE 1996 – R$ 6,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



O futuro do mercado de carnes

Papel e celulose: é possível produzir sem devastar

Entrevista com o presidente da Abimaq

ISSN 0100-4298

FUNDAÇÃO Getulio Vargas
IBRE



ISCA FORMICIDA MIREX S®

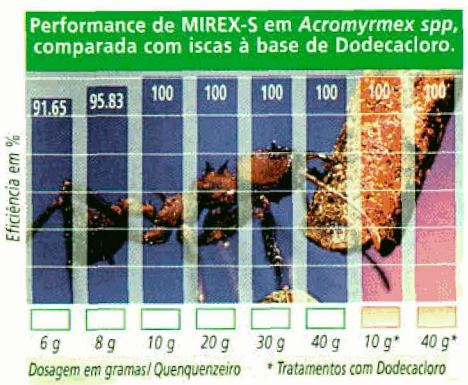


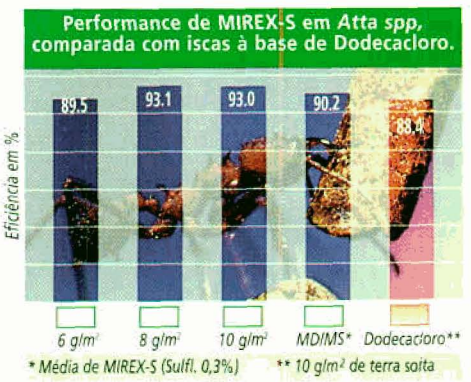


A SUPERISCA

VOCÊ USA MENOS, VOCÊ CONTROLA MAIS.

MIREX-S É A ÚNICA ISCA FORMICIDA COM SULFLURAMIDA. É A FORMA MAIS EFICAZ E ATUAL PARA O CONTROLE DAS FORMIGAS CORTADEIRAS. EXIGE MENOR DOSE DE PRODUTO POR APLICAÇÃO E ACABA COM O PREJUÍZO CAUSADO PELAS FORMIGAS EM POUCOS DIAS. É POUCO TÓXICA E DEGRADA-SE NO SOLO EM ATÉ 180 DIAS. COM MIREX-S VOCÊ TEM SEGURANÇA DE CONTROLE E ECONOMIZA PRODUTO E MÃO-DE-OBRA, COM MAIOR PROTEÇÃO AO HOMEM E AO MEIO AMBIENTE.





ATENÇÃO
Este produto pode ser perigoso à saúde do homem, animais e ao meio-ambiente.
Leia atentamente o rótulo e a bula.
Siga as instruções de uso.
Utilize sempre os equipamentos de proteção.
VENDA SOB RECEITUÁRIO AGRONÔMICO
ATTA-KILL

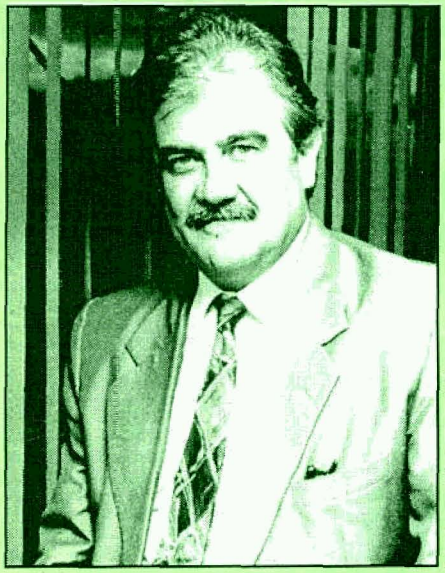
ATTA-KILL
Ind. e Com. de Defensivos Agrícolas Ltda.

FERTIBRÁS.
(011) 705 8500

agroceres.
(011) 264 5189

TEMPO DE PARCERIA

Máquinas: aliadas na busca da produtividade



Sérgio Magalhães

Engenheiro mecânico com pós-graduação em administração pela Fundação Getulio Vargas, Sérgio Magalhães foi professor por muito tempo no Mackenzie, onde fez também o curso de administração. Dono de uma indústria de máquinas para cerâmica, ao assumir a presidência da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq/Sindimaq), em 1992, Magalhães foi apresentado ao setor agrícola e não nega que o tema passou a interessá-lo, e muito. "O associado do setor de máquinas agrícolas sabe fazer pressão e sabe que não há muito tempo para resolver os problemas. Temos que resolvê-los a toque de caixa, até pelo dinamismo do setor", afirma.

Casado, pai de quatro filhas, Magalhães aprendeu à frente da Abimaq que se o setor agrícola vai mal outros setores são diretamente atingidos. "Na semana passada estive conversando com a direção da Associação Brasileira das Indústrias de Fundição, e eles estão muito preocupados, porque o setor agrícola foi mal em 1995 e isso repercutiu negativamente sobre o de fundição. Queriam saber quais as perspectivas para a agricultura este ano", conta Sérgio. "Isso mostra o quanto a agricultura é importante e o quanto atinge outros setores da economia", enfatiza.

Membro do Conselho Consultivo do Agrishow, a maior feira dinâmica do país, a ser realizada, em sua terceira edição, de 29 de abril a 4 de maio próximos, Magalhães está entusiasmado com a organização da feira e acredita que o arco agrícola que se uniu para coordenar o evento poderá também continuar se reunindo para elaborar uma política agrícola consistente. "Não se pode esperar que o governo dê solução para os problemas. Nós é que temos que apresentar uma proposta", diz ele.

Em entrevista à Agroanalysis, *Magalhães falou sobre o setor de máquinas agrícolas, sobre a colaboração que este vem dando à agricultura na busca da eficiência e da produtividade e sobre globalização, com seus vários efeitos sobre a indústria brasileira. Para ele, há competitividade nos preços e em tecnologia, e faltam condições de disputar o mercado em igualdade com os fabricantes estrangeiros.*

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

■ *Quando se fala em equipamentos agrícolas, lembra-se quase sempre de tratores. Qual o universo que a Abimaq engloba?*

— A Abimaq é a entidade que representa o setor de bens de capital. Máquinas e equipamentos. Temos 26 subsetores, entre eles máquinas agrícolas, máquinas para plásticos, construção, madeira, válvulas industriais, bombas, para saneamento ambiental etc. Um universo de cerca de 3 a 4 mil empresas, que produzem US$17 bilhões, empregando 210 mil trabalhadores e exportando US$3.250 bilhões. Na área de máquinas agrícolas, temos aproximadamente 300 a 400 fabricantes no Brasil, dos quais 170 são nossos associados. Eles produzem equipamentos para preparo do solo, grades, arados, equipamentos de plantio, plantadoras, equipamentos de pulverização, de colheita. Grande parte desses equipamentos, mais conhecidos como implementos agrícolas, é puxada por tratores. As máquinas para colher cana-de-açúcar também estão na Abimaq, assim como as máquinas para corte de milho. Ambas cortam, recolhem o produto e o colocam no caminhão. Temos na verdade alguns fabricantes de tratores como associados. Mas a divisão formal seria entre as máquinas motorizadas, as chamadas de autopropelidas, mais concentradas na Anfavea, e os equipamentos, implementos como arados, semeadoras, grades etc., na Abimaq. Essa divisão, no entanto, é mais teórica.

■ *A crise de liquidez do setor agrícola no ano passado afetou o setor?*

— Muito. Houve uma queda de 54% no faturamento, emprego e produção no ano passado. Foi um ano dramático. E por vários motivos. Houve uma queda muito grande na renda do produtor. O preço agrícola nunca esteve tão baixo co-

mo no ano passado. O saco de milho de 60kg chegou a menos de R$5. Para se ter uma idéia do que isso significa, é só lembrar que, para comprar uma pizza de R$10, o produtor precisaria de 120kg de milho ou mais. É um absurdo. Uma saca de 60kg não dá para comprar três Coca-Colas de dois litros. Chega a ser surreal. A estimativa que temos é que no ano passado o agricultor transferiu para o consumidor US$10 bilhões. O consumidor comprou muito frango, muito porco, alimentos em geral, a um preço muito baixo e de um agricultor que não tinha renda nenhuma. Em parte por causa dos baixos preços internacionais do ano passado. No momento em que o Brasil é um país aberto, os preços industriais e os preços agrícolas são comandados de fora. Se o produtor daqui sobe o preço que no exterior está mais barato, compra-se lá. Hoje há um preço internacional regendo o nosso preço.

Outro problema foi a TR sobre os financiamentos. O juro cobrado em cima do produtor foi algo irreal. Se imaginarmos que o preço do produto caiu cerca de 30% e o governo cobrou 60% ao ano do produtor, de acordo com a TR, mais os juros, é impagável. O agricultor estava em seu pleno direito de gritar e não querer pagar, e forçar para reverter a situação. Já tínhamos feito isso há cerca de dois anos em relação aos financiamentos de máquinas. Cansamos de dizer que a utilização da TR era um absurdo, que quem comprasse uma máquina com financiamento baseado na TR não teria condições de pagá-la. Agora conseguimos introduzir a TJLP. Sem falar na questão do câmbio. No final, houve até um quarto fator, o psicológico, que afetou todo o mercado, porque até mesmo o produtor que não devia nada, ficou observando para ver o que iria acontecer. O resultado é que não se vendeu nada de tratores, máquinas etc. O governo nunca se apercebeu de que na agricultura os prazos são fatais. Se alguém precisa de uma máquina para colher a safra, tem que ser na época certa. Se o dinheiro ou o financiamento vierem depois, não adianta. Todos esses fatores fizeram com que o setor deixasse de investir. O que para nós foi uma calamidade. Mas foi principalmente uma calamidade para o Brasil. O país está aberto. Nós precisamos ser cada vez mais produtivos, concorrendo com outros países, e isso passa por melhorar a produtividade e pelo aumento nos investimentos agrícolas.

■ *Quais as perspectivas para 1996?*

— Eu sou otimista. Acho que o ano vai ser bem melhor para o setor de máquinas agrícolas. Os preços agrícolas internacionais estão subindo muito. O Brasil está sendo obrigado a comprar trigo no mercado internacional e fez o produto subir uma barbaridade. O milho já subiu e acho que deverá subir 30% em comparação com o ano passado. Na soja, a tendência também é de alta. A China está comprando soja e outros grãos, o que vem desequilibrando o mercado e aumentando os preços. A agricultura este ano não vai mais ser a âncora verde do Plano Real. Felizmente para o agricultor, infelizmente para o governo. Seguramente não vamos ter frango no preço praticado no ano passado. Com o agricultor mais capitalizado, com seus problemas de financiamento equacionados, acredito que o setor de máquinas agrícolas vai ter um ano melhor.

Uma pizza de R$10 custaria ao produtor 120kg de milho ou mais. Uma saca de 60kg não dá para comprar três Coca-Colas de dois litros. Chega a ser surreal.

■ *Em um momento em que a agricultura está sendo obrigada a buscar a eficiência e a produtividade, como o setor de máquinas contribuiu para os avanços nos últimos anos?*

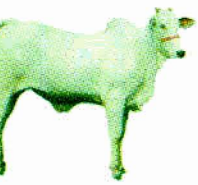
— O setor de máquinas e implementos está hoje no mesmo nível dos países com os quais nós concorremos, como a França, os EUA. Cada país tem suas peculiaridades em termos de equipamentos. Estamos agora introduzindo o uso da eletrônica nos equipamentos. Eu diria mesmo que temos máquinas tão sofisticadas quanto os outros países. Temos máquinas muito avançadas para colocação de sementes no solo, preparo do solo, colheita. Os equipamentos diferem um pouco dos importados, porque nosso solo exige maquinário às vezes mais rústico. No solo europeu, que vem sendo cultivado há séculos, não existem mais pedra, tocos etc. Temos solos irregulares, muito diferentes, dependendo da localidade. A mão-de-obra também nem sempre está preparada para lidar com esses equipamentos. Temos atuado amplamente para habilitar o trabalhador a usar as máquinas, principalmente através do Senar, com que realizamos um bom trabalho conjunto.

■ *O senhor poderia dar alguns exemplos de equipamentos que tenham colaborado na produtividade recentemente registrada na agricultura? Máquinas que têm sido decisivas para reduzir custos, por exemplo.*

— As máquinas que colocam sementes no chão, altamente eficientes, plantam desde uma semente muito pequena a um grão de milho, na mesma quantidade, na mesma distância e profundidade. Se a regulagem da máquina está correta, a economia do produtor é de 30 a 35% em sementes em relação ao plantio manual. É uma máquina introduzida há cinco ou seis anos, que utiliza sistema de vácuo, uma patente francesa. Há vários fabricantes produzindo essa máquina, que pode ser regulada exatamente de acordo com as necessidades do produtor. As máquinas de pulverização atualmente utilizam sensores e só atingem o local onde está a planta, o que significa economia para o agricultor. Na verdade hoje temos uma indústria de máquinas agrícolas produzindo tudo o que se produz fora. A diferença é a sofisticação do produto. Em função da maior renda do produtor, os governos de outros países subsidiam sua produção, o que não existe aqui. A diferença estaria mais nas condições de uso do produto. Nos outros países, são comuns cabines de máquinas e tratores com ar condicionado, rádio etc. Para chegar a esse estágio, seria preciso que nosso produtor estivesse mais capitalizado.



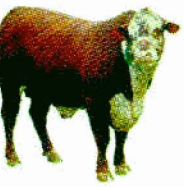
A Indústria da Carne



Nunca se consumiu tanta carne no Brasil. E poucas vezes a indústria da carne esteve tão confusa sobre o seu futuro.

Os produtores de carne bovina têm um mercado estável. Mas encontram pela frente a concorrência do frango, o problema da aftosa e a necessidade de uma profunda reengenharia.

A indústria do frango nunca produziu tanto e nunca vendeu tanto. Mas a oferta ultrapassou a procura e os produtores reclamam da margem de lucro.



Os suinocultores se deparam com um consumo estável há vários anos e com um desafio para aumentá-lo.

O Centro de Informações da Gazeta Mercantil está concluindo um minucioso estudo sobre a situação do setor. Este estudo, o **Panorama Setorial** da "Indústria da Carne", contém detalhadas informações sobre:



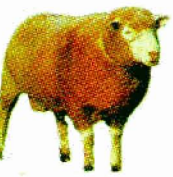
- **A estrutura da indústria**
- **Produção**
- **Consumo**
- **Rações/farelo de soja/milho**
- **Problemas sanitários**
- **Pecuária**
- **Suinocultura**
- **Avicultura**
- **Frigoríficos**
- **Carne industrializada**
- **Rede de distribuição**
- **Couro/sebos/gorduras**
- **Ovinos/caprinos**
- **Mercado externo**
- **Mercosul**



O **Panorama** traça um perfil dos principais grupos do setor e mede o desempenho das empresas com rankings de faturamento, patrimônio e lucro.

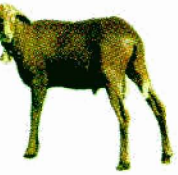


O **Panorama Setorial** é atualizado mensalmente com as informações relevantes da indústria, selecionadas, preparadas, resumidas e organizadas pelo Centro de Informações. Esta compilação, a Resenha Mensal da "Indústria da Carne", é fácil de consultar e de arquivar.



Preços

Panorama Setorial: R$ 600,00
Resenha Mensal (assinatura anual 12 exemplares): R$ 600,00
Panorama mais Resenha (12 exemplares): R$ 900,00



GAZETA MERCANTIL

Resenha Mensal *Panorama Setorial*

0800-133515 - Ligação gratuita



■ *Qual o impacto da abertura de mercado sobre o setor?*

— O grande problema da abertura econômica sobre o setor agrícola é que não se deu tempo nem condições de igualdade para que o setor se preparasse. A abertura era inevitável, não há dúvida. A questão é que temos que competir com um país como a França, que subsidia fortemente sua agricultura, onde a carga de impostos é pequena e a facilidade para financiamento de máquinas e equipamentos é grande. Competimos com países que têm uma política agrícola muito bem-definida. Aqui não só não temos subsídio, como a política de preços mínimos não funciona, não há política de produção ou apoio e os juros são absurdos. E temos ainda uma carga tributária altíssima, quando lá fora não se tributam máquinas. Só os impostos representam 30% do custo das máquinas no Brasil. Quem investe está sendo penalizado.

Sobre o setor de máquinas em geral, não só no setor agrícola, o impacto foi forte. Isso pode ser sentido no nível de importações. Sempre importamos e exportamos números praticamente iguais. Há 10 anos isso girava em torno de US$1 bilhão. Há três anos as exportações cresceram algo como 40%, e as importações, 125%. No ano passado, foram US$6,16 bilhões só de importações, enquanto as exportações foram de US$3 bilhões. E não se trata da qualidade do produto. O problema são os juros e a falta de financiamento no país. No setor agrícola trabalhamos com os financiamentos do Finame Rural, do BNDES, que cobra hoje TJLP, 17,7%, mais 8%. Isso dá 25% ao ano. Fora do Brasil se compra uma máquina com juros de 4 a 4,76% ao ano. O fabricante oferece financiamento. A Espanha está oferecendo máquinas operatrizes com juros de 4% ao ano, cinco anos para pagar e dois de carência.

Aqui, até conseguir o financiamento está difícil, porque o sistema bancário atualmente está muito restritivo. Entre janeiro e dezembro de 1994, o Finame agrícola financiou aos agricultores US$970 milhões. No mesmo período de 1995, US$422 milhões. Uma queda de 56%. E este ano foi pior ainda; só agora a situação está começando a se normalizar. O BNDES teve aumento de 2 para 3% no *spread* sobre os financiamentos — um *spread* alto — o que talvez incentive o banco a financiar mais. Além disso, a securitização das dívidas agrícolas normalizou a situação dos agricultores junto aos bancos.

É a falta de uma política agrícola que nos preocupa. Quem compra uma máquina, compra olhando para o futuro. E hoje não temos nada sinalizando que a atividade agrícola vá ser no futuro uma atividade que remunere bem.

Há expectativa de melhores preços para este ano. A tendência é que os bancos soltem mais financiamentos. Mas nossa preocupação vai um pouco além de ter ou não crédito. É a falta de uma política agrícola que nos preocupa. Quem compra uma máquina, sempre visa um futuro mais distante. Essa é a lógica da compra de um bem de produção. Hoje, não temos sinal nenhum de que a atividade agrícola venha a remunerar bem no futuro. Entendo que não podemos esperar do governo que baixe uma política agrícola. Acho que é função nossa, de quem está no setor, montar essa política e levá-la ao governo. Quem fez isso, está levando vantagem. O setor automotivo levou propostas, foram aceitas. Temos que fazer o mesmo. Este ano estamos nos empenhando nisso, todos os setores, em buscar horizontes para o setor, um cenário sobre o qual trabalhar. A montagem do Agrishow deste ano mostra que o setor está se entendendo, todo o arco agrícola. Prefeituras, secretarias da Agricultura, todos os setores ligados à agricultura, a Sociedade Rural Brasileira, todos sentando e conversando. Terminada a montagem da feira, que será no final de abril, vamos preparar um esboço e uma proposta sólida de política agrícola.

■ *Quais seriam os pontos mais importantes dessa política agrícola?*

— Os problemas de financiamento, de preço mínimo, de apoio ao agricultor. E a reforma tributária. Não só para a agricultura, mas para o Brasil. Vejo agora maior consciência desse problema. Muitos governos estaduais estão tirando ou diminuindo a tributação sobre alimentos básicos. Mas sabemos que não podemos esperar pelo governo: o governo já tem problemas demais para resolver.

■ *O baixo nível de mecanização da agricultura brasileira é conseqüência dessa falta de política agrícola? Não se trata de desconhecimento por parte do produtor?*

— Não. O produtor sabe do que precisa. O problema é esse vaivém da renda agrícola, as crises, a falta de perspectivas. Para que alguém se modernize, precisa ter lucro. É a condição básica. Para que o produtor invista, ele precisa ter horizonte. Esses últimos anos foram trágicos para a agricultura, cheios de indefinição e incertezas. Nenhuma política ou apoio. Se um ano foi bom porque o preço foi bom, no outro o preço não existia. Pacotes econômicos inverteram as regras abruptamente. Tudo levou a que o agricultor deixasse de investir.

■ *O plantio direto é uma técnica disseminada graças à adequação de equipamentos. Como o setor acompanha o desenvolvimento dessas novas tecnologias? Existem institutos de pesquisa trabalhando em conjunto com o setor?*

— O trabalho de pesquisa parte do próprio fabricante. Em primeiro lugar, visitamos anualmente todas as feiras internacionais para ver o que há de novo. Todos os fabricantes têm departamentos de pesquisa constantemente desenvolvendo produtos. É uma questão de sobrevivência. Porque o setor consegue vender máquinas em duas circunstâncias: para quem ainda não tem uma máquina ou para quem já tem e procura um equipamento mais eficiente para substituir o antigo. Esse trabalho é feito continuamente e as inovações são oferecidas ao produtor. O setor de máquinas é muito dinâmico. Temos que estar sempre mudando, buscando eficiência, mudando os processos produtivos. Hoje produzimos com técnicas gerenciais como *just-in-time*,

células de produção; nossos produtos têm em geral a ISO 9000, e a computação na linha de produção está sendo utilizada sem maiores traumas. É um setor que vive em constante aperfeiçoamento de seus processos e produtos.

■ *Nesse aspecto de mudança dos padrões produtivos, busca de novos mercados, a abertura econômica teve alguma influência?*

— Teve muita influência. No aspecto administrativo, enquanto o Brasil era um país fechado, tínhamos que concorrer com outro fabricante que estava aqui dentro, trabalhando com regras parecidas. A preocupação com o custo da mão-de-obra, por exemplo, não era tão grande. Na hora em que o país abre sua economia, e que se tem que concorrer com empresas estrangeiras que contam com vantagens — porque nós temos o custo Brasil e eles não —, precisamos de um esforço muito grande de racionalização. Estamos cortando níveis hierárquicos, procurando mostrar aos trabalhadores a necessidade de alta produtividade... Claro que isso tudo está contribuindo para uma diminuição no nível de emprego. Nosso volume de produção caiu muito. A ociosidade hoje é grande, em termos de máquinas em geral; o setor produziu US$25 bilhões em 1980, e nos últimos anos nossa produção veio diminuindo. Em 1991, foram US$16 bilhões; em 1992, produzimos US$14 bilhões; em 1993, US$13 bilhões. Nos últimos dois anos conseguimos recuperar um pouco. No ano passado, foram US$16,7 bilhões. Na área de máquinas agrícolas o movimento de queda foi semelhante. E em termos de investimentos, os anos recentes foram um desastre para o Brasil. Investimos muito pouco, por falta de horizontes, juros altos etc.

■ *E nos preços dos produtos, houve queda com a abertura? Há diferenças acentuadas de preços entre o produto nacional e o importado?*

— Nossos preços são muito competitivos. Nossos implementos são até mais baratos do que os encontrados no exterior. Estamos mesmo exportando arados, grades etc., porque nossa produtividade é muito alta. Mesmo com o baixo imposto de importação, 2%, não entrou praticamente nada no setor agrícola. E nosso solo tem particularidades a que nem sempre o produto importado pode atender. Houve áreas específicas, como a de equipamentos para corte de cana, por exemplo, em que tivemos problemas. Os fabricantes nacionais no ano passado não venderam praticamente nada, apesar das nossas máquinas serem mais baratas do que as importadas. O problema foram os financiamentos. Os fabricantes estrangeiros oferecem financiamento com 10 anos para pagar e juros de 2 a 3%. Não é possível concorrer.

Temos que apresentar uma proposta de política agrícola.

■ *E os acordos do Mercosul, foram positivos para o setor?*

— Para nós o Mercosul foi muito positivo. Passamos de US$100 milhões para US$800 milhões em vendas, nos últimos anos. Estamos exportando muito, principalmente para a Argentina, que teve seu parque industrial sucateado pelo Plano Cavallo, o que nos assusta um pouco, aliás.

■ *E o Agrishow deste ano? Como está sendo planejado? Há mudanças em relação ao ano passado?*

— Financeiramente, no ano passado a feira apresentou falhas, embora tenha sido um sucesso em termos de público e vendas. Nosso setor participa de feiras todos os anos e fazemos 16 a 17 feiras a cada dois anos, temos experiência nisso. O Agrishow tem sido um sucesso desde sua primeira edição. Inicialmente era realizado pela Abag (Associação Brasileira de Agribusiness). No ano passado, o planejamento da feira foi muito solto; realmente não nos preocupamos em fazer um trabalho muito bem-estruturado do ponto de vista financeiro. Então ocorreu um rombo, não houve controle de receita e despesa. Foram 60 mil visitantes, 130 expositores, a parte dinâmica teve grande sucesso e competência, mas houve um prejuízo de US$1,5 milhão.

Este ano estamos organizando a feira com um controle rígido de cronograma, receitas e despesas. Teremos um número grande de expositores, deverão ser cerca de 180, e esperamos 80 mil visitantes. O presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu abrir a feira. E vamos ter uma inovação: teremos uma área para teste *drive* dos equipamentos. O próprio produtor vai poder experimentar as máquinas, os implementos, verificar seu manuseio. Estamos muito otimistas. Todo o arco agrícola está fortemente empenhado em realizar a feira. O presidente da feira é o Roberto Rodrigues, ex-presidente da SRB e ex-secretário da agricultura de São Paulo. O atual secretário, Antônio Cabrera, também tem-se empenhado para que a feira seja um sucesso. E a própria situação do agricultor este ano está menos angustiante.

■ *Vão estar presentes expositores de outros países?*

— Nesta feira, em função dos problemas da última edição, resolvemos não inovar muito no aspecto da internacionalização. Eu particularmente acho que o Agrishow tem que ser internacional. Na Abimaq, as feiras que se tornaram internacionais, como a Feira da Mecânica ou da Madeira, foram um sucesso, porque com os fabricantes europeus e americanos conseguimos também trazer outro tipo de público. O argentino, que iria para uma feira na Europa, vem aqui. A qualidade das máquinas é igual, embora os financiamentos estrangeiros as tornem mais atraentes. Mas temos que enfrentar isso. Mesmo porque o fabricante nacional leva algumas vantagens. Muitos produtores pensam na reposição de peças, por exemplo. O comprador já sabe que a máquina nacional não vai parar nunca. Já no caso de equipamentos estrangeiros, como a nossa agricultura não é concentrada, os produtores de locais mais longínquos ficam na dúvida sobre se encontrarão peças e manutenção com rapidez. Ainda temos algumas vantagens.

Entrevista de Patrícia Carvalho

CARTAS

Frutas tropicais

Primeiro, gostaríamos de parabenizá-los pelo conteúdo de *Agroanalysis*, da qual somos assinantes desde sua reativação.

O Ibraf foi criado em 1989 por 17 associações de produtores e comerciantes de frutas, com o objetivo de fornecer informações técnicas e econômicas referentes à fruticultura. Conta hoje com o apoio de mais de 100 sócios, associações cooperativas e empresas privadas, universidades, empresas de pesquisa agronômica, de extensão rural, secretarias de agricultura.

Notamos em "A produção de frutas tropicais da Bahia" (fev. 1996) a inclusão de projeções sobre as exportações brasileiras de frutas, estabelecidas pelo Ibraf em setembro de 1991. Agradecemos a deferência, e gostaríamos de fornecer algumas informações complementares a respeito desse trabalho.

O quadro de onde foram tiradas as informações citadas no artigo consta no anexo de um documento que explica seu significado, que acreditamos não deve ter sido fornecido a seu redator e vem modificar muito o sentido dos números apresentados. Nesse documento, o Ibraf procurava mostrar o tamanho possível dos mercados alcançáveis pelas empresas brasileiras, caso todos os fatores limitantes fossem eliminados. A maioria dos fatores limitantes, identificados num outro trabalho, vem de problemas estruturais, principalmente da pouca disponibilidade de variedades adequadas às demandas externas, e a conclusão era que só dentro de 20 anos teríamos condição de reverter o quadro de ausência do Brasil no mercado internacional de frutas frescas, feitos imediatamente todos os esforços para eliminar os obstáculos identificados.

Hoje, constatamos que não houve consenso sobre os objetivos do programa Frupex original, cuja gestão foi levada à burocracia do Ministério da Agricultura, sem efeito positivo sobre os problemas identificados em 1991.

Esta carta não pretende pedir retificação dos dados apresentados. Ela tem como objetivo principal oferecer nossa colaboração a sua prestigiosa revista, colocando-nos à disposição de seus redatores, certos de conseguir, dessa maneira, ampliar a difusão das informações úteis para todos os agentes atuantes na fruticultura nacional.

Jean Paul Gayet
Diretor-secretário do Ibraf

Ney Bittencourt de Araújo

Sensibilizados, registramos a reconfortante homenagem feita ao presidente fundador da Abag, dr. Ney Bittencourt de Araújo.

Antônio Hermínio Pinazza
Diretor executivo da Abag

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão e índice FGV/Abag), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Márcio Bueno, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares, Renê Bertin.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Gelúlio Corrêa de Oliveira.

Editora FGV
Editora Executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha.
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.

Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.

Assinaturas: José Milton Gondim.

Publicidade.

Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Barbosa da Silva, Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade (Brascan Brasil S.A.), Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Sérgio Magalhães**
6 **Cartas**
8 **Especial: Papel e celulose — certificações ambientais**
Márcio Bueno
12 **Especial: Produção dos pequenos e médios agricultores: perspectivas**
Ibre/Sebrae
14 **Especial: A reorganização necessária**
Francisco Garcez Ourique
16 **Análises de Agroanalysis**
16 **Reforma agrária e emprego no setor rural**
Antônio Salazar P. Brandão
18 **Especial: Política agrária — uma década de deterioração**
Mauro de Rezende Lopes
21 **Conjuntura do agribusiness:**
21 **Carne bovina**
Pedro de Camargo
23 **Pecuária de corte**
Luiz Antonio Pinazza e Luiz Carlos de Moura
26 **Aftosa**
Eliana Conde Barroso Leite Viglio
29 **Avicultura**
Irene Raguenet Troccoli
31 **Suinocultura**
Irene Raguenet Troccoli
36 **Legislação agrícola**
39 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1996**
40 **Estatísticas agropecuárias**
46 **Panorama agropecuário**
50 **Oferta e demanda**
51 **IBGE — Síntese estatística**
52 **Janela aberta**

Carta verde

Este ano não vai ser igual àquele que passou...

A colheita da safra de verão de 1996 está em fase adiantada e não promete maiores surpresas. Com isso, já estão estabelecidos os principais condicionantes da comercialização. A última previsão do IBGE, divulgada no dia 29 de março, confirma que a safra será mesmo 12,8% menor do que a colheita recorde de 1995. Queda de produção de grãos maior do que essa só ocorreu em 1989/90 — 18,5% a menos do que a safra anterior — quando o vendaval da hiperinflação varreu a economia brasileira.

Apenas esse fato — a forte retração da produção — indica que a comercialização se dará em condições bem mais favoráveis ao produtor do que no ano passado, quando preços extremamente baixos, associados a diversos outros fatores, desencadearam uma crise ímpar na agricultura brasileira.

Mas não é só a menor produção que indica uma perspectiva comercial amplamente favorável ao produtor e, pela via da conseqüência, à parcela do agribusiness brasileiro fornecedora de insumos à agricultura.

A crise agrícola, que alcançou seu ápice em 1995, tem raízes mais ou menos remotas, já analisadas algumas vezes por *Agroanalysis*. É interessante notar, porém, que a composição de uma série de fatores parece apontar o caminho da superação.

É bem verdade que os estoques governamentais são elevados e espera-se que sejam capazes de amenizar a trajetória de alta dos preços agrícolas. Mas os estoques agrícolas governamentais, no entanto, não são tão altos assim, quando comparados à retração da disponibilidade privada. Além disso, as autoridades têm juízo; sabem que não devem e que não podem usar os estoques para reduzir preços, mas apenas para complementar o suprimento.

Também é verdade que as taxas de juros estão elevadas e que não há sinais de que se reduzam de forma consistente e duradoura no curto prazo. Muitos agricultores acumularam dívidas junto aos bancos ou com fornecedores. Esses fatores, entre outros, atuarão no sentido de aumentar a oferta agrícola logo após a colheita.

De outro lado, porém, os preços externos estão em alta, processo que aparentemente só será descontinuado se forem muito boas as perspectivas de colheita no hemisfério Norte, fato que só será conhecido no final do ano. Os preços médios de março de 1996, comparados com os que vigoraram 12 meses antes, subiram significativamente. Os preços do trigo subiram 49%, os do milho 59% e os da soja 24%, só para citar alguns.

A elevação das cotações externas é tão vigorosa que já viabilizou exportações brasileiras de milho, fato que não ocorria desde 1983. Isso a despeito da carga tributária, do subsídio na Europa e nos EUA, dos custos de transporte etc.

Uma outra história ilustra o argumento. No ano passado, o Brasil colheu 9,4 milhões de toneladas de arroz e importou 900 mil. Em 1996, a produção de arroz não deverá passar de 9 milhões de toneladas. Quer dizer que o Brasil importará ainda mais em 1996? Sim, muito provavelmente, em que pesem os estoque governamentais. Mas não agora, no primeiro semestre. Neste momento, as importações de arroz são inviáveis, pois os preços vigentes em nossos tradicionais fornecedores são maiores do que as cotações domésticas.

Como se não bastasse, um novo fator surgiu em março — a doença da vaca louca —, desestruturando o mercado da pecuária na Inglaterra e na Europa e com reflexos em todo o mundo. Ainda é muito cedo para dizer quais serão as conseqüências da doença. Parece certo, porém, que, mesmo no melhor dos cenários, a avicultura será beneficiada. E isso é bom para quem produz frango, milho, soja, genética, rações etc.

O agricultor brasileiro sofreu muito em 1995. Muitos perderam seus tratores e suas terras. Foram acusados, generalizadamente, de caloteiros. Amargaram prejuízos consideráveis. Sofreu também a indústria supridora da agricultura. Muitas deram férias coletivas, demitiram, acumularam prejuízos. Outras fecharam suas portas. O novo cenário faz prever algum alento para o campo que certamente fertilizará o ano do agribusiness brasileiro.

Papel e celulose — certificações ambientais

MÁRCIO BUENO

Os países em desenvolvimento não estão livres das pressões exercidas pelos ambientalistas, hoje 50 milhões e ganhando mais adeptos, sobre as empresas e seus processos produtivos. Em uma economia global, essas pressões transcendem as fronteiras sob a forma de exigências no âmbito do comércio internacional, através do protecionismo verde.

A atividade industrial em todo o mundo está sob o fogo cerrado das pressões ambientalistas, que partem de organizações não-governamentais, consumidores, legislações nacionais e de blocos de países, no sentido da melhoria da qualidade dos produtos e de um processo produtivo compatível com um meio ambiente saudável. Do ponto de vista dos ambientalistas, as empresas foram longe demais na busca única do lucro, deixando no caminho um rastro de sujeira e destruição, processo que deve ser revertido com a máxima rapidez. Os empresários, por seu lado, se vêem mergulhados num mar de siglas que se mulplicam sem parar, cada uma significando uma série de novos procedimentos que se devem adotar e que implicam pesados investimentos sem retorno, apenas para não perder a competitividade.

Existem hoje no mundo mais de 15 mil organizações ambientalistas, com 50 milhões de associados.

A partir da década de 70, a Europa começa a procurar alternativas para reduzir o impacto da atividade industrial sobre o meio ambiente. De acordo com José Augusto Pinto de Abreu, superintendente técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), "o assunto virou ponto de destaque na pauta de governos de muitos países europeus, o que acabou se refletindo na economia mundial, criando na década de 90 demanda por normas ambientais". No início, as empresas tinham que se entender apenas com os órgãos de meio ambiente, criados para policiar as empresas quanto às atividades que afetavam o meio ambiente. A situação começou a mudar efetivamente com a entrada em cena de novos atores — os consumidores. Na década de 80, há uma grande explosão do movimento ambientalista, que antes se restringia a entidades de atuação limitada. Segundo Carlos Alberto Roxo, gerente de qualidade industrial e relações corporativas da Aracruz Celulose, "existem hoje no mundo mais de 15 mil organizações ambientalistas, com 50 milhões de associados". É inegável que, apesar de existirem no mundo todo, as entidades voltadas para o meio ambiente com poder de fogo efetivo estão nos países desenvolvidos, onde o nível cultural é muito mais elevado, as necessidades básicas da população já foram resolvidas e os recursos naturais se tornaram perigosamente escassos em razão do que julgam ter sido uma imprevidência daqueles que capitanearam as atividades produtivas até hoje. Em estudo apresentado num seminário promovido pela OEA, em Buenos Aires, em abril do ano passado, Carlos Alberto Roxo informa que na Holanda um em cada cinco adultos é membro de uma entidade ambientalista. A marca é excepcional e ainda deve-se considerar que estas entidades influenciam uma significativa parcela de cidadãos não-filiados.

Em seu estudo, Roxo apresenta vários outros dados sobre o crescimento e o poder dessas entidades. Muitas delas se globalizaram. Como exemplos, cita o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Greenpeace e o Friends of the Earth, que têm escritórios em 50 países, 11 milhões de membros e receita anual somada de US$400 milhões. Com estruturas e competências similares às de empresas, altamente organizados e profissionalizados, esses grupos contam com alta credibilidade junto ao público, muito maior do que as indústrias, conforme atestam as pesquisas. Visando aos consumidores, as entidades tornaram o ato de comprar produtos ambientalmente sadios um *must*, um elemento que distingue as pessoas que têm das que não têm consciência de seu poder de influência. Os consumidores fazem exigências aos revendedores, que por sua vez pressionam os fornecedores, num processo em cadeia que chega aos produtores ou fornecedores de matérias-primas. Na Inglaterra, há pelo menos um caso em que os ambientalistas passaram das pressões para as alianças com os revendedores. Sob a coordenação do WWF, foi criado o Grupo 95, integrado por cerca de 40 empresas, entre as quais a British Rail e as principais redes varejistas, como Sainsbury e B & Q, que se comprometeram a adquirir, depois de dezembro de 1995, produtos de madeira somente acompanhados de certificado ambiental. As tendências da demanda ambiental do mercado são diferenciadas, mas caminham numa direção única: a de exigências crescentes.

As empresas dos países em desenvolvimento estariam livres dessas pressões, já que suas entidades ambientalistas não apresentam o vigor das similares primeiro-mundistas? Em primeiro lugar, as pressões exercidas pelos grupos dos países desenvolvidos chegam, pela cadeia de pressões, às empresas instaladas nos países em desenvolvimento. A globalização da economia teve como uma de suas conseqüências a globalização das pressões ambientalistas. E às pressões das entidades voltadas para o meio ambiente juntaram-se as das próprias empresas dos países desenvolvidos. Tendo que realizar vultosos investimentos para melhorar a qualidade de seus produtos e para reduzir a emissão de efluentes, elas perderiam a competitividade diante de empresas que estivessem livres desses gastos. Diante de tais razões, os países desenvolvidos passaram a exigir, para importar de outros países, que seus fornecedores se adequassem a normas ambientalmente corretas. Essas normas são criadas por eles próprios e também por blocos de países, como é o caso da União Européia.

Hoje, o ato de comprar produtos ambientalmente sadios distingue as pessoas que têm das que não têm consciência de seu poder de influência.

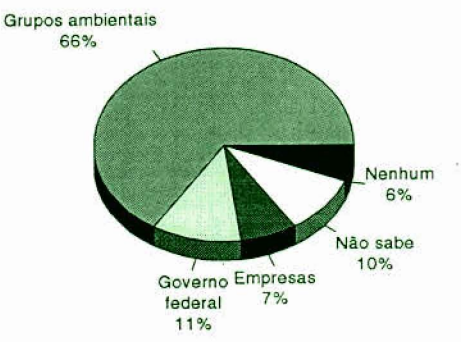
A força das pressões pode ser medida pelo volume de gastos no controle da poluição e na adequação tecnológica das empresas. Os EUA estão aplicando US$80 bilhões anualmente no controle de todos os tipos de poluição, o que representa 1,7% do PIB. Somente o setor de papel e celulose investiu durante toda a década de 70, como resposta à Lei do Ar Limpo, 30% de seu capital em meio ambiente, e agora, para atender às mudanças da legislação ambiental, deve investir entre US$10 e 14 bilhões até o final da década, segundo a Associação Americana de Florestas e Papel (AFPA). Como integrante do Nafta, o México teve que aumentar suas despesas com o controle ambiental, de apenas US$12,5 milhões em 1988 para US$1,1 bilhão em 1991. Portugal, competidor do Brasil no setor de papel e celulose, enfrenta situação parecida — de US$9,7 milhões que gastou em 1988, passou para US$ 36,8 milhões em 1991 e terá que gastar US$1,5 bilhão até o ano 2000. No Mercosul, o Brasil dispõe da legislação mais avançada e deverá influenciar os demais países na elaboração de um código comum.

Os mais resistentes até agora têm sido os países emergentes do bloco asiático, que não adotam postura conservacionista e combatem o que consideram tendências discricionárias de comércio evidenciadas na Rodada Uruguai, do Gatt. A Índia se nega a multar seus poluidores, alegando que as empresas perderão competitividade num mercado globalizado, e rechaça as acusações ambientalistas e sociais. A Malaísia e a Indonésia apresentam a mesma visão e, a despeito de contar com bons programas de reflorestamento e instalação de unidades modernas e competitivas, são acusadas de devorar florestas subtropicais nativas.

Não há dúvidas de que muitas vezes o argumento ambiental pode se encaixar como uma luva em uma política protecionista. Aproveitando o embalo da grita ambientalista, países e blocos de países passam a fazer exigências descabidas, que não levam em consideração as realidades dos países fornecedores, unicamente para proteger suas próprias indústrias. Os EUA e o Canadá têm protestado contra o fato de a União Européia só permitir a participação dos países-membros na elaboração das normas do seu selo ecológico, o Eco-Label, o que pode resultar no chamado "protecionismo verde". De acordo com Carlos Alberto Roxo, "as evidências de protecionismo verde são numerosas, reforçando o temor de que a ausência de regras internacionais bem-definidas possa resultar em uma escalada de medidas com este objetivo". Considerando a multiplicação de exigências das entidades ecológicas, dos importadores, dos países, das certificações exigidas por blocos de países, como é exemplo o Eco-Label, Celso Foeckel, diretor de Tecnologia e Meio Ambiente da Riocell, considera a ISO 9000 e a ISO 14000 uma proteção para as empresas.

Mas, afinal de contas, o que é ISO? ISO é a sigla da International Organization for Standardization, a federação mundial dos organismos de normalização, uma entidade não-governamental criada em 1947, com sede em Genebra, Suíça. A rigor, a sigla deveria ser IOS. Tornou-se ISO para transmitir a idéia da igualdade, semelhança, equivalência, significado do radical grego que forma palavras como isômero e isonomia. A ISO é formada por 110 entidades nacionais independentes de governos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a representante brasileira na ISO e ao mesmo tempo

Credibilidade junto ao público



Fonte: Wirthun Group, julho de 1992.
Pesquisa com a população adulta dos EUA.

representante da ISO no Brasil. Como entidade independente, mantida pelas empresas, a ABNT elabora normas para produtos que não têm força de lei, mas que em geral são aceitas porque resultam de discussões entre representantes dos próprios fabricantes. À ABNT cabe formar, dirigir os comitês destinados à elaboração de normas e depois fomentar seu uso entre outros, nos campos científico, técnico, industrial e comercial. As empresas que porventura se recusarem a seguir as normas elaboradas perderão mercado, porque seus produtos não vão se adaptar a outros que lhes são ligados, incluindo embalagens.

A ISO faz, em nível internacional, o mesmo que a ABNT no Brasil. É portanto um organismo democrático, que elabora normas com a participação de representantes de todo o mundo. As normas da série ISO 9000 são as que tratam do sistema de gestão de qualidade (SGQ), isto é, dos procedimentos que uma empresa deve desenvolver para garantir a qualidade de seus produtos. No Brasil, a primeira empresa a conquistar a ISO 9002 foi a Bahia Sul Celulose S.A., que se tornou também a primeira empresa do setor, no mundo, a conquistar o certificado "verde", segundo as rígidas normas inglesas BS 7750. Hoje, 16 empresas do setor de papel e celulose já podem exibir certificações de acordo com as normas ISO 9000.

Se a ISO 9000 uniformiza a linguagem universal acerca dos procedimentos para se garantir a qualidade dos produtos, nada impede que a atividade produtiva para a fabricação desses mesmos produtos cause grandes danos ao meio ambiente. Foi com base nessa preocupação que se planejou a elaboração de outra série de normas, denominadas ISO 14000. Voltadas especificamente para o estabelecimento de um sistema de gestão ambiental (SGA), essas normas procuram garantir que a atividade produtiva não cause impacto ao meio ambiente e tenha um sistema permanente e confiável de auditoria. Para a elaboração das normas foi criado o TC 207, ou Technical Committee 207, integrado por representantes de todo o mundo e que se divide em seis subcomitês, cada um cuidando de um aspecto da gestão ambiental das empresas e dos produtos. O comitê já realizou três reuniões plenárias. A quarta e mais importante, em que deverão ser aprovadas as cinco primeiras normas da série ISO 14000, será realizada no Rio de Janeiro, em junho próximo, com a presença de 600 especialistas, representando pelo menos 80 países. "Antes da ISO 14000" — diz José Augusto Pinto de Abreu — "as companhias gastavam muito dinheiro na questão ambiental e cada uma ia por caminhos diferentes. Agora essa série de normas será referência mundial."

A influência que a certificação ambiental pelas normas da série ISO 14000 terá sobre as transações internacionais é inegável. Com base nessa constatação, vários setores da economia brasileira se uniram à ABNT, criando o Grupo de Apoio Normalização Ambiental (Gana) com o objetivo de participar ativamente dos trabalhos do TC 207. Participam como cotistas do Gana 36 grupos empresariais, entre os quais dois do setor de papel e celulose: Aracruz e Klabin. Entre as 18 entidades de apoio está a Associação Brasileira dos Exportadores de Celulose (Abecel). "As delegações brasileiras deram muitas contribuições importantes à elaboração da série ISO 14000", afirma o engenheiro Sérgio Pinto Amaral, coordenador brasileiro do Subcomitê 1 da ABNT. Para Fernando Rosa, secretário técnico da ABNT/Gana, "uma das vitórias mais significativas ocorreu no campo das auditorias ambientais, quando os representantes brasileiros conseguiram o cancelamento de diversos tipos de auditoria que fazem parte do Regulamento da União Européia e cujos países-membros desejavam universalizar as exigências que os regem, o que poderia vir a gerar barreiras não-tarifárias injustificáveis".

A globalização da economia teve como uma de suas conseqüências a globalização das pressões ambientalistas.

Empresas do setor de papel e celulose certificadas com ISO 9000

Riocell S.A.	ISO 9002
Aracruz Celulose S.A.	ISO 9002
Celulose Nipo-Brasileira S.A. — Cenibra	ISO 9002
Champion Papel e Celulose Ltda.	ISO 9002
Klabin Fab. de Papel e Celulose (Telêmaco Borba)	ISO 9002
Igaras Papéis e Embalagens S.A.	ISO 9002
Inpacel — Indústria de Papel Arapoti S.A.	ISO 9002
Cia. Industrial de Papel Pirahy	ISO 9002
Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda.	ISO 9001 e 9002
Fab. de Papel Santa Therezinha S.A.	ISO 9002
Bahia Sul Celulose S.A.	ISO 9002
Jari Celulose S.A.	ISO 9003
Votocel Filmes Flexíveis	ISO 9001
Votorantim Celulose e Papel S.A. (Luiz Antônio)	ISO 9001
Ripasa S.A. Celulose e Papel	em fase de certificação
Iguaçu Celulose, Papel S.A.	ISO 9002

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose.

Márcio Bueno é jornalista.

RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR

anuário

MILKBIZZ

O mais completo guia do mundo do leite

4 MIL INFORMAÇÕES

Além de artigos técnicos sobre assuntos de grande atualidade, o Anuário Milkbizz terá como atração especial 4 mil informações, distribuídas nos seguintes ítens:

- *Fornecedores de produtos e serviços;*
- *Cooperativas e empresas de laticínios;*
- *Produtores especializados de leite;*
- *Criadores de elite de raças leiteiras;*
- *Órgãos públicos do setor lácteo;*
- *Centros de pesquisas e de ensino;*
- *Jornais e revistas agropecuárias;*
- *Entidades da pecuária nacional.*

Tudo com nome e endereço completo.
Tudo codificado para facilitar a consulta.

Para você receber o seu exemplar, preencha o cupom abaixo (em letra de forma) e envie pelo correio para: ***Calandra Serviços Editoriais - Anuário Milkbizz****, Rua Vladimir Jorge, 430 - São Paulo/SP Cep 03178-120. Se preferir, responda pelo fax (011) 221-9881.*

Preço por exemplar: R$ 40,00 - Entrega: Maio/96

Desejo adquirir _____ exemplar (es) do Anuário Milkbizz.

Razão Social/Nome _____

A/C _____

CGC: _____ *Inscrição:* _____

Endereço para remessa e cobrança _____

_____

Cidade: _____ *Estado:* _____

CEP: _____ *Fone:* _____ *Fax:* _____

IMPORTANTE: A cobrança bancária será enviada após o recebimento deste cupom.

Produção dos pequenos e médios agricultores: perspectivas

ARAGUACY AFFONSO REGO
EDEN GONÇALVES DE OLIVEIRA
GLAUCIA MARIA VASCONCELLOS VALE
LUIZ GONÇALVES FILHO
PAULO CESAR STILPEN

Como o pequeno produtor agrícola vê a evolução futura de seu negócio? Quais as perspectivas da pecuária ante o desenvolvimento da criação? Como esse importante setor da economia nacional viu a evolução da conjuntura em 1995?

Qual é o nível esperado de produção em 1995/96? Quase a maioria absoluta (46%) pensa que será normal. Uma parte considerável (39%) está pessimista, considerando que o nível será fraco. Mas 15% dos entrevistados imaginam um excelente nível de produção.

Micro e pequenas empresas
Nível esperado de produção em 1995/96 (%)

Unidades da Federação	Culturas					
	MPE			Micro		
	EX	NO	FR	EX	NO	FR
Minas Gerais	17	47	36	14	49	37
Pernambuco	13	50	37	12	52	36
São Paulo	15	41	44	10	43	47
Agregado estadual	15	46	39	12	49	39

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.
Obs.: EX = excelente; NO = normal ou satisfatório; FR = fraco.

Quais os principais obstáculos ao bom andamento da safra 1995/96? A maioria esmagadora dos entrevistados (63%) considera desestimulantes os preços recebidos pelo produtor. Apenas 11% têm uma visão radicalmente oposta, e acham estimulantes os preços praticados.

Menor emprego de insumos e de equipamentos mecânicos na produção, redução no uso de sementes e mudas, além da menor área plantada, também foram apontados como os principais obstáculos para o bom resultado da safra.

Quem aumenta e quem reduz as áreas de plantio? Entre as empresas pesquisadas, 21% admitiram reduzi-las, enquanto 17% pretendem aumentá-las. Predominam prognósticos de estabilidade da produção nas lavouras temporárias, mas na área das permanentes dominam as metas de ampliação.

Sementes e mudas deverão ser utilizadas em menor quantidade por 22% das empresas pesquisadas e em maior quantidade por 14%. Menor utilização de sementes e mudas se dará nas lavouras temporárias, enquanto 82% das lavouras permanentes empregarão a mesma quantidade da safra anterior.

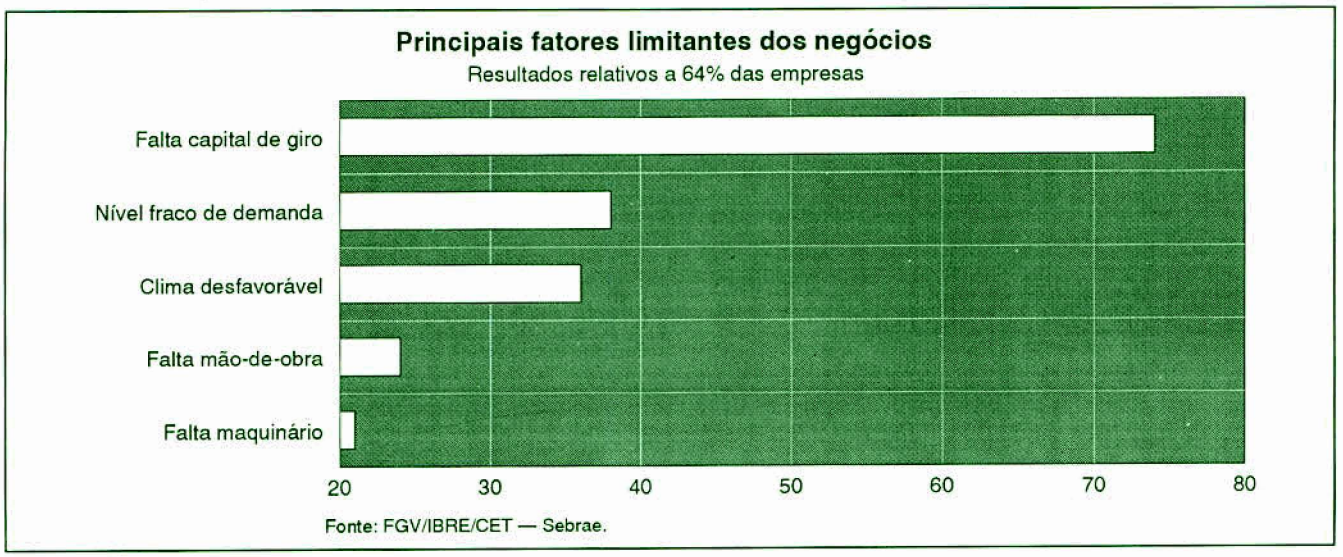
Os insumos também serão utilizados em menor quantidade por 34% das empresas e em maior quantidade por 14% delas, registrando-se um saldo negativo expressivo. Tendências semelhantes foram observadas no que se refere ao emprego de equipamentos mecânicos, com saldo negativo de 15%.

Uma visão de 1995

A pesquisa também procurou obter uma visão dos negócios agropecuários em dezembro de

Questões de relevante interesse para o universo agrícola brasileiro e a própria economia do país foram colocadas aos micro e pequenos estabelecimentos agropecuários na primeira pesquisa conjunta realizada pelo Sebrae e a FGV em dezembro de 1995 sobre as tendências da produção. O trabalho teve por base uma amostra de estabelecimentos com áreas compreendidas entre 5 e 50ha, abrangendo os estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, extraída do Censo Agropecuário. Em seguida, segmentou-se um estrato para as microempresas situadas entre 5 e 19ha. O saldo das avaliações negativas ou positivas dos empresários pesquisados permite a identificação das tendências dominantes de curto prazo.

Recorda-se que os micro e pequenos estabelecimentos agrícolas representam 43% das unidades existentes no setor e ocupam cerca de 12% da área. Outra informação relevante é a de que 82,5% dos estabelecimentos possuem menos de 50ha. Foram pesquisadas 962 empresas com o apoio do Sebrae de Minas, da Emater de Pernambuco e da Secretaria de Agricultura de São Paulo.



Micro e pequenas empresas agrícolas

Fatores principais da variação da produção — 1995/96 — saldo das respostas (%)

Unidades da Federação	Área plantada		Sementes e mudas		Insumos para produção		Equipamentos mecânicos		Preços recebidos pelo produtor		Condições climáticas	
	MPE	Micro	MPE	Micro	MPE	Micro	MPE	Micro	MPE	Micro	MPE	Micro
Minas Gerais	-8	-13	-13	-14	-22	-29	-14	-16	-57	-57	+10	+11
Pernambuco	-8	-5	-13	-14	-20	-23	-30	-34	-50	-50	-10	-3
São Paulo	+1	+1	+1	-2	-16	-18	-8	-11	-44	-40	+5	+7
Agregado estadual	-4	-7	-8	-10	-20	-23	-15	-18	-52	-50	+4	+6

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

1995. Segundo a opinião absolutamente majoritária das micro e pequenas empresas, a conjuntura foi considerada insatisfatória por 64% dos entrevistados. O maior problema enfrentado por esse expressivo número de pequenos produtores, segundo a maioria (74%), é a falta de capital de giro, o mais importante entrave limitador da expansão dos negócios.

A produção animal

O nível da produção animal previsto para este ano deverá ser normal para a maioria absoluta das empresas (59%); cerca de 33% estimam que será fraco, mas 8% dos pesquisados prevêem um nível excelente.

Quais os fatores positivos para a criação animal em 1996? Respondem os entrevistados: maior manejo animal e melhores condições climáticas. Quanto aos fatores negativos, a maioria mencionou dois: preços recebidos desestimulantes (74%) e redução da demanda.

Na área da pecuária bovina, as perspectivas para 1996 são de normalidade para 61% das micro e pequenas empresas, fracas para 31% e excelentes para 8%. As previsões são equilibradas no que diz respeito à evolução da produção, com 25% esperando crescimento em relação a 1995 e 21% prognosticando redução.

Qual seria o clima predominante nos negócios agropecuários, na visão obtida pelos pesquisadores em dezembro de 1995? Para isso, desenhou-se um indicador que varia numa escala de 100 a 300 pontos. Com 100 pontos, os negócios seriam geralmente desfavoráveis. No pólo oposto, 300 pontos, o clima seria favorável. Na atual pesquisa Sebrae/FGV, o clima dos negócios agropecuários entre as micro e pequenas empresas alcançou 141 pontos, portanto 59 pontos abaixo do nível médio.

Araguacy Affonso Rego e Glaucia Maria Vasconcellos Vale são do Sebrae; Eden Gonçalves de Oliveira, Luiz Gonçalves Filho e Paulo Cesar Stilpen são do IBRE/CET.

A reorganização necessária

FRANCISCO GARCEZ OURIQUE

Há um setor da vida econômica e social brasileira, responsável por cerca de 1% do produto nacional, que ocupa cerca de 2,1 milhões de hectares das terras produtivas nacionais, ou seja, perto de 4% do total, emprega quase 3 milhões de pessoas e ainda responde por uns 6% da receita de exportações nacionais, no qual as ditas reformas de modernização estrutural cessaram a meio-caminho.

Além de ainda ter expressivo peso na economia nacional, o complexo econômico de setor cafeeiro do Brasil tem a peculiaridade de ser um dos poucos segmentos que gerou, autonomamente, um superávit estrutural de caixa, representado por recursos de ordem de US$750 milhões contabilizados no Fundo Nacional de Defesa da Cafeicultura (Funcafé), recentemente ratificado pelo Congresso Nacional, e por estoques de 9,5 milhões de sacas, cujo valor de mercado está estimado em US$1,35 bilhão. Os recursos do Funcafé estão vinculados por lei a programas específicos para o próprio setor.

O valor da produção nacional em nível de produtor oscila entre US$2,2 bilhões, tendo em vista o tamanho da safra nacional e, em razão inversa, dos preços internacionais.

Pelos números acima poderíamos concluir, ainda que genericamente, que a gestão desse setor detém condições econômicas de razoável manejo. Infelizmente essa constatação não corresponde à realidade.

O governo federal, formalmente e na prática ainda o gestor do complexo cafeeiro nacional, portanto dos US$2,1 bilhões do patrimônio do Funcafé (sem considerar os US$640 milhões em estoques de café pertencentes ao Tesouro Nacional), tem atuado com atraso e com alocação pouco eficiente de recursos creditícios. Na raiz desse problema está exatamente a pouca importância que tem hoje o café para a agenda das autoridades econômicas. Ademais, não temos hoje no governo federal especialistas com dedicação exclusiva a questões cafeeiras, mesmo que em escalões de menor importância, conseqüência natural do café ter deixado de ser razão de Estado.

O problema reside nesse fato. O complexo cafeeiro brasileiro nem está sob a égide do Estado nem foi privatizado. O conceito de privatização aqui precisa ter uma definição muito clara.

Como o Estado brasileiro perdeu o interesse direto nos rumos dos agregados do complexo cafeeiro, que em outras épocas servia ora como regulador de meios de pagamentos, ora como chave principal para as contas externas nacionais, as formas de financiamento do setor caíram no vácuo. Não há tradição entre os agentes privados nacionais de financiarem esta atividade. Os produtores nacionais vivem hoje, em 90% de suas demandas creditícias, com recursos do Funcafé; os torrefadores nacionais trabalham basicamente com recursos próprios e os exportadores com linhas de curtíssimo prazo (verdadeiro suicídio coletivo para quem opera na commodity mais volátil do mundo) lastreadas em adiantamentos de câmbio com vencimentos de 30/60 dias, dependendo do cadastro de cada empresa.

A titular do MICT, ministra Dorothéa Werneck, que detém a responsabilidade pela gestão do complexo cafeeiro brasileiro, manifestou em diversas ocasiões o interesse do Executivo na privatização da administração do Funcafé. Certamente a ministra Dorothéa tem em mente alguma forma institucional mista de gestão, uma vez que dificilmente o patrimônio do Funcafé poderia ser meramente doado à iniciativa privada. A dificuldade que a ministra na certa tem encontrado nesta empreitada é conseguir extrair do segmento privado uma proposta exeqüível. Não creio que as históricas diferenças entre os diversos segmentos do complexo cafeeiro sejam uma razão intransponível, se existir determinação política. O fundamental é que se determinem no início das negociações os limites dos objetivos da administração privada (ou mista) do Funcafé. Não há hoje, nem no governo nem na iniciativa privada, quem defenda o retorno, sob qualquer expediente, das compras de estoques reguladores, da fixação de preços internos ou externos vinculados a políticas de maximização motivadas por estrangulamento das nossas contas externas, enfim de todo o elenco, ainda que criativo, criado no passado quando o café regulava os rumos de macroeconomia nacional.

A Câmara Federal instituiu recentemente comissão especial para debater a privatização, por assim dizer, da gestão do Funcafé. A iniciativa colocará o complexo empresarial cafeeiro e os responsáveis pelo setor junto ao governo federal diante do desafio de terminar a reestruturação começada a tapa pelo governo Collor, abandonada pelo governo Itamar após duas tentativas do então titular do MICT, José Andrade Vieira, vetadas pelo palácio.

Francisco Garcez Ourique é jornalista e sócio-diretor da Flavour Coffee.

Assine a Revista Indústria de Laticínios.



Você não precisa ordenhar o mercado todo para ter qualidade de informação.

HCA

Assinatura Anual - 6 Edições (R$ 35,00)

(X) Sim, desejo receber no endereço abaixo relacionado, 6 edições da Revista Indústria de Laticínios.

Forma de Pagamento:
( ) depósito bancário - Bradesco, conta n-º 9833-7 - Agência 1992-5*
** enviar cópia do comprovante*
( ) cheque anexo nominal à Editora Calçadão Ltda. Remeter para Rua Osires M. Almeida, 652 cj. 81 B - CEP 05634-020 - São Paulo - SP

Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ *Cidade* _____ *UF* _____

Fone _____ *Fax* _____

Empresa _____

Cargo _____

Ramo de Atividade _____

Fone _____ *Fax* _____

Atendimento ao Assinante - Fone (011) 846-5405 - Fax (011) 844-0121



Revista Indústria de Laticínios.
Qualidade em informação.

Reforma agrária e emprego no setor rural

ANTÔNIO SALAZAR P. BRANDÃO

A evidência internacional é eloqüente para mostrar a inviabilidade de que o setor agrícola no Brasil venha a produzir o milagre da multiplicação dos empregos e do aumento dos rendimentos ao mesmo tempo. Ou um ou outro.

Os dois últimos números de *Agroanalysis* apresentaram uma interessante discussão sobre reforma agrária, tema que ainda hoje faz parte das agendas política e econômica da sociedade brasileira. Os artigos vinculam de forma estreita reforma agrária e aumento de emprego. O que está em discussão, de maneira mais geral, é essencialmente a questão da pobreza e o papel que uma modificação na estrutura de posse da terra pode ter para atenuá-la.

Pretendo desenvolver os seguintes argumentos neste artigo: a) a capacidade de absorção de mão-de-obra na agricultura é baixa; b) existem iniciativas que o poder público pode tomar para aumentar a capacidade de absorção de mão-de-obra no campo; c) existem iniciativas que o poder público pode tomar para aumentar o grau de utilização das terras no setor rural e com isso aumentar o emprego rural; e d) a redistribuição de terras para assentamento *poderia* ser uma forma de melhorar *temporariamente* o nível de vida de determinados segmentos da população rural.

A redistribuição de terras para assentamento poderia ser uma forma de melhorar temporariamente o nível de vida de determinados segmentos da população rural.

Agricultura e emprego

Parto do seguinte fato estilizado: à medida que a renda de um país cresce, as participações da agricultura no PIB e no emprego diminuem. Nas economias mais desenvolvidas, apenas 3% da população em idade de trabalho se encontram na agricultura. Este número é 44% para o conjunto dos países de renda mais baixa do mundo (*Relatório do Desenvolvimento Mundial 1995*, p. 13). A participação da agricultura no PIB segue o mesmo padrão. Como ilustração, utilizando ainda o *Relatório do Desenvolvimento Mundial*, nas economias mais avançadas da América Latina, como Argentina, Brasil e México, as participações no PIB em 1993 eram, respectivamente, 6, 11 e 8%. Em economias com renda *per capita* mais baixa, como Guatemala e Paraguai, as percentagens em 1993 eram respectivamente 25 e 26%. A evidência internacional é eloqüente para mostrar a inviabilidade de que o setor agrícola no Brasil venha a produzir o milagre da multiplicação dos empregos e do aumento dos rendimentos ao mesmo tempo. Ou um ou outro.

Capacidade de absorção de mão-de-obra na agricultura

Não se pode negar entretanto que as políticas adotadas pelos governos brasileiros desde a II Guerra Mundial contribuíram para reduzir ainda mais a capacidade de absorção de mão-de-obra no setor. A política de *comida barata* que reduziu artificialmente os preços recebidos pelos produtores agrícolas e os elevados subsídios à taxa de juros do crédito rural induziram a substituição de mão-de-obra por capital e por insumos modernos. Ao lado dessa política de reprimir artificialmente os preços e baratear o capital, a legislação se encarregou de elevar os encargos trabalhistas praticamente aos mesmos níveis do que no setor urbano.

Naturalmente, hoje os subsídios ao crédito são menores e não existe mais repressão artificial de preços. Entretanto persistem os excessivos encargos trabalhistas. Sua redução certamente aumentará o emprego no setor rural.

Maior utilização das terras na agricultura

O aspecto central do tema reforma agrária, não obstante, é o grau de utilização das terras no setor rural. Quanto maior o nível de utilização de terras maior o emprego na agricultura. Entretanto, aumentar o grau de utilização de terras não é sinônimo de redistribuir terra. A propriedade e o uso da terra são coisas distintas. Enquanto convivíamos com elevadas taxas de inflação, a propriedade da terra tinha como uma de suas finalidades proteger o patrimônio dos efeitos dos aumentos generalizados de preços e das intervenções do governo no mercado financeiro. Numa economia sem inflação e com menor apetite intervencionista, esse *uso* generalizado da terra tende a desaparecer. Os proprietários se vêem diante da decisão de produzir diretamente para extrair rentabilidade adequada, ceder direitos de uso, através de arrendamentos ou parcerias ou ainda vender a terra para interessados em explorá-la. Em qualquer dos casos, certamente haverá um aumento do nível de emprego assalariado no campo.

As práticas de arrendamento e parceria não são novas no Brasil. Importantes segmentos da agricultura se desenvolveram utilizando largamente contratos

dessa natureza, como é o caso do setor arrozeiro no sul do país. O governo pode contribuir para que tais práticas venham a se disseminar ainda mais. Em primeiro lugar, tendo uma postura mais firme com relação à garantia dos direitos de propriedade no campo. Em segundo lugar, melhorando os instrumentos de administração de terras, principalmente o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Em terceiro lugar, reduzindo o grau de incerteza quanto à posse de terra (através da titulação, da demarcação de limites e da resolução dos conflitos existentes), pois a certeza de posse é essencial para o desenvolvimento do mercado de arrendamento. Em quarto lugar, propiciando condições adequadas para a negociação de contratos, o que poderia ser feito através de *bolsas de arrendamentos* localizadas em regiões estratégicas. Nesse caso, o papel do governo se resumiria a propiciar infra-estrutura de funcionamento, auxiliar no desenvolvimento dos instrumentos de negociação de tal forma que sejam atendidos também objetivos sociais (tais como controle de erosão e manutenção da fertilidade do solo) e desenvolver mecanismos ágeis que forneçam as necessárias garantias para os participantes do mercado.

Persistem os excessivos encargos trabalhistas no setor rural. Sua redução certamente aumentará o emprego.

O mercado de terras, quer no que se refere a arrendamento, quer no que se refere a transferência de direitos de propriedade, tem peculiaridades importantes. De interesse para o desenvolvimento do mercado de arrendamento é o fato de que o proprietário normalmente tem muito mais informações sobre sua propriedade do que o potencial arrendatário. Assim sendo, disponibilizar amplamente as informações do Cadastro Rural, cobrando uma tarifa de acesso compatível com o custo do serviço, é fundamental para dinamizar esse mercado.

Gostaria ainda de notar que a melhoria do sistema de administração de terras no Brasil (ou seja, aperfeiçoamento do Cadastro Rural, resolução dos conflitos existentes, demarcação de limites e titulação) é igualmente importante para aumentar o investimento na agricultura, aumentar o potencial produtivo da atividade e conseqüentemente aumentar seu potencial de absorção de mão-de-obra. Investimentos públicos federais nesse processo de modernização terão certamente um retorno social muito elevado; infinitamente mais elevado do que aqueles realizados para assentamentos de miseráveis para que sua miséria se perpetue, como tem sido a experiência brasileira e de outros países da América Latina. Como benefício adicional desse investimento em modernização administrativa, poder-se-ia ter um sistema de avaliação de terras para fins tributários mais realista, evitando os problemas hoje existentes em que o tributo é baseado em preços correntes de terra que nem sempre refletem adequadamente seu *potencial produtivo*, que é a base mais adequada para a tributação.

Assentamentos

"Em essência, trata-se de criar um chão para o bóia-fria e sua família voltarem a ter raízes na terra, assegurando moradia e trabalho pleno, prevenindo a evasão rural e *dando às cidades o tempo necessário para equipar-se a fim de absorver a inevitável imigração*" (grifo nosso). Esta sentença do governador Jaime Lerner em seu artigo para o número de março de *Agroanalysis* sobre as Vilas Rurais resume de maneira admirável o papel que os assentamentos de terra podem ter no atual contexto da agricultura brasileira. Constituem-se em iniciativas de efeito temporário que podem minorar a pobreza, dando aos assentados garantia de subsistência e um período de tempo para que também eles se preparem para ser absorvidos pelas cidades. Para que esses objetivos se cumpram de forma plena, faz-se necessário que os assentamentos sejam localizados nas proximidades do mercado de trabalho urbano e que tenham um contínuo suporte do poder público, oferecendo assistência médica e educacional e condições mínimas para a prática de agricultura, nos moldes indicados pelo governador no artigo citado. A localização de assentamentos nas proximidades dos centros urbanos se justifica também porque a busca de emprego complementar fora da fazenda tem-se mostrado, na experiência internacional, uma das formas mais bem-sucedidas para que os pobres no setor rural consigam quebrar o ciclo da pobreza e atinjam rendas compatíveis com aquelas dos demais setores da economia.

Sob o ponto de vista de implementação e concepção política, assentamentos dessa natureza são mais adequados aos estados e municípios. Por sua proximidade administrativa e seu grau de informação, estes governos estão em melhores condições do que o governo federal para implementá-las e monitorá-las. Ademais, as pressões sociais decorrentes do processo migratório se fazem sentir primariamente dentro dos municípios, e portanto são eles os maiores interessados em encontrar mecanismos para aliviá-las.

A principal mensagem a extrair das reflexões acima é que a reforma agrária, entendida como um processo de redistribuição de terras, não pode fazer muito pela erradicação da pobreza no Brasil. Existem mecanismos de aumentar o emprego no setor rural que podem ser acionados com uma modernização da legislação trabalhista e a disseminação de contratos de arrendamento na agricultura. Contudo, para que possamos reduzir de forma significativa e duradoura os níveis de pobreza no Brasil são necessárias medidas de maior alcance.

Antônio Salazar P. Brandão é diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Política agrária — uma década de deterioração

MAURO DE REZENDE LOPES

A política agrícola precisa de mais do que boas intenções do Ministério da Agricultura. No cenário atual, diversos ministérios acabam ditando medidas para a agricultura, sem atentar para seus possíveis impactos negativos sobre a renda, o emprego e os níveis de produção, neste setor vital para o sucesso do plano de estabilização. Ou se dá poder ao Ministério da Agricultura para vetar medidas discriminatórias contra a agricultura, ou a reforma da política agrícola não poderá impedir o aprofundamento da crise no setor.

O Ministério da Agricultura reconhece que há uma necessidade premente de mudança na política agrícola.[1] Ao que tudo indica, os princípios básicos da nova política já foram enunciados pelo ministério. De acordo com esses princípios, há um conjunto de compromissos da agricultura com o país: a) o setor deve garantir, pelo menos em parte, o abastecimento do mercado interno, que precisa do setor rural; b) no processo de abertura apareceram vantagens competitivas regionais, com um Sul exportador e um Nordeste importador de alimentos (sendo que a política agrícola deve ter uma dimensão não mais global, mas regional); c) há claramente necessidade de criar empregos no país — um questionamento grave na política de estabilização macroeconômica — e a agricultura tem um papel nesse propósito. Entretanto, o ministério reconhece que, para conduzir uma reforma realista da política setorial, o governo depende ainda de algumas definições essenciais, tais como: a) como o setor vai se financiar; b) como se fará a racionalização da carga tributária na agricultura (direta e indireta); c) como ficarão os instrumentos da política agrícola do passado, tais como os preços mínimos e os empréstimos de comercialização com recursos públicos.

Estas são, sem dúvida, definições importantes mas que estão longe de esgotar as profundas dificuldades no caminho da reforma da política agrícola.

Em primeiro lugar, nenhum passo foi dado para se conhecer a real extensão da necessidade de reforma do sistema de financiamento rural. O sistema que aí está quebrou o setor: prometeu equilíbrio dos contratos e não cumpriu. As importações maciças com subsídios derrubaram os preços internos — e os produtores ficaram inadimplentes. Hoje não há quem seja contra uma reforma no sistema de crédito rural, mas não existe nenhuma proposta razoável. Por outro lado, a proposta de reforma do sistema de tributação no setor rural não é levada a sério. Quando se discutia, há dias, a isenção temporária do ICMS nas exportações de algodão, para desafogar uma comercialização estancada, sem comprador para a fibra e sem preço, devido às importações subsidiadas provenientes dos EUA, a indústria têxtil foi contra. Não passa pelos tesouros estaduais. E, quando passa, como no caso recente das reduções de impostos concedidos pelo governo do Rio Grande do Sul, do farelo de soja (de 11 para 5%) e do óleo de soja (de 8 para 5%), o grão permaneceu em inacreditáveis 13%. Precisam de mais exemplos?

Hoje não há quem seja contra uma reforma no sistema de crédito rural, mas não existe nenhuma proposta razoável.

Uma real dimensão do problema da agricultura são os quadros de área e de importações nos últimos 10 anos. A política agrícola logrou a proeza de reduzir pela metade as áreas de arroz e algodão no Centro-Sul. No arroz, a área caiu de 4 milhões para 2,3 milhões de hectares. A área de algodão no Centro-Sul caiu de 1,1 milhão de hectares, em 1986, para 567 mil hectares em 1996. O recorde foi assinalado na área de trigo, cuja política para o cereal em 1996 reduziu para 1/4 a área de 1986. O Brasil reduziu a área colhida de trigo de 3,9 milhões de hectares para 1 milhão! Apesar dos aumentos assinalados nas produtividades desses cultivos, as reduções de área foram mutilantes. Causaram irreparáveis danos ao emprego e à renda rurais. A dimensão da carência de alimentos não mudou, apesar de uma relativa melhora na renda dos mais pobres, com o real. A miséria e a desnutrição realmente mudaram nestes 10 anos?

As importações de arroz, algodão, milho e trigo dispensam maiores comentários. Se os volumes não impressionarem, pelo menos pode-se chegar à conclusão de que hoje o Brasil não tem mais segurança alimentar: depende pesadamente do exterior para alimentar sua população. A conclusão é muito sim-

[1] Conforme declarações do representante do Maara, em seminário do Ipea (5-3-1996).

ples: o Brasil é um país com grandes contingentes de pobres e carentes, dependente do exterior para se abastecer. O grau de exposição do país é hoje muito elevado. O risco de um desequilíbrio nesta situação é o risco da privação social de proporções. Uma elevação de preços como ocorreu no chamado *commodity boom* (explosão dos preços agrícolas), entre 1973 e 1974, poderá deixar o país em situação delicada. Nenhum país se arrisca sem necessidade a um grau tão elevado de exposição aos preços e ao suprimento do exterior.

A liberação de mercado é indispensável. A abertura é parte essencial do modelo de crescimento da economia e do setor rural. Mas faltou assegurar ao setor agrícola as indispensáveis condições eqüitativas de concorrência. O que se viu foi a internalização maciça de produto subsidiado (subsídios já condenados nos fóruns internacionais).

Hoje todos os ministérios tomam iniciativas e administram instrumentos que exercem impactos profundos no setor rural, sem que sejam negociados com os representantes do setor. Vários negociam um mesmo instrumento. O maior exemplo são as tarifas agrícolas, administradas pela Fazenda, pelo Itamaraty e pelo Ministério da Indústria e Comércio. Só quem não administra as tarifas agrícolas é o Ministério da Agricultura. Hoje um grande obstáculo a uma nova política de equilíbrio no comércio exterior de produtos agrícolas reside fora desse ministério, nas esferas que representam o interesse urbano industrial onde se desenvolveu uma política industrial protecionista sem atentar para as implicações que a proteção de um setor tem para com os demais setores da economia. E ainda mais: as tarifas de importação, como são hoje administradas, passaram a ser instrumento de política industrial, discriminando declaradamente a agricultura. As tarifas externas comuns do Mercosul protegeram setores industriais. As tarifas agrícolas são "zeráveis" (muitas vezes tornadas zero), enquanto as tarifas industriais foram elevadas para cerca de 100 produtos, para um obsceno nível de 70%. Os direitos compensatórios passaram a ser instrumentos discriminatórios de proteção industrial, pois produto agrícola não tem direito compensatório.

Os ministérios tomam iniciativas e administram instrumentos que exercem impactos profundos no setor rural, sem negociar com os representantes do setor.

Talvez o caso mais expressivo tenha sido o da tarifa zero para o algodão, disparate que o governo justificou desse modo:

"O ... entendimento governamental era de que o setor algodoeiro não precisava de proteção, que era competitivo, e que deveria ajustar-se às condições do mercado internacional concorrendo livremente com os demais fornecedores. Por outro lado, a indústria têxtil, que também deveria ser competitiva, passou a ter acesso à matéria-prima sem nenhuma restrição, nas condições mais favoráveis oferecidas pelo mercado internacional."[2]

Na prática, a indústria têxtil passou a ter acesso à matéria-prima com tarifa zero, crédito barato e longo prazo para pagamento das importações. O governo usou dois pesos e duas medidas, pois nos casos do arroz e do milho proibiu a importação com crédito, por reconhecer os danos causados por este tipo de facilidade de importação sobre o campo (e sobre os estoques do próprio governo). Este caso é histórico porquanto, sob o argumento de que o setor "deveria ajustar-se às condições do mercado internacional", acabou-se com o cultivo da fibra no país. Qual é a lógica desta política praticada por um ministério do setor agrícola que destrói a produção da fibra para proteger um setor industrial?

Na área de emprego há uma real tragédia, com perda do emprego rural, formação de levas de desempregados no interior e aumento do risco potencial de invasão de propriedades em São Paulo. A esse respeito vale mencionar carta endereçada à ministra Dorothéa Werneck pelo secretário de Agricultura de São Paulo, na qual menciona-se:[3]

"A produção de algodão na região do Pontal do Paranapanema do estado de São Paulo foi literalmente destruída justamente no período em que as importações cresceram em um ritmo vertiginoso. O agricultor daquela região, basicamente pequenos produtores, arrendatários, parceiros e meeiros, foram os primeiros a sucumbir diante da avassaladora concorrência dos importados. Não se trata de questionar a competitividade desses brasileiros, porém de chamar a atenção para que o agricultor norte-americano possui inúmeros instrumentos de subsídio e apoio governamental. Existindo subsídio, este deve ser compensado pelo governo brasileiro, refazendo condições de concorrência eqüitativa. A destruição da cotonicultura do Pontal do Paranapanema e o recrudescimento da questão agrária naquela região são fatos relacionados. A falta de opção agrícola colocou no desemprego e marginalidade importante contingente de trabalhadores."

Não são feitas estimativas oficiais do potencial de desemprego gerado pela redução das áreas — muito embora existam meios para estimar tais perdas. Há técnicos no governo que conhecem esses dados e podem calcular a perda recente de emprego na agricultura. Estima-se que, com a decadência do trigo, te-

[2] Decisão de governo registrada no Parecer nº 2, de 23-1-1996, do Decom/MICT, que negou direito compensatório no caso do algodão (p. 40).

[3] Em carta enviada no dia 17-11-1995. Diversas correspondências foram enviadas por instituições agrícolas.

nham-se perdido quase 300 mil empregos. No caso do algodão, o Ocepar estima que foram perdidos cerca de 256 mil empregos com a destruição da cultura. E estas estimativas são as mais conservadoras. Há estimativas de cifras muito mais elevadas.

Seria este um desemprego causado por necessidade de ajustamento estrutural? Os principais preços de mercado — sinais fundamentais para se ter um balizamento das oportunidades de mercado e para a busca de atividades mais competitivas, onde o país tem vantagens comparativas — estão em níveis internacionais (juros) e sem sobrevalorização (câmbio)? Há geração de emprego em outros setores da economia e na agricultura? Claro que não! As causas da decadência dessas culturas são conhecidas: subsídios e empréstimos para importação a juros baratos que dão ao produto importado uma vantagem de 25 a 30%, no mínimo, em relação ao produto nacional, tanto na produção quanto na comercialização. Em outras palavras, o produtor perde aqui com custos financeiros 25% mais caros e perde, na hora da comercialização, outros 25%, pois o diferencial de juros do produto nacional para o produto importado significa outra paulada. Na hora de vender o seu produto no exterior, paga ICMS (13%) e a defasagem do câmbio (25%). Era possível viver com tarifas baixas (até zero), mas subsídios maciços e crédito externo foram uma *overdose*. Os cultivos discutidos foram condenados à virtual destruição de grande parte da produção.

As importações do Brasil são tão elevadas que o país passou a afetar os preços internacionais. Os custos superam as estimativas mais pessimistas.

Foi preciso que o setor quebrasse, com o corte de crédito na comercialização da safra 1994/95, o maior de que se tem notícia, para que se abandonasse a posição sectária de acusar os produtores de caloteiros e se reconhecesse que a crise era realmente muito grave. O resultado está aí. O país passou a queimar cifras astronômicas com as importações de produtos agrícolas. O Brasil gastará cerca de US$669 milhões com importações de algodão. Gastará, na melhor das hipóteses, US$258 milhões na importação de 680 mil toneladas de arroz. Cerca de US$221 milhões nas importações de milho. Gastará em 1996, de acordo com estimativas do próprio governo, US$1,3 bilhão na importação de trigo. O próprio ministro informa que o país perderá US$600 milhões de exportações no complexo soja. Como os preços desabaram no mercado interno, o governo só pode vender seus estoques com subsídios de equalização. Na venda de produtos realizada no ano passado, que rendeu R$2 bilhões aos cofres do Tesouro, foram despendidos R$750 milhões em subsídios de equalização. Aos poucos, ainda que de forma fragmentada, os dados foram aparecendo.

Em qualquer país responsável do mundo, os dirigentes ficam alerta quando uma subida dos preços internacionais acaba elevando muito o custo dos erros de política agrícola. O Brasil, além de tudo, fica vulnerável aos preços externos. Hoje, um fracasso na produção brasileira pode custar mais caro não só aos produtores, mas ao Tesouro, aos consumidores e ao real. As importações do Brasil são tão elevadas que o país passou a afetar os preços internacionais. Os custos superam as estimativas mais pessimistas.

A agricultura atravessa uma crise em produtos tais como grãos, cereais, fibras e oleaginosas. Hoje, há consciência de que é necessário redesenhar a política do setor com profundas reformas. O próprio governo tem convocado os setores produtores para participar de reuniões em Brasília com este propósito. Após a negociação da dívida rural (securitização), ficou decidido que o Congresso iria participar deste esforço por um plano de longo prazo (*long view*) — que, aliás, ocorreu várias vezes nos EUA, em momentos de crise no setor. Entretanto, apesar de haver hoje uma proposta do ministério e um interesse na reforma, se esta ficar meramente no âmbito do Maara, sem que os outros ministérios estejam envolvidos segundo um conceito de reforma da cadeia do agribusiness, as coisas não terão um bom termo. Se o segmento industrial não receber um tácito "não" aos pleitos setorializados, não se sentará à mesa com propósito firme de negociar.

A política agrícola dos últimos 10 anos tem dado a todos os ministérios oportunidade de tomar iniciativas que discriminam o setor rural, sem que ao ministro da Agricultura sejam dados voz e voto (quando deveria ter poder de veto). Qualquer medida de política econômica que discriminasse o setor rural deveria sofrer veto do ministro da pasta. Ou ser levada para a instância do Congresso. Lá, e não nos gabinetes, é que se decide quem paga e quem se beneficia de que tipo de imposto. Um ministério não deve ter poderes extraordinários sobre controles de preços e tarifas. Os instrumentos que restaram na abertura, as tarifas, estão em outras mãos — nas mãos de um ministério setorial. Deve haver uma razão para isso: a abertura foi mais um artifício para trocar a substituição de importações por algo que rendesse a mesma proteção a setores privilegiados. Uma urdidura conveniente para alguns mas injusta para a agricultura, a quem coube apenas enterrar os instrumentos do passado sem ter em troca uma proposta apoiada pelo setor privado de toda a cadeia agroindustrial e sem espaço para propor e executar uma atividade que até bem pouco tempo era importante para o Brasil.

Carne bovina 2000

A pecuária brasileira de corte atravessa uma fase de profunda modernização. O maior setor econômico da agropecuária enfrenta hoje inúmeros desafios. As decisões dos próximos anos oferecem a oportunidade de colocar nossa pecuária de corte como uma das mais, se não a mais, modernas e competitivas do mundo, e também a maior.

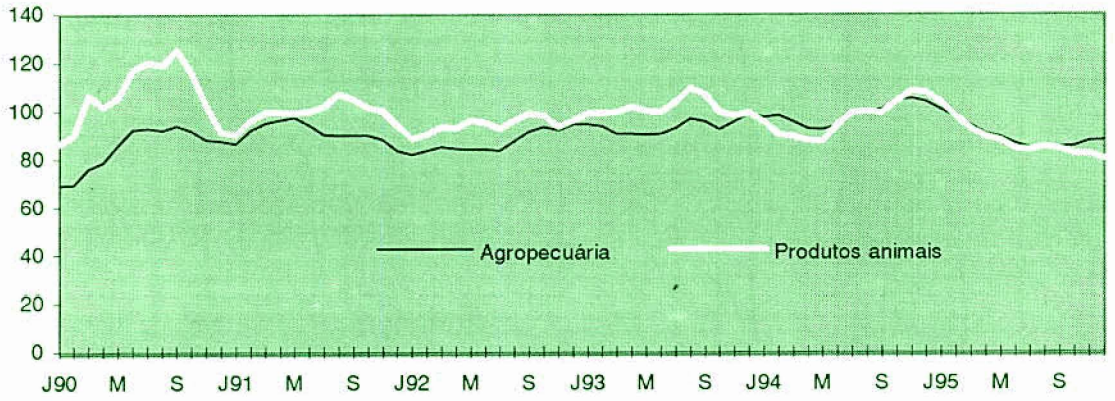
A dimensão continental e o clima, no Brasil, oferecem a possibilidade de desenvolver uma pecuária extensiva moderna, que produz carne em condições de excelência ambiental. Mas a pecuária brasileira enfrenta um desafio geográfico. Os ciclos de abertura de fronteiras não mais conseguem repor a exaustão das pastagens de derrubadas de matas. A revolução das *brachiaras* nos cerrados também atingiu maturidade, exigindo alternativas para a manutenção e o acréscimo da capacidade de suporte.

A renovação de pastagens, através da rotação com lavouras anuais, tem ainda um importante papel. O equacionamento de custos requer, porém, produtividades cada vez mais difíceis de ser obtidas nas lavouras, em terras de primeiro ano. As experiências de adubação de pastagens parecem estar atingindo um ponto que exige um novo modelo de manejo e alimentação. Embora ainda não esteja definido o predomínio a ser dado, se de fósforo, nitrogênio ou fórmulas mistas, o elevado número de tentativas acabará indicando uma saída. O crescimento constante do confinamento estabiliza os preços durante praticamente o ano todo e reforça a oferta de animais para abate, evitando surpresas. O recente acréscimo da suplementação protéica e mineral na seca, no manejo do rebanho, parece indicar um importante rumo.

O desenvolvimento genético também sofre profunda transformação. Abandonou-se de uma vez por todas a prioridade pelo fenótipo, utilizando-se cada vez mais avaliações de progênies. As discussões no campo voltam-se agora para a seleção das características desejáveis, através de estatísticas de diferenças esperadas de progênie, as DEP. Acrescentam-se, ao peso e aos rendimentos de carcaça, características adicionais de precocidade e, no futuro, de eficiência biológica.

O fenômeno da genética de choques sangüíneos de linhagens diferentes, a heterose, que tem papel preponderante na moderna avicultura e suinocultura, encontrou seu espaço na pecuária de corte, com os chamados cruzamentos industriais. Não se trata de tirar espaço das raças puras, taurinas ou zebuínas, mas de alavancar o processo de seleção. Os índices de desfrute dos rebanhos (percentual que vai a abate anualmente) deverão ter importantes incrementos. O desafio encontra-se hoje na extensão rural, passo essencial para a divulgação tecnológica.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores
Índices corrigidos



A comparação entre a curva dos índices de preços recebidos pelos produtos da agropecuária (lavouras, mais produtos animais) e dos produtos animais mostra que, após a implantação do Plano Real, os preços recebidos pelos pecuaristas registraram evolução inferior à média do setor.

A saúde animal, questão básica dentro do conceito de qualidade, recebeu grande impulso nos últimos anos. A participação do setor privado, em particular do pecuarista, através de recursos financeiros e, principalmente, de apoio político para as estruturas públicas e projetos de parceria, transformou a questão sanitária. A febre aftosa, a mais simples e política das doenças, finalmente encontra-se no rumo da erradicação. Nos dois estados do Sul já estamos há dois anos sem focos, e no circuito pecuário do Centro-Oeste, o maior circuito pecuário do mundo, pode-se verificar grande progresso. A pecuária brasileira em futuro próximo estará livre desta doença, mudando para melhor o patamar de preços da carne exportada.

A aftosa representa ainda um impeditivo para o acesso a importantes mercados externos. É preciso reconhecer, porém, que a carne bovina brasileira ainda é mal-comercializada no exterior, independentemente desse problema. Talvez o exemplo mais gritante de ineficiência institucional seja a comparação entre a chamada cota Hilton do Brasil e a da Argentina, país que também convive com a aftosa, mais de cinco vezes maior. As cotas de cortes especiais recebem tratamento tarifário especial da União Européia, atingindo, portanto, preços muito mais altos. Seus volumes envolvem negociações bilaterais, onde o Brasil fica sempre para trás. Não cabe culpar apenas o governo, mas principalmente o setor privado, que não tem conseguido viabilizar uma negociação competente.

Talvez o exemplo mais gritante de ineficiência institucional seja a comparação entre a chamada cota Hilton do Brasil e a da Argentina, país que também convive com a aftosa, mais de cinco vezes maior.

A comercialização de bovinos em geral sofreu no passado a influência positiva de uma ampla divulgação de informações sobre preços, através da televisão e da multiplicação dos leilões de gado. Não existe produtor, seja ele pequeno ou grande, que não saiba quanto vale seu produto, bezerro ou boi gordo.

O desafio hoje é reformular a comercialização da carne, introduzindo nesse processo o consumidor, ainda ausente de maneira inaceitável. Trata-se de um elo essencial; afinal é para ele que o setor produz. A pecuária precisa receber estímulos do consumidor, necessários para seu adequado desenvolvimento. Está aqui, certamente, o principal desafio para o setor produtivo nos próximos anos.

É preciso qualificar e certificar o produto, garantindo características essenciais e possibilitando uma ação mercadológica. Hoje o consumidor é obrigado a arriscar, levando para casa produtos muito diferentes quanto a qualidade, maciez e sabor. A qualificação permite diferenciar tipos, segmentar mercados e identificar preferências. A seleção genética realizada pelo produtor, aliada ao sistema de alimentação mais eficiente, poderá receber informações claras e precisas do consumidor sobre a carne de sua preferência.

Exatamente que tipo de informação levar para o consumidor, e principalmente como levar, é a grande questão. Qual o número de características que o sistema de qualificação do produto deve ter? Das referências básicas, como idade, sexo, peso da carcaça e cobertura de gordura, podemos até sofisticar para marmorização ou gordura entremeada, cor do músculo e da gordura e mesmo área do lombo.

Quem garantirá a qualificação é por si só outra grande discussão. O sistema de certificação deve ser estatal, federal ou estadual? Com que tipo de fiscalização? Deverão ser desenvolvidas exclusivamente marcas privadas, como alguns frigoríficos já fazem? Existe espaço e capacidade de organização para sistemas de parceria com a participação de pecuaristas, frigoríficos e comércio? São estas as questões a enfrentar.

Os efeitos do plano econômico impactaram de maneira direta a pecuária de corte. Nada melhor do que uma análise dos índices de preços pagos e recebidos elaborados pelo Centro de Estudos Agrícolas da FGV para compreender a conjuntura que assola o setor.

O lado positivo é que, nas crises, a criatividade aumenta e soluções inimagináveis anteriormente costumam se materializar. A aceleração dos progressos nas áreas de genética, alimentação e em particular de comercialização é uma realidade. O lado negativo fica para o produtor ainda não minimamente tecnificado, abandonado pelos governos e sem organização, que se distancia cada vez mais da eficiência, acelerando um triste processo de marginalização.

PEDRO DE CAMARGO

Pedro de Camargo Neto, doutor em engenharia de produção pela Epusp, é presidente do Fundepec — Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo.

Tecnocarne — II Feira Técnica de Produtos para a Indústria de Carne

de 16 a 19 de abril de 1996, das 13 às 20h no Expo Center Norte — SP

Estaremos lá, procure-nos no stand 127.J

O que foi feito do ciclo da pecuária

Durante muitos anos, o ciclo de longo prazo da pecuária bovina ocupou a atenção de analistas de mercado, pecuaristas de maior porte e estudiosos da agricultura brasileira. Essa análise forneceu informações importantes, estimulando até novos métodos de manejo na pecuária. Hoje, diversos fatores impedem uma visão mais nítida do ciclo.

No final dos anos 70, *Agroanalysis* divulgou um ensaio que abordava de forma bem original o ciclo de longo prazo da pecuária de corte, conquistando corações e mentes em todo o país. Basta ver a enxurrada de trabalhos sobre o mesmo assunto que apareceu logo em seguida. Passada a fase da euforia, tais estudos e análises foram minguando. Parece oportuno então reavivar a memória dos leitores quanto aos pressupostos em que se baseavam:

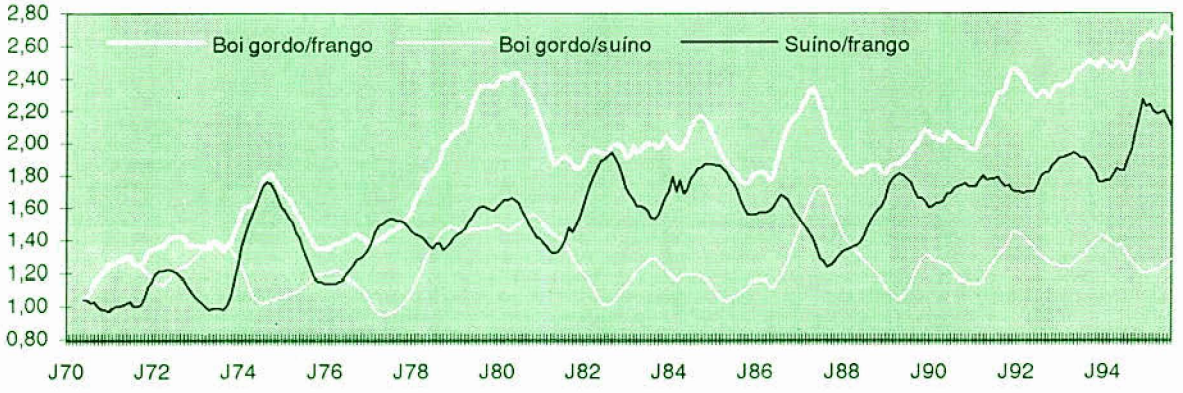
- período de baixa nos preços: anos de elevada oferta com menor retenção de matrizes;
- período de alta nos preços: a menor retenção de matrizes vai diminuindo o nascimento de bezerros, afetando a seguir a disponibilidade de novilhos e bois magros para engorda, e finalmente a quantidade de animais prontos para abate;
- a movimentação dos preços dá-se em função dos anos de menor ou maior oferta, que respectivamente vão aumentando ou diminuindo a retenção de matrizes de forma gradativa;
- o período do ciclo, em número de anos, vai ficando cada vez menor, à medida que ocorrem ganhos de produtividade na pecuária.

A partir desses fundamentos, passou-se à análise do ciclo da pecuária. O primeiro passo consistiu em encontrar um modo de neutralizar o efeito das distorções causadas por variáveis ligadas aos choques de congelamento de preços e salários, às adversidades climáticas e à sobrevalorização da moeda. O mecanismo usado foi corrigir mensalmente os preços pelo IGP a valor de janeiro de 1996, para convertê-los pelo valor do dólar no referido mês e fazer a média móvel.

O comportamento dos preços mostra duas fases bem distintas: uma, com ciclos relativamente regulares, de 1954 a 1984; a outra, bem heterogênea, após 1984.

Na primeira fase, aparecem nitidamente cinco ciclos, com duração média de quatro a seis anos cada. Em termos do número de anos, não se nota redução do ciclo que possa indicar ganhos de produtividade na criação. O que mais chama a atenção nesse período é que os picos de alta estiveram sempre em crescimento até 1980. Isso se explica em parte pelo fenômeno da intensa urbanização ocorrida no país e da massificação do consumo da proteína animal, onde a carne vermelha tinha participação majoritária. Como a

São Paulo — relação de troca no complexo carnes
Média móvel de 11 meses: jan. 70 a jan. 96



Fonte: IEA/SP.
Elaboração: AEE—Agroceres.

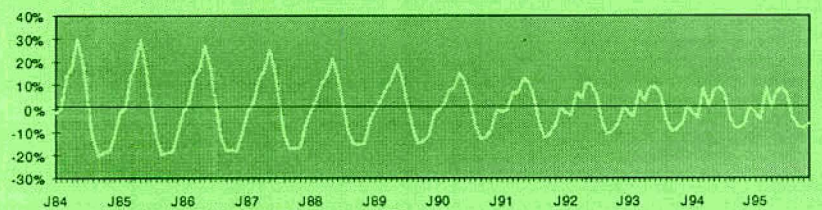
Abate bovino: sazonalidade e perspectivas

Abate bovino: percentual de fêmeas abatidas

Meses	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Jan.	37	30	31	19	28	35	32	31	31	31	31	27
Fev.	35	30	33	20	30	36	35	33	32	32	33	29
Mar.	33	28	29	21	33	35	29	30	30	29	32	28
Abr.	29	25	22	24	32	34	28	27	31	29	29	28
Maio	29	23	20	25	30	29	25	25	29	28	26	30
Jun.	26	23	18	26	32	28	23	24	27	26	25	29
Jul.	26	24	19	28	32	30	22	26	26	27	24	30
Ago.	27	25	18	26	31	33	25	26	27	27	21	28
Set.	28	23	23	23	29	29	26	27	25	25	20	26
Out.	27	24	13	24	28	29	26	26	25	26	21	26
Nov.	26	29	17	29	29	31	27	28	26	28	23	28
Dez.	31	29	19	26	33	31	29	30	29	29	25	
Ano	30	26	23	24	31	32	27	28	28	28	26	28

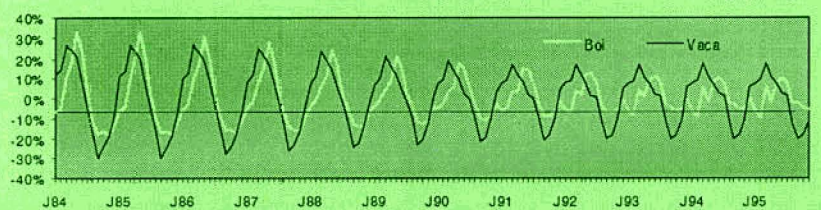
Fonte: Pesquisa Mensal de Abate de Animais — IBGE.
Elaboração: Ipea/Dipes.

Variações sazonais
Abate bovino: total, Brasil, 1984-95



Fonte: Pesquisa Mensal de Abate de Animais — IBGE.

Variações sazonais
Abate de bois e vacas: Brasil, 1984-95



Fonte: Pesquisa Mensal de Abate de Animais — IBGE.

Abate bovino: total anual (mil)



Fonte: Pesquisa Mensal de Abate de Animais — IBGE.

Nos últimos 10 anos, a variação mensal do número de bovinos abatidos tem apresentado tendência declinante: a diferença entre o número de animais abatidos no período de safra e de entressafra está diminuindo ano após ano. Nos anos 90, essa queda foi mais pronunciada no abate de machos do que no de fêmeas, como se vê na tabela 1.*

A série de abate de fêmeas nos anos 90 apresenta praticamente o mesmo padrão sazonal da década anterior, com ligeiro declínio.

A menor sazonalidade dos abates é um bom termômetro do ritmo de modernização da pecuária bovina de corte. Indica que os ganhos de preço na entressafra devem estar compensando os custos do confinamento de animais.

Perspectivas

Os preços atuais, relativamente mais baixos, associados às mudanças no comércio externo e ao acelerado crescimento recente da pecuária, têm causado preocupações quanto à sustentabilidade do crescimento no curto prazo. Não é imediatamente descartável a hipótese de que os fatores referidos venham a desencadear uma queda no ritmo de abates, provocando elevação futura do preço da carne bovina e, pela cadeia de transmissão, dos preços das demais carnes.

De fato, o percentual de fêmeas abatidas, a partir de maio de 1995, mantém-se acima do percentual de 1994, o que poderia caracterizar reversão do ciclo. Entretanto, observando os dados de um período mais longo, o percentual de fêmeas abatidas em 1995 está no mesmo nível da última década.

O abate elevado no segundo semestre poderia estar apenas compensando um percentual menor de fêmeas abatidas no primeiro semestre de 1995. Outro fator a ser levado em conta é que, observado o comportamento da série dessazonalizada, constatou-se um crescimento do abate de fêmeas em 1987, que não implicou queda de abate total dos anos posteriores. Na verdade, aquele crescimento ocorreu após grande retenção de animais, em setembro de 1986, devido ao Plano Cruzado.

O contexto, portanto, é bastante diferente e não comporta extrapolações simplistas acerca da possível recuperação dos preços da carne bovina em função do aumento do número de fêmeas abatidas. O crescimento do abate em 1995, por sua vez, dá continuidade à tendência de crescimento registrada no período estudado, lembrando que a queda no abate de fêmeas foi observada nos anos de 1986 e 1994.

REGINA PETTI

Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola, atualmente bolsista PNPE/Anpec, no Ipea.

* Nota metodológica: no cálculo dos fatores sazonais, utilizou-se o procedimento X-11 do método do Censo e optou-se pelo modelo multiplicativo.

Brasil — evolução da produção de carnes

Em 1.000t

Ano	Suínos	Frangos	Bovinos*
1985	1.212	1.577	3.708
1986	1.213	1.720	3.842
1987	1.269	1.970	3.689
1988	1.148	1.947	4.051
1989	0.953	2.029	4.225
1990	1.009	2.357	4.114
1991	1.150	2.628	4.479
1992	1.250	2.872	4.418
1993	1.215	3.143	4.614
1994	1.300	3.411	5.200
1995	1.450	4.050	5.400
1996	1.550	4.138	5.608

Fontes: Apinco, IBGE, Abef, Cepa/SC.
Elaboração: AEE/APL — Agroceres.
* Considera o abate clandestino.

EUA — preços de carne bovina recebidos pelos produtores

Jan.-dez. e média 1995

		EUA	Brasil	Diferença %
Mês	US$/CWT	US$/@ (a)	US$/@ (b)	(b)/(a)
Jan.	67,60	22,35	30,05	34,4
Fev.	68,80	22,75	30,40	33,6
Mar.	66,90	22,12	27,05	22,3
Abr.	66,30	21,92	25,56	16,6
Maio	60,70	20,07	24,57	22,4
Jun.	60,90	20,14	23,42	16,3
Jul.	59,50	19,68	25,30	28,6
Ago.	59,40	19,64	25,73	31,0
Set.	59,10	19,54	24,42	25,0
Out.	58,80	19,44	24,77	27,4
Nov.	60,70	20,07	25,73	28.2
Dez.	60,60	20,04	22,19	10,7
Média	62,44	20,65	25,77	24,7

Fonte: USDA.
Elaboração: AEE — Agroceres.

demanda crescia mais que a disponibilidade interna, os preços foram subindo ao longo do tempo.

A partir de 1984, há dois momentos de pico de alta com forte influência dos agregados macroeconômicos, levando em conta que:

- Em 1986, o congelamento de preços do Plano Cruzado provocou um aquecimento inusitado e generalizado na demanda. A produção de carne era insuficiente para atender, a curto prazo, ao abrupto crescimento do consumo. O déficit foi ainda mais agravado pelo aumento da retenção de matrizes pelos pecuaristas, diante da expectativa de elevar a produção futura.

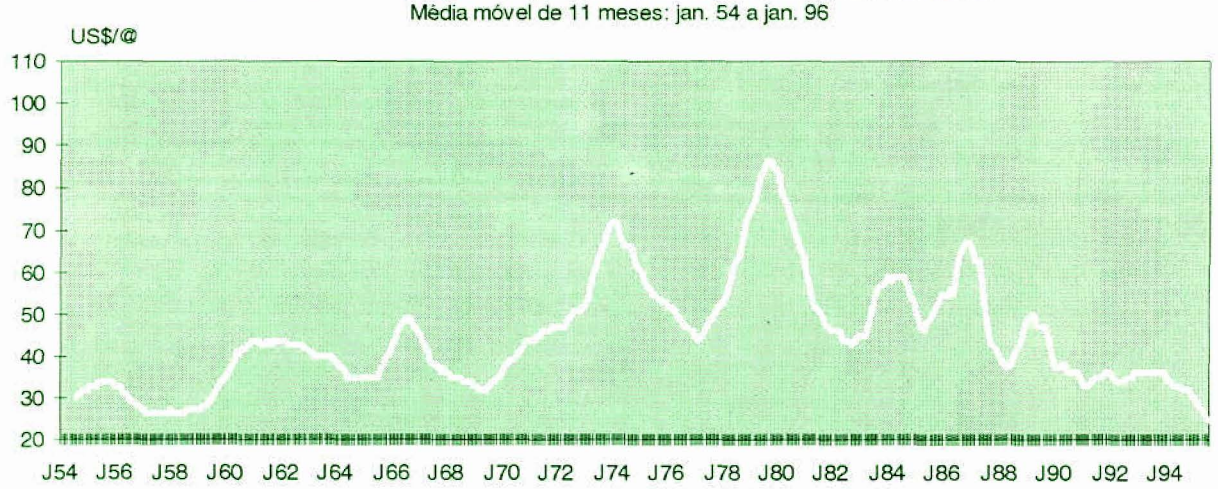
O governo tentou reverter a situação, recorrendo à Lei Delegada nº 4 para confiscar bois nos pastos de algumas fazendas. Tudo em vão, pois a política de congelamento de preços ficava distante da realidade de mercado, e a prática de ágio corria à solta em todo o agribusiness da bovinocultura de corte.

- Em 1989, o rápido descrédito do Plano Verão, editado no último ano do governo Sarney, num quadro de hiperinflação, provocou uma corrida por ativos reais no segundo semestre, o que gerou um fato atípico: os preços do boi gordo foram maiores na safra do que na entressafra.

É difícil imaginar um cenário alternativo para a pecuária de corte, caso não tivessem ocorrido os cho-

São Paulo — preços recebidos pelos produtores de boi gordo

Média móvel de 11 meses: jan. 54 a jan. 96



Fonte: IEA.
Elaboração: AEE — Agroceres.
Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI/FGV de jan. 96.

ques heterodoxos de preços e salários entre 1986 e 1994. Nesse período, a economia teve um desempenho irregular e chegou a ser recessiva. Deve-se notar porém que os baixos preços provocaram aumento na taxa de abate de matrizes, que passou do patamar de 20-25% nos anos 80 para 25-30% nos 90. Além disso, a produção vem aumentando sempre, revelando enorme melhora nos índices zootécnicos, mesmo com os preços cadentes da década de 90.

Ante um mercado competitivo e global no complexo de proteína animal, os programas de produtividade e qualidade na pecuária de corte serão a pedra angular, não só do ponto de vista da criação, mas de todo o seu agribusiness. Nos últimos anos, a carne vermelha vem perdendo participação de mercado, em contraposição à ascensão da avicultura em quase todos os países, inclusive no Brasil, via menores preços relativos, resultando em significativos acréscimos de consumo e de produção.

Os números são provocativos mas permitem levantar algumas discussões sugestivas. A situação A mostra uma pecuária bem próxima da praticada no Brasil do início dos anos 80. Nas situações B e C, o quadro é próximo ao existente nos EUA. A comparação pode ser feita sobre as margens fixadas por ciclo. Aqui, adotaremos 15 e 30%.

O importante é verificar que na situação B a margem somente ficará negativa se os preços ficarem inferiores a US$14/@. E mais, a um preço de US$16,4/@, portanto, 65,6% ao da situação A, a margem acumulada para o horizonte de cinco anos ainda assim é igual. Mas isso não é tudo, para acompanhar a remuneração do capital nos mercados internacionais; uma margem razoável seria de 25 a 30% para dois e meio a três anos. Há muita produtividade ainda a ser conquistada pela pecuária de corte nacional.

Cenários futuros da pecuária de corte

Três situações previstas: A, B e C

Item	A	B	C
Margem por ciclo (%)	30	30	15
Ciclo de produção (anos)	4,5/5	2/2,5	2/2,5
Preço (US$@)	25	20	16,14
Custo (US$@)	17,5	14	14
Giro em 5 anos	1	2	2
Rentabilidade em 5 anos (%)	30	60	30

Ao que tudo indica, os dias do ciclo de longo prazo da pecuária de corte deixaram definitivamente de existir em algum momento de meados do primeiro qüinqüênio dos anos 80. A instabilidade e os choques econômicos ofuscaram essa constatação. O efeito substituição de outras carnes, a preços mais acessíveis ao consumidor, além do confinamento e semiconfinamento, que lhe garante uma oferta mais regular ao longo do ano, tem tirado da carne vermelha o privilégio de ditar a intensidade das altas e das baixas no mercado de proteína animal.

LUIZ ANTONIO PINAZZA E LUIZ CARLOS DE MOURA

Os autores são, respectivamente, gerente administrativo de negócios e engenheiro agrônomo da Assessoria de Estudos Econômicos da Agroceres.

AFTOSA

Febre aftosa e exportações

Focos de febre aftosa no país prejudicam a imagem do produto brasileiro no exterior. A situação atual do rebanho é a melhor dos últimos 10 anos, mas só em 2005 o vírus da aftosa deverá estar erradicado no Brasil.

A conquista e a manutenção da posição brasileira no mercado internacional de carne bovina desempenham um importante papel no que se refere à regulação dos preços internos, sobretudo quando as condições do mercado doméstico desfavorecem os empresários nacionais.

Tradicionalmente alvo de tabelamentos e congelamentos no passado, o mercado de carne se ressentia das medidas governamentais de controle de preços e as exportações representavam uma saída para dar suporte à rentabilidade dos frigoríficos.

Durante os primeiros cinco anos da década de 80, a carne bovina brasileira obtinha um elevado grau de competitividade no mercado internacional, com preços significativamente inferiores aos praticados nos EUA e antiga CEE.[1] Tal fato era decorrente dos contrastes entre os sistemas de criação brasileiro e o europeu e norte-americano. Esta defasagem de preços

[1] *Agroanalysis*, mar. 1986, v. 10, n. 3.

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

20299-999 — Rio de Janeiro — RJ

VOCÊ SABE QUAL É O MEIO MAIS RÁPIDO ENTRE O CAMPO E A CIDADE?

A S S I N E

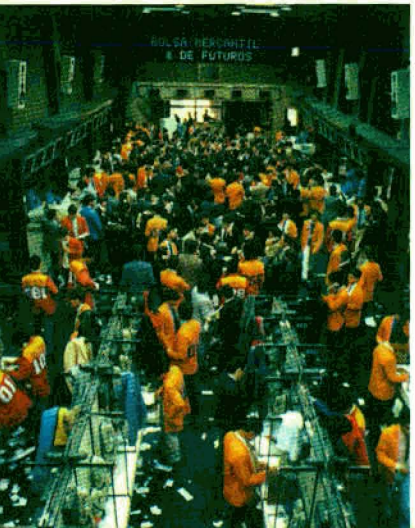
AGROANALYSIS

A menor distância entre o campo...



C O N J U N T U R A	O P I N I Õ E S
Í N D I C E S	L E G I S L A Ç Ã O
P A N O R A M A S	I N T E R N A C I O N A L
E S T A T Í S T I C A S	E N T R E V I S T A S

Tudo isso com o selo de garantia da melhor equipe de profissionais da Fundação Getulio Vargas



...e a cidade

Solicito

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 55,00**
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

- ❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
- ❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
- ❑ Cartão de crédito

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão ..... nº ..... validade .....

Central de Atendimento ao Assinante — Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948

Brasil — exportações de carne — 1981-96

	Equiv. carcaça mil t	Industrializada mil t	*In natura* mil t	Milhões US$	Industrializados milhões US$	*In natura* milhões US$	Preço médio US$/t E.C.
1981	254	185	69	386	296	90	1.520
1982	322	203	119	376	259	117	1.168
1983	450	250	200	474	303	171	1.053
1984	508	283	225	582	315	267	1.146
1985	537	285	272	526	282	244	980
1986	389	229	160	386	235	151	992
1987	321	182	139	431	238	193	1.343
1988	579	279	300	634	294	340	1.095
1989	345	257	88	324	228	96	939
1990	249	149	100	234	141	93	940
1991	326	252	74	398	260	138	1.221
1992	444	320	124	634	353	281	1.428
1993	392	290	102	516	291	225	1.316
1994	358	270	88	522	296	226	1.458
1995	269	225	44	445	287	158	1.654
1996	300	235	65	470	300	170	1.587

Fonte: Abiec.
Obs.: A Abiec representa aproximadamente 94% dos exportadores brasileiros.

Aftosa — circuitos pecuários — metas de controle do Ministério da Agricultura

Circuitos pecuários	Área de abrangência	Ausência de casos clínicos	Erradicação
Sul	RS, SC e PR (Sul)	Dez. de 1994	Dez. de 1997
Centro-Oeste	PR (Norte), SP, MS, MT, GO, DF, TO (parte), MG (parte)	Dez. de 1997	Dez. de 2000
Leste	MG (parte), ES, RJ, BA	Dez. de 1997	Dez. de 2000
Nordeste	SE, AL , PE, PB	Dez. de 2000	Dez. de 2005
Norte	TO (parte), PA, AP, RO, AM, AC e RO	Dez. de 2000	Dez. de 2005

Fonte: Mara.

deriva precipuamente da forma extensiva da criação brasileira, em que o capim constitui o principal alimento das reses, diferentemente da pecuária européia ou norte-americana, em que os animais mais apurados são arraçoados e têm manejo de custos elevados. Os baixos custos da criação extensiva, no caso, compensam, com sobras, a menor receita proveniente da pequena taxa de desfrute do rebanho bovino brasileiro.[2] O impulso observado nas exportações brasileiras naquele período havia sido favorecido também pela queda das cotações do boi gordo no mercado interno.[3]

O fortalecimento da posição brasileira no mercado mundial, no entanto, esbarrou em dois entraves básicos: segundo a Cepa de Santa Catarina, a rápida expansão da produção européia e o aumento na taxa de confinamento de gado misto (leite e corte), agregados às barreiras não-tarifárias às importações, limitaram maiores ambições dos empresários brasileiros, e as exportações nos últimos 15 anos mostraram-se muito irregulares.

Ultimamente, com o avanço das negociações do antigo Gatt para reduzir subsídios à produção agrícola, o perfil dos fatores limitantes à colocação da carne brasileira na Europa (tradicionalmente nosso maior comprador) foi desfocado da questão dos subsídios (antes a principal barreira) para os impedimentos de ordem sanitária. Ou seja, os europeus passaram a enfatizar muito a questão sanitária para desviar um pouco a atenção sobre a barreira maior, que eram as subvenções governamentais aos produtores rurais. Tanto que o nível de subsídios em 1996 foi utilizado como pico a partir do qual se estabeleceria o esquema das reduções das subvenções. Isso não quer dizer, entretanto, que fosse infundado o temor da reintrodução do vírus da febre aftosa: trata-se de doença cujas conseqüências sobre a produção de carne e leite são severas e da qual a Europa já havia conseguido se livrar.

Aftosa, fator discriminatório

De acordo com o Ministério da Agricultura, o mundo estaria atualmente dividido em dois grandes blocos: países onde ocorre a febre aftosa e países livres da aftosa. De acordo com a Divisão de Febre Aftosa

[2] Idem
[3] Idem

do Mara, o bloco livre da aftosa é constitituído pelo Japão, América do Norte, América Central e Europa. Mas o vírus ocorre ainda em boa parte do mundo: África, Ásia e América do Sul.

Apenas para se ter uma idéia sobre os efeitos da febre aftosa sobre a produção, sabe-se que o animal infectado apresenta aftas na boca, no úbere e patas. Desta forma, não come adequadamente e nem caminha direito. Embora a mortalidade seja rara em adultos e mais freqüente em animais jovens, a queda de produção de carne e leite é drástica, devido ao evidente enfraquecimento do animal.

Brasil — situação atual da pecuária de corte

	1994	1995	1996*
Rebanho bovino (milhões de cabeças)	161,30	165,10	169,00
Taxa de desfrute do rebanho (%)	16,12	16,35	16,59
Abate (milhões de cabeças)	26,00	27,00	28,00
Produção de carne (mil t equiv. carcaça)	5.200,00	5.400,00	5.607,70
Consumo *per capita* (kg em equivalente carcaça)	32,60	34,60	35,00
Consumo interno (mil t em equivalente carcaça)	5.017,50	5.385,60	5.527,70
Exportação (mil t em equivalente carcaça)	378,40	289,50	330,00
Importação (mil t em equivalente carcaça)	195,90	275,20	250,00

Fonte: Secretaria da Receita Federal/MF, Embrapa, IBGE.
* Dados estimados.
Obs.: A taxa de crescimento do rebanho para 1996 foi estimada em 2,34%.
A taxa de crescimento do abate para 1996 foi estimada em 3,8%.

De acordo com a Cepa de Santa Catarina, a intensificação da ocorrência da febre aftosa na década de 70, por outro lado, forçou uma rápida modernização das indústrias brasileiras de carne, uma vez que estas deveriam ser tecnologicamente capazes de atender ao mercado externo de carne processada (outros tipos que não o *in natura*). A esse respeito, cabe comentar que a parcela da indústria voltada para o mercado externo destaca-se por seu adiantamento tecnológico, equiparando-as a seus concorrentes internacionais. Segundo a *Revista Nacional da Carne*, a participação do Brasil no mercado internacional não está condicionada a fatores de ordem tecnológica da indústria frigorífica, mas a fatores de política externa dos exportadores e/ou concorrentes.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas (Abiec), o perfil das exportações brasileiras nos últimos 15 anos está assim distribuído por destino: 60% para a União Européia, 10 a 14% para os EUA, 6 a 8% para Oriente e Oriente Médio e o restante dividido em diversos outros países. EUA e Japão não aceitam carne *in natura*, alegando temor de reintrodução do vírus.

Melhora condição sanitária do rebanho

De acordo com os empresários do setor, não se sabe em quanto a febre aftosa afeta o mercado exportador brasileiro. Entretanto, há um consenso entre técnicos e industriais de que fortes razões de natureza política se agregam silenciosamente às restrições sanitárias para limitar as pretensões brasileiras neste comércio.

As sanções comerciais devido à aftosa variam muito de ano para ano. Em março do ano passado, a União Européia, após a vinda de uma missão da comunidade, impôs uma restrição temporária às importações de carnes frescas provenientes de São Paulo e Minas Gerais. Como a determinação imposta tinha um tempo muito curto de vigência (três meses), duvida-se que tal medida tivesse apenas a intenção de resguardar a Europa do vírus, uma vez que em tão curto período de tempo as condições sanitárias do rebanho brasileiro dificilmente apresentariam alteração. A medida, se prolongada, provocaria impacto significativo sobre as exportações, uma vez que cerca de 80% dos frigoríficos exportadores estão em São Paulo, de acordo com a Abiec.

O foro para discussão das restrições comerciais em função da questão sanitária será a Organização Mundial de Saúde (OMC), estando as inspeções a cargo do Office International des Epiozooties (OIE).

O Ministério da Agricultura está otimista com relação às condições do rebanho brasileiro. Entre 1984 e 1990, registravam-se no país entre 1.000 e 1.500 focos da doença por ano.[4] Em 1994, no entanto, os casos cresceram significativamente, alcançando 2.093 focos. Em 1995, o resultado foi o melhor em 10 anos: 589 focos, ou seja, uma redução de 70% em relação a 1994.

Embora as exportações brasileiras de carne bovina representem pouco no universo total da atividade, é imprescindível que o Brasil persiga decididamente a erradicação da aftosa, colocando-se no bloco dos países livres concorrendo com eles apenas pelos critérios convencionais da competitividade.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

[4] Cada foco corresponde a um rebanho contaminado, ou seja, propriedade que registre pelo menos um caso da doença em seu rebanho durante o ano.

Colaborou neste artigo dra. Denise Euclydes Marinho Costa—chefe da Divisão de Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Aves — sucesso de exportação

A avicultura brasileira de exportação vem aumentando as vendas de aves em partes, produto com maior valor agregado e que atende sob medida às necessidades dos consumidores.

Ao mesmo tempo em que a avicultura de corte foi o grande destaque no combate à inflação do ano passado, os produtores de frangos amargaram prejuízos por conta da pressão que sua elevada oferta determinou sobre os preços recebidos (*Agroanalysis*, fevereiro, p. 28). Não foi por outro motivo que a Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (Aprinco) registrou, no primeiro bimestre deste exercício, uma queda acumulada de 3,6% na produção de carne avícola. Ao mesmo tempo, o varejo passou a conviver com preços cerca de 30% superiores ao de R$1/kg do frango inteiro que se tornara comum no ápice da elevada oferta.

Pelo lado do segmento avícola voltado para o mercado externo, em 1995 as vendas alcançaram 429 mil toneladas, 11% abaixo das 481 mil vendidas em 1994. Já a receita cambial atingiu US$634 milhões, 6% mais do que no ano anterior. Esse fato derivou do crescimento da participação das vendas das aves em partes sobre o total, já que o preço médio deste subitem alcançou US$1.850/t, contra US$1.133/t para o frango inteiro.

Desde meados da década passada, e mais aceleradamente a partir de 1994, as partes de aves vêm sendo exploradas como o grande filão desse comércio, tanto pelo Brasil como pelos outros países vendedores. Na verdade, essa estratégia de "descommoditização" foi a saída encontrada para o paulatino estreitamento das vendas da ave inteira, tradicionalmente adquirida em grandes volumes apenas pelos países árabes. À medida que a tal limitação do mercado consumidor se aliaram políticas de subsídios às exportações francesas e norte-americanas, foi preciso buscar alternativas que garantissem a sobrevivência dos exportadores nesse ambiente muito competitivo.

Os acontecimentos se explicam em parte pelo fato de a carne avícola ser um produto que possui uma relação custo/benefício extremamente favorável ao consumidor final, ao aliar benefícios nutricionais, conveniência de preparo e preço atraente. A exploração do comércio de aves em partes surgiu como conseqüência natural de uma nova configuração de mercado, num autêntico exemplo do abandono do *marketing* de massa em benefício da individualização da clientela. Em outras palavras, constantemente sintonizada na busca de novidades também através de novos métodos de cozimento, sabores e temperos, a indústria passou a explorar o nicho dos consumidores desejosos de uma carne mais prática. Além do mais, criaram-se produtos especificamente elaborados para atender aos mais diferentes gostos. Através dessa agregação de valor às suas mercadorias, as empresas não só recuperaram seu faturamento como tiveram acesso a novos mercados até então inexplorados.

Vale notar que as expectativas dos consumidores de forma geral têm crescido, à medida que em todo o mundo a sociedade passa por ajustes econômicos tipicamente caracterizados pela competição entre as nações e pelo crescimento do desemprego. À medida que a insegurança sobre o futuro passa a fazer parte do dia-a-dia da população mundial, é natural que ca-

Estimativa do consumo de carne avícola e outros
Indicadores em diferentes regiões do mundo para 1995-2000

Região	Consumo de carne avícola em 1993 (1.000t)	Taxa anual de crescimento estimada para 1995-2000 (em %)			
		PNB	PNB *per capita*	População	Consumo de carne avícola
Oriente Médio e África	2.098	ND	ND	6,60	ND
Américas do Norte e Central	13.692	ND	ND	ND	1,40
América do Sul	4.667	3,50	1,80	1,70	4,10
Ásia	12.343	ND	ND	ND	11,60
Europa Oriental	1.312	3,40	2,70	0,70	3,70
Europa	6.609	2,80	ND	ND	1,20
Oceania	549	2,80	ND	ND	1,20
Ex-URSS	2.791	3,50	2,80	0,70	3,70

Fonte: Banco Mundial.
ND: Não disponível.

da indivíduo deseje obter mais pelo seu dinheiro, demandando benefícios extras a cada nova aquisição.

Três empresas brasileiras se destacaram nas exportações de partes de aves: a Perdigão, a Ceval e a Sadia, cujas vendas representaram quase 40% do total de 201,5 mil toneladas exportadas pelo país em 1994. Embora sua presença no segmento de aves inteiras seja também muito forte (55% das 279,5 mil toneladas vendidas no mesmo ano), observa-se que tem havido uma preferência pelo desenvolvimento do comércio de produtos com maior valor agregado. As empresas buscam não só a maximização da receita e dos lucros, como também a exploração de mercados consumidores novos e de maior poder aquisitivo.

Há entre os empresários do setor uma constante busca de novas alternativas de apresentação de seus produtos, com vistas à satisfação de desejos dos consumidores, locais ou externos, preferencialmente antes até de ocorrer a sua manifestação.

Além de estarem atentos às nuances das preferências dos consumidores, os empresários avícolas preocupam-se com o potencial da demanda internacional do produto a curto e médio prazos, já que se trata de elemento indispensável para o traçado de suas estratégias futuras. Começa no entanto a alterar-se o foco das preocupações quanto a este comércio, por três motivos.

Primeiro: as políticas de subsídios às vendas estão deixando de cumprir seu tradicional papel de criadoras de vantagem comparativa. Esse fenômeno é claramente observado no caso dos EUA; embora o país conte com o milionário suporte do EEP para sustentar suas exportações, isso não foi suficiente para evitar a queda sistemática de sua participação no total de frangos inteiros vendidos mundialmente — dos 8% registrados em 1991, passou para 3% em 1995. Da mesma forma, embora o *market-share* mundial das vendas norte-americanas de carne avícola seja maior

Principais cortes de aves
(com seus nomes equivalentes em inglês/japonês)
produzidos e exportados pela Perdigão Agroindustrial

1. Cortes de perna (Leg cuts):

1.1 Perna inteira com osso com pele (Bone-in skin-on whole leg)
1.2 Perna com osso sem pele (Bone-in skinless whole leg)
1.3 Perna sem osso com pele (Boneless skin-on whole leg)
1.4 Perna sem osso sem pele (Boneless skinless whole leg)
1.5 Coxa com osso com pele (Bone-in skin-on drumstick)
1.6 Sobrecoxa com osso com pele (Bone-in skin-on thigh)
1.7 Sobrecoxa com osso sem pele (Bone-in skinless thigh)
1.8 Sobrecoxa sem osso sem pele (Boneless skinless thigh)
1.9 Perna sem osso com pele em pedaços (Boneless skin-on leg in pieces/Kakugiri)
1.10 Perna sem osso sem pele em pedaços (Boneless skinless leg in pieces/Kakugiri)
1.11 Perna sem osso com pele aberta (Boneless skin-on leg open)
1.12 Perna sem osso com pele recheada (Stuffed chicken leg) — 15 tipos diferentes de recheio

2. Asa (Wing)

2.1 Asa inteira (Three joint wing)
2.2 Asa 1ª junta (Drumette)
2.3 Asa 2ª junta
2.4 Asa 2ª junta virada (Tulip)
2.5 Asa 2ª junta aberta (Tebanaka half)
2.6 Ponta de asa (Wing tip)
2.7 Asa duas juntas (Two joint wing-drumette+tulip)

3. Peito (Breast)

3.1 Peito com osso com pele inteiro (Bone-in skin-on whole breast)
3.2 Peito com osso sem pele inteiro (Bone-in skinless whole breast)
3.3 Peito sem osso com pele inteiro (Bone-in skin-on whole breast)
3.4 Peito sem osso com pele em metades (Bone-in skin breast in halves)
3.5 Peito sem osso sem pele inteiro (Boneless skinless whole breast)
3.6 Peito sem osso sem pele em metades (Boneless skinless breast in halves)
3.7 Peito sem osso com pele recheado (Stuffed chicken breast) — 25 tipos diferentes de recheio
3.8 Peito sem osso com pele em pedaços (Kakugiri de peito)
3.9 Peito sem osso sem pele em pedaços (Kakugiri de peito)

Observações:

— Os cortes podem ser classificados por pesos específicos, que variam de 10 em 10g ou de 20 em 20g. No caso da perna sem osso com pele e sem pele em pedaços (kakugiri de perna) e do peito sem osso com pele e sem pele em pedaços (kakugiri de peito), a classificação por peso é feita desde 3, 5, 10 e 20g por peça.

— Para cada tipo de corte existem diferentes tipos de embalagem.

— Os cortes mencionados são os mais comuns. A partir de cada um deles podem ser feitos diversos outros cortes, sendo que a linha total de cortes de aves da Perdigão atinge aproximadamente 70 diferentes tipos.

Fonte: Perdigão Agroindustrial S.A.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

a cada ano, sua taxa de crescimento está em franca desaceleração. Assim, enquanto os EUA foram responsáveis por 34% do comércio dessa carne em 1995, o volume então vendido suplantou o do exercício anterior em menos de 10% (no triênio 1992-94, a média dessa expansão alcançara quase 14%).

Ou seja, o modelo até então vigente, de que o sucesso de vendas pode ser função simplesmente do apoio governamental, vem passando por uma revisão, até porque pode-se imaginar que talvez se torne cada vez mais difícil conseguir o fantástico volume de recursos necessários para a sustentação dessa política protecionista.

O segundo elemento é que, embora cerca de 90% da produção avícola mundial sejam consumidos nos países que a produzem, pode-se prever que, devido a acordos comerciais recentes, cada vez mais o produto será consumido em países diferentes daquele de origem. A esse respeito, recentemente um estudo privado divulgado nos EUA informou que o comércio mundial de carne de aves deverá crescer, dos 5,8 milhões de toneladas projetados para o atual exercício, para 11 milhões no ano 2005.

O crescimento das exportações de partes de aves é um bom exemplo do abandono do marketing de massa em favor da individualização da clientela.

O terceiro elemento diz respeito à evolução e às particularidades do poder de compra dos consumidores mundiais. A título de exemplo, também segundo o mencionado estudo, apenas 1/5 da população da China dispõe de renda suficiente para adquirir produtos avícolas importados, percentual que não ultrapassa 8% na Índia e chega a 100% no caso do Japão. Longe de ser uma má notícia, esses números indicam que o mercado de carne avícola tem ainda muito espaço para se expandir.

Aplicando esses conceitos, o estudo conclui que, além de apenas 1/3 dos consumidores mundiais terem renda para comprar os produtos avícolas, a maior parte das oportunidades para a exportação dessa carne deverá ser encontrada nos países mais ricos e/ou nos segmentos mais ricos dos países menos favorecidos. Ao mesmo tempo, devido à alta elasticidade-renda da demanda de carne branca, oportunidades imediatas de incremento das vendas surgirão sempre que as economias ou segmentos econômicos da população se expandirem e vice-versa.

Portanto, ao mesmo tempo em que, mundialmente, observa-se a tendência ao aumento consistente tanto no consumo *per capita* de carne avícola quanto no número de consumidores do produto, por outro lado essa demanda só poderá ser satisfeita pela oferta oriunda de países que se destaquem na competitividade ante os concorrentes. No caso, as precondições englobam desde a disponibilidade de grãos para o arraçoamento e a existência de mão-de-obra farta e produtiva, até elementos imprescindíveis num quadro de competitividade, tais como uma boa infra-estrutura de comunicações e transportes.

O que se pode concluir é que o fato de os exportadores avícolas brasileiros não terem contado com um programa específico do governo de apoio à sua atividade poderá revelar-se providencial, nesse quadro de mudanças previsíveis no perfil do comércio internacional do produto. Afinal, o parque industrial avícola brasileiro dispõe de um *know-how* de ponta e, ao mesmo tempo, está livre dos vieses clássicos derivados de uma política de favorecimento ou protecionismo.

Resta esperar que, a prazo tão curto quanto possível, essas mesmas empresas possam contar com a colaboração das autoridades governamentais no sentido de garantir um quadro futuro de tranqüilidade no abastecimento de milho, como também para uma urgente revisão da estrutura de impostos que vêm gravando os produtos finais de forma totalmente anticomercial.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

SUINOCULTURA

O que quer o consumidor brasileiro?

Sem responder a essa pergunta, a suinocultura brasileira, principalmente em seu segmento industrial, não terá como romper os padrões atuais de relativa estagnação. Nos EUA, a iniciativa privada procura conhecer cada vez mais as características do consumidor para poder atendê-lo melhor.

Muito se tem falado e escrito a respeito da suinocultura e de seus problemas no Brasil. Invariavelmente, tais discussões versam sobre o imobilismo em que a atividade se encontra, com a produção comercial *patinando* há tempos num patamar pouco diferente de 1 milhão de toneladas de carne.

O ano passado foi uma exceção. Conforme a estimativa da Cepa de Santa Catarina, a produção comercial alcançou 1,45 milhão de toneladas. Houve portanto aumento de quase 12% frente ao produzido

no ano anterior, devido à conjugação de dois fatores: os baixos preços do milho colhido na safra 1994/95, e o fortalecimento da demanda por alimentos de uma forma geral, causado pela forte queda dos índices inflacionários desde a implementação do Plano Real.

É sabido, porém, que a produção real (comercial e não-comercial) de carne suína ultrapassa em muito a quantidade informada oficialmente, indicando que o verdadeiro consumo *per capita* seja maior que os pouco menos de 9kg anuais relativos apenas à oferta comercial.[1] No entanto, não reside aí nenhuma vantagem, na medida em que o produto oriundo do circuito não-comercial deixa muito a desejar em termos de qualidade, sendo, inclusive, o responsável pela imagem ruim da carne de porco junto a grande parte da população.

O ano passado foi uma exceção. A produção cresceu 12% em razão dos baixos preços do milho e do aumento do poder de compra da população.

Por seu turno, mesmo no que diz respeito ao desempenho em nível comercial, o setor ainda carece de alguns ajustes vitais para um melhor resultado das vendas que lhe impulsione o crescimento, à semelhança do observado junto à avicultura.

Não há como negar, porém, que já há mudanças em curso, derivadas de uma maior conscientização do próprio setor de abate e transformação dos animais, no que diz respeito às urgentes providências que devem ser tomadas para a recuperação do tempo perdido.

Alimentos considerados ideais pelos norte-americanos para o café da manhã

Item	Pesquisa não-induzida %	Pesquisa induzida %
Bacon	31	65
Salsicha	16	57
Presunto	8	50
Ovos	57	76
Suco/fruta	32	ND
Torrada	31	ND
Cereal	23	ND
Panquecas/*waffles*	18	ND
Batatas	14	ND
Carne suína (líquido)	47	82

Fonte: CNPCS.
ND: Não-disponível.

A primeira delas sem dúvida se refere à tão aguardada e finalmente adotada generalização do processo de tipificação de carcaças nas agroindústrias do sul do país. Ainda que o reflexo desta iniciativa na tecnificação da suinocultura não apareça antes de cinco anos, trata-se de um passo fundamental para se detonar o processo de modernização e avanço do setor. É estratégico para atividade suinícola atrelar a remuneração dos criadores à qualidade dos animais.

A segunda se refere aos resultados alvissareiros que se vêm observando junto à pesquisa genética em sua constante busca pelo suíno que ofereça mais carne e menos gordura.

Destaca-se o esforço de pesquisa genética realizado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, da Embrapa, que desenvolveu uma linhagem diferenciada de suíno a partir de cruzamentos específicos. O animal resultante apresenta redução de quase 40% na espessura do toucinho, o que significa um ganho de carne na carcaça da ordem de 0,5%. Ao início deste ano, os animais foram repassados à Cooperativa Central Oeste Catarinense (Coopercentral), incumbida de fazer sua multiplicação e disseminação entre os cooperados.

A terceira mudança diz respeito à conscientização das lideranças representativas desta atividade no que tange à necessidade de encararem seu produto final como uma mercadoria cujo sucesso de vendas é função da sua capacidade de cativar o público. Em outras palavras, não basta oferecer uma carne de boa qualidade, é necessário *convencer* os consumidores de que terão algum benefício extra em preferi-la às carnes concorrentes.

Neste particular, o caminho a ser trilhado será longo, pois, até o momento, nada de significativo foi feito no intuito de desmistificar a carne suína como vetor de doenças e de colesterol. Ou seja, por mais que os técnicos que acompanham de perto a suinocultura comercial brasileira conheçam a sua atual alta qualificação e a fragilidade dos mitos quanto ao item colesterol, não tem havido sucesso no repasse destas informações ao grande público.

Além do mais, é importante lembrar que o quadro cárneo brasileiro sofreu uma rápida modificação recentemente, consubstanciada no deslocamento da carne avícola de sua tradicional posição de substituta

[1] Extra-oficialmente, acredita-se que o consumo real seja o dobro do oficial.

à bovina. Ou seja, a carne de frango ganhou luz própria na medida em que, nos dois últimos anos, conseguiu solidificar sua posição de proteína acessível aos orçamentos e indicada para uma dieta saudável.

Isso significa que sobrou, para a carne suína, a posição de menor prestígio dentro do complexo cárneo, permanecendo sozinha na posição secundária de substituta às outras duas. Reverter essa situação será tarefa difícil, pois a carne de porco não dispõe das vantagens que ditaram tanto a tradicional supremacia da carne bovina (alimento *nobre*, de ampla aceitação) quanto o recente sucesso da carne de frango (preço em conta, compatibilidade com uma dieta saudável).

É estratégico para o fortalecimento da suinocultura atrelar a remuneração do produtor à qualidade dos animais.

Ou seja, um esforço extra deve ser feito no sentido de desfazer as crenças que têm entravado a expansão do consumo da carne suína no Brasil. Além do mais, é urgente que se proceda a uma revisão no modelo de comercialização do produto, com vistas a torná-lo mais adequado tanto aos desejos dos consumidores quanto a seu bolso. Só assim o produto passará a ser avaliado pelo público também por uma dimensão intangível que possa lhe assegurar o aumento da demanda.

É interessante observar que esta preocupação não é exclusivamente brasileira. Também o Conselho Nacional de Produtores de Carne Suína (CNPCS) dos EUA vem se mobilizando na busca de alternativas que levem ao incremento das demandas interna e externa dessa proteína.

Guardadas as devidas proporções, a problemática primária dos produtores norte-americanos revela-se semelhante à de seus pares brasileiros: o que fazer para expandir o consumo da carne suína. A diferença é que sua meta é ambiciosa, na medida em que eles não só desejam que o produto venha a ser a variedade de maior consumo *per capita* nos EUA, como também que este objetivo seja atingido até o ano 2000.[2] Para tanto, o CNPCS encomendou pesquisa de identificação dos tipos de consumidores norte-americanos de carne suína, além de seus hábitos e preferências. A seguir, deu-se atenção especial à segmentação desse mercado consumidor, com o objetivo de captar o potencial

[2] Para 1996, a previsão do USDA é de que o consumo *per capita* da carne suína seja de 31,3kg, contra 45,3kg para a carne bovina e 48,5kg para a carne avícola.

Suinocultura — diversas regiões — 1996

Item	Brasil	EUA	China	União Européia
Rebanho (em mil cabeças)	32.400	59.063	426.000	115.362
Abate (em mil cabeças)	17.241	99.200	500.000	181.796
Taxa de desfrute (%)	53	170	117	158
Produção carne suína (em mil t)	1.500	8.329	39.000	15.211
Importação carne suína (em mil t)	2	295	ND	34
Exportação carne suína (em mil t)	40	408	210	745
Consumo total carne suína (em mil t)	1.462	8.301	38.790	14.192
Consumo *per capita* carne suína (em kg/ano)	8,60	31,30	31,30	41,30

Fonte: USDA.
ND: Não-disponível.

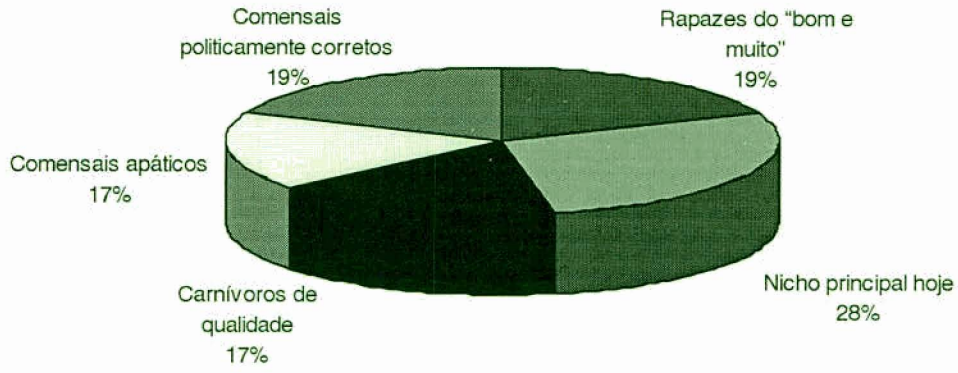
de cada extrato. Identificou-se que, embora perto de 66% da população dos EUA consumam a carne suína diariamente (contra 57% para a carne bovina e 49% para a avícola), incluindo-a em 33% dos desjejuns e em 30% dos almoços, a tonelagem total ingerida é mais baixa do que no caso das outras duas carnes. Isto se explica pelo fato de, tipicamente, na primeira refeição do dia ingerirem-se somente algumas fatias de *bacon*, e de, ao almoço, optar-se por sanduíches recheados com fatias finas da carne de suíno. Com base nestas observações, as lideranças suinícolas norte-americanas elegeram, como objetivo maior, a deflagração de estratégia mercadológica de aumento da presença da carne suína no jantar.

Essa meta, por sua vez, implicará uma alteração de hábitos, pois foi detectado que os comensais costumam associar a última refeição do dia à carne apresentada em maiores cortes. Conseqüentemente, a opção costuma se dar ou por cortes de carne bovina de maior peso ou por peitos inteiros de frango. Fica explicado, portanto, por que a carne suína — consumida basicamente na forma de costeletas nesta terceira refeição — só freqüenta 24% dos jantares, enquanto as participações das carnes bovina e avícola chegam a, respectivamente, 37 e 28%.

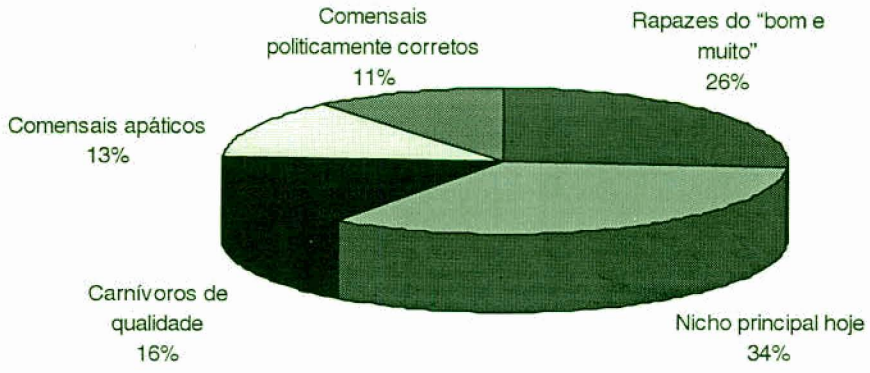
Além do mais, a pesquisa identificou fatos paralelos que têm contribuído para prejudicar a palatabilidade da carne suína, agindo indiretamente como entraves ao aumento do consumo. Por exemplo, destacou-se que existe o hábito de cozinhar a carne em excesso, 71% dos entrevistados afirmando sua preferência em ingeri-la bem passada (contra 28% para a carne bovina), enquanto apenas 12% disseram que a preferem ao ponto ou malpassada (contra 48% no caso da carne bovina).

A referida pesquisa definiu cinco extratos de consumidores de carne suína, apontando não só sua participação percentual enquanto consumidores do produto, como também sua percentagem em termos de reação — aqui entendida como o poder que detém de irradiar reações em seguida a qualquer ação que vise influir no consumo da carne.

Enquadramento dos consumidores



Capacidade de reação dos grupos



De posse destes resultados, o CNPCS definiu que sua estratégia de curto prazo deveria pautar-se por uma ação concentrada nos segmentos denominados "rapazes do bom e muito", "nicho principal hoje" e "carnívoros de qualidade". Isso porque são esses os grupos cujo consumo reagirá mais intensamente a um esforço mercadológico. Os chamados "rapazes do bom e muito" são homens jovens que gostam de consumir carne mas fazem as refeições apressadamente, sendo grandes usuários das redes de *fast-food* e de comida adquirida pronta. O "nicho principal hoje" diz respeito aos consumidores que constituem os maiores aliados da suinocultura, por fazerem suas opções alimentícias de acordo com o preço dos produtos. Já os "carnívoros de qualidade" são majoritariamente homens, que gostam de comer fora em restaurantes finos, apreciam o paladar dos alimentos e não se preocupam com o aspecto nutricional, preferindo os cortes nobres de carne.

Quanto aos dois grupos restantes ("comensais apáticos" e "comensais politicamente corretos"), a pesquisa demonstrou que os primeiros não devem ser objeto de maiores investimentos, pois não demonstram preocupação com os alimentos. Os últimos, por sua vez, não devem ser desdenhados, pois, sendo disseminadores de informação, podem prejudicar a carne suína no caso de suas percepções sofrerem qualquer tipo de viés.

As contribuições do estudo são otimistas em relação ao futuro da carne suína, por ser um produto versátil, que oferece uma ampla variedade de sabores que acompanham as modificações de palatabilidade constantemente exigidas pelos consumidores. Uma das sugestões, por exemplo, diz respeito à necessidade de aprimorar a imagem do tradicional sanduíche de presunto. Sua imagem deveria ser submetida a um processo de revigoração que o rejuvenesça e revitalize, de forma a torná-lo mais atraente, já que o presunto não sofreu modificações ao longo da última década.

Vale notar que as preocupações do CNPCS quanto ao futuro da carne suína ultrapassam as fronteiras do seu mercado doméstico. Neste sentido, sua agenda para os próximos cinco anos inclui também uma forte estratégia de aumento das exportações, com vistas a triplicar estas vendas até o ano 2000. Previstas pelo USDA em 408 mil toneladas para 1996, a meta do CNPCS é tornar essas vendas cada vez mais representativas, a exemplo do que se vem observando junto à carne avícola.

Para atingir este objetivo, o comitê tem frisado a necessidade de estar-se atento à gradual abertura das fronteiras mundiais e às oportunidades comerciais daí surgidas, além de atentar para uma série de procedimentos que tornem seu produto mais vendável. Neste sentido, a meta primária é o aumento do valor agregado aos produtos oferecidos. Ao mesmo tempo, a melhoria da qualidade tem sido colocada como condição imprescindível para a conquista do mercado externo, pois está constatado que, conforme os países se tornam mais dependentes das importações, aumentam suas exigências quanto à qualidade e às especificidades dos produtos.

Quantidades de colesterol e de proteína em diversos alimentos

Alimento	Colesterol* (em miligramas)	Proteína* (em gramas)
Filé assado de suíno	79,00	28,90
Costela cozida de suíno	91,10	31,80
Bisteca assada de suíno	90,20	32,20
Tender de suíno	81,10	28,80
Peito cozido de frango	83,90	24,10
Coxa frita de frango	90,70	23,70
Peru assado sem pele	76,50	25,20
Fígado frito de boi	90,00	25,90
Lombo assado de boi	85,70	32,10
Cozido ao forno de boi	86,30	27,50

Fonte: American Meat Institute/Agroceres.
* Teor contido em amostras de 100g.

Além disto, o CNPCS está monitorando a abertura de eventuais *janelas* de exportação, surgidas a partir de desacelerações no desempenho produtivo dos países, por conta tanto de restrições ambientais como de aumentos nos custos de arraçoamento. Neste particular, chama a atenção a análise realizada pelo Comitê de Comércio Exterior do Conselho, onde o Brasil desponta como o país concorrente que mais os preocupa.

Um dos motivos desta preocupação é a elevada disponibilidade brasileira tanto de grãos para arraçoamento quanto de tecnologia, que dá ao país uma capacidade intrínseca de suplantar os EUA na disputa pelos mercados externos.

Em segundo lugar está a posição geográfica brasileira, que obviamente coloca o país em vantagem sobre os EUA quanto às vendas para os outros países da América Latina — vistos como um grande filão para as exportações de carne suína devido à popularidade local desta proteína.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Algodão, arroz e milho — financiamento da comercialização

A Resolução nº 2.260 regulamenta os contratos de opção pelos quais agricultores e cooperativas poderão vender a sua produção de arroz agulhinha, milho e algodão ao governo antecipadamente, pelo preço mínimo mais os custos de carregamento com estocagem, desde que comprem nas bolsas de mercadorias uma opção de venda e paguem um prêmio para a operação. Esta nova sistemática procura facilitar as negociações privadas, afastando o governo da comercialização da safra e do carregamento de estoques.

Outras medidas recentemente divulgadas estabelecem as condições que deverão pautar, em 1996, os financiamentos para controle da *vassoura-de-bruxa*, destinam recursos do Pronaf ao atendimento de manutenção familiar a produtores gaúchos atingidos por adversidades climáticas e para o atendimento de aplicações formalizadas com recursos obrigatórios no custeio da safra de inverno, ampliam o financiamento de custeio da safrinha de milho e sorgo e dispõem sobre o zoneamento agrícola do trigo, bem como prorrogam prazos de vencimento de operações de EGF para sementes da safra 1994/95.

A seguir, os pontos principais das resoluções.

Resolução nº 2.254, de 11-3-1996, do Banco Central do Brasil: estabelece condições para financiamento do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no ano de 1996, destinado ao controle da doença "vassoura-de-bruxa" e à recuperação da produtividade da lavoura.

I — fontes e destinação dos recursos:

a) R$30 milhões do BNB/FNE, destinados prioritariamente a miniprodutores; b) R$18 milhões do BNDES, destinados prioritariamente a médios e grandes produtores;

II — encargos financeiros:

a) miniprodutor: os usuais do FNE; b) pequeno produtor: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano); c) médio e grande produtores: TJLP acrescida de taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

III — prazo de contratação: até o final de outubro.

Resolução nº 2.255, de 11-3-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre a concessão de financiamento de custeio para manutenção familiar, no âmbito do Pronaf, para produtores rurais do estado do Rio Grande do Sul cujos empreendimentos foram atingidos por eventos climáticos adversos, observadas as seguintes condições:

I — finalidade: crédito de custeio para manutenção dos produtores e de suas famílias, de que trata o MCR 3-2-5-"b";

II — beneficiários: produtores enquadráveis como beneficiários do Pronaf, conforme critérios divulgados pela Resolução nº 2.191, de 24-8-1995, e desde que: a) os empreendimentos atingidos pelas intempéries estejam localizados em municípios declarados em estado de emergência e registrem perdas de safra igual ou superior a 50% (cinqüenta por cento); b) estejam conduzindo pessoalmente suas atividades na propriedade; c) não tenham sido contemplados com financiamento para replantio, nos termos do art. 19, inciso III, da Resolução nº 2.231, de 5-1-1996;

Mudança no ITR

TEXTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 28-3-1996

"Determina a revisão de ofício dos lançamentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, referentes ao exercício de 1995, efetuados mediante modificações emitidas em janeiro e fevereiro de 1996.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.140 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MEFP nº 606, de 3 de setembro de 1992, e tendo em vista o disposto nos arts. 142 e 149, inciso VIII, do Código Tributário Nacional, e na Portaria nº 649, de 14 de agosto de 1979, do Ministério da Fazenda, *resolve*:

Art. 1º — Determinar que a Coordenação-Geral do Sistema de Arrecadação proceda à revisão de ofício dos lançamentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, da Contribuição Parafiscal e das Contribuições à Confederação Nacional da Agricultura — CNA e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag, referentes ao exercício de 1995, efetuados mediante notificações emitidas em janeiro e fevereiro de 1996.

Art. 2º — Ficam sobrestados, em conseqüência, os lançamentos sujeitos à revisão de que trata o art. 1º.

Art. 3º — Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Everardo Maciel"

III — limite de crédito por beneficiário:

Faixa de renda (%)	Número de pessoas na família	
	Até 4	Acima de 4
50 a 80	até R$800,00	até R$1.000,00
81 a 99	até R$1.200,00	até R$1.500,00
100	até R$1.600,00	até R$2.000,00

IV — liberação do crédito: imediatamente, em uma única parcela;

V — prazo de contratação: até 31-5-1996;

VI — prazo de pagamento: 3 (três) anos, com amortização de 50% (cinqüenta por cento) do saldo devedor em maio de 1998 e o restante em maio de 1999;

VII — agente financeiro: Banco do Brasil S.A., podendo valer-se do banco estadual para formalização das operações;

VIII — fonte de recursos: Fundo de Amparo ao Trabalhador, até o montante de R$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), condicionada à participação do governo estadual mediante assunção do risco financeiro das operações.

Resolução nº 2.256, de 11-3-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre crédito rural ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2), destinado ao financiamento de despesas de custeio de lavouras de inverno, safra de 1996, e de aquisição, transporte e aplicação de calcário.

Art. 1º Admitir que as aplicações formalizadas ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2), destinadas ao financiamento de despesas de custeio de lavouras de aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale da safra de inverno de 1996, sejam excepcionalmente computadas para cumprimento da exigibilidade de aplicações no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o art. 3º da Resolução nº 2.191, de 24-8-1995.

Resolução nº 2.257, de 11-3-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre crédito rural ao amparo de recursos controlados, destinado ao financiamento de despesas de custeio de lavouras de milho e sorgo, "safrinha de 1996", na região Centro-Sul do país, ao amparo de recursos controlados, independentemente do montante de crédito já utilizado pelo tomador na safra de verão 1995/96. As operações devem ser formalizadas sem cláusulas de equivalência em produto e de adesão ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Resolução nº 2.258, de 11-3-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre prorrogação dos prazos de vencimento das operações de EGF/sementes, safra 1994/95.

Art. 1º Autorizar a prorrogação, para abril de 1996, dos prazos de vencimento das parcelas de operações de Empréstimo do Governo Federal (EGF) relativas a sementes, safra 1994/95, de que trata o art. 1º, incisos I, II e III, da Resolução nº 2.213, de 20-11-1995.

Resolução nº 2.259, de 15-3-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre zoneamento agrícola para plantio de trigo, safra de inverno 1996, redução de alíquota de adicional do Proagro e ajuste nas condições de financiamento de custeio da lavoura.

Art. 1º Adotar as seguintes condições especiais para efeito de enquadramento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) de operações de custeio de trigo, safra de inverno 1996, conduzidas por produtores que optem, mediante cláusula contratual, por aplicar as recomendações técnicas referentes a cronograma de plantio, combinado com variedades de sementes e graus de aptidão dos solos, nos municípios do estado do Paraná considerados aptos pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária:

I — alíquota de adicional do Proagro (MCR 7-3-2-"d") reduzida de 11,7% (onze inteiros e sete décimos por cento) para 4% (quatro por cento);

II — causas de coberturas do Proagro (MCR 7-5-2) restritas aos seguintes eventos adversos:

a) geada; b) granizo; c) tromba d'água; d) vendaval.

§ 1º A inobservância da cláusula relativa às recomendações técnicas sujeita o beneficiário às condições atuais do Proagro, em especial as definidas no MCR 7-3-12 e 7-3-13, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Admite-se regularizar o adicional do Proagro mediante simples elevação da alíquota para 11,7% (onze inteiros e sete décimos por cento), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do enquadramento da operação.

§ 3º Cabe ao Banco Central do Brasil divulgar a relação dos municípios com os respectivos cronograma de plantio e listagem de variedades de sementes recomendadas.

Art. 2º Determinar que no caso de perdas decorrentes do fenômeno geada os relatórios conclusos de comprovação de perdas relativos à lavoura de trigo (MCR 7-4-14-"c" e 7-4-16-"b") sejam elaborados somente no período previsto para colheita, quando efetivamente devem ser constatadas e dimensionadas as perdas, independentemente da safra, da localização do empreendimento e do período de ocorrência do evento.

Art. 3º Estabelecer que nos financiamentos de custeio de trigo, safra de inverno 1996, a parcela de crédito destinada à aquisição, transporte e aplicação de calcário, de que trata o art. 2º da Resolução nº 2.256, de 11-3-1996, deve ser excluída:

I — da sistemática de equivalência em produto;

II — do limite de financiamento de R$30.000,00 (trinta mil reais), ao amparo dos recursos controlados do crédito rural, previsto no art. 29, inciso III, da Resolução nº 2.164, de 19-6-1995.

Resolução nº 2.260, de 21-3-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre a venda de contratos de opção de venda como novo instrumento de política agrícola.

Art. 1º Autorizar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a lançar contratos, observadas as seguintes características e condições:

I — modalidade: opção de venda;

II — adquirentes: produtores rurais e suas cooperativas de produção, admitida a posterior transferência de titularidade;

III — produtos amparados: algodão em pluma, arroz longo fino e milho;

IV — preço de exercício: valor preestabelecido para o produto objeto da opção, o qual deve ter como base, para as safras 1995/96 e 1996/97, o preço mínimo a ser calculado levando-se em conta a estimativa dos custos financeiros e de estocagem para o período de vigência do contrato, assim como do custo do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para entrega do produto;

V — prêmio: valor que o adquirente deve pagar pela compra do contrato, podendo ser fixado valor mínimo para aceitação de lances;

VI — épocas de contratação e de vencimento: definidas por ocasião do lançamento dos contratos, em consonância com o calendário agrícola de cada produto;

VII — lançamento: por meio de leilões públicos, sistemática essa que deve ser utilizada também nas eventuais recompras e repasses de contratos;

VIII — registro das operações: em sistema de registro e de liquidação financeira de títulos, administrado por entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil ou em entidade que já opere o registro de operações de mercados organizados de derivativos, desde que especificamente credenciada para essa finalidade;

IX — validade das operações: as transações com os contratos só terão validade após registradas em consonância com o disposto no inciso anterior;

X — exercício da opção:

a) o adquirente pode exercer o direito de vender o produto objeto da operação somente no vencimento do contrato;

b) pode ser fixado prazo de até 30 (trinta) dias, contados até a data do vencimento do contrato, para que o adquirente seja obrigado a comunicar formalmente o seu interesse em exercer a opção.

XI — ressarcimento de despesas: na hipótese de o adquirente exercer a opção, ser-lhe-ão ressarcidas, quando da aquisição do produto, as mesmas despesas que vêm sendo indenizadas por ocasião da formação de estoques estratégicos e das Aquisições do Governo Federal na modalidade AGF Direta;

XII — recebimento do produto: conforme definido no contrato;

XIII — alternativas ao recebimento do produto: pode ser incluída cláusula contratual permitindo que a Conab opte por não receber o produto, caso o adquirente manifeste interesse em exercer a opção, utilizando-se para tanto as seguintes alternativas:

a) recompra do contrato;

b) repasse do contrato a terceiros, desde que asseguradas ao adquirente as garantias necessárias de que o novo titular honrará as obrigações originalmente assumidas pela Conab, inclusive as previstas no inciso XI desta Resolução;

c) pagamento da diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado na época do vencimento do contrato.

§ 1º A Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e as Secretarias do Tesouro Nacional e de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, ficam autorizadas a definir, em conjunto, as demais condições necessárias à operacionalização do presente instrumento de Política Agrícola, tais como:

I — preço de exercício;

II — especificações dos produtos amparados;

III — amparo de outros produtos;

IV — fixação de prazos de contratação e vencimento das opções;

V — sistemática de venda das opções.

§ 2º A cada safra, as referidas secretarias deverão elaborar e submeter ao Grupo Executivo Interministerial de Abastecimento (Geia) proposta de atuação do governo federal com base nesse instrumento, destacando os valores a serem comprometidos pelo Tesouro Nacional e a estratégia e os objetivos pretendidos, bem como eventuais critérios alternativos aos previstos nesta Resolução para o cálculo do preço de exercício.

Art. 2º Podem ser financiados ao amparo dos recursos controlados do crédito rural, na modalidade pré-comercialização (MCR 3-4), os seguintes itens referentes à compra de contratos de opção de venda:

I — o valor do prêmio;

II — as despesas acessórias relativas à aquisição;

III — as despesas com a classificação, armazenagem e outros gastos inerentes à fase imediata à colheita do produto.

Parágrafo único. O financiamento previsto neste artigo não pode ultrapassar 6% (seis por cento) do valor das opções contratadas e não vencidas, ficando limitado, no caso de adquirente produtor rural, a R$30.000,00 (trinta mil reais) por beneficiário.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

A âncora vermelha continua

O Iabag de fevereiro registrou uma elevação de 0,85% (uma queda de 2,2 pontos percentuais em relação ao índice de janeiro, sazonalmente alto em função das chuvas). Com esse resultado, os itens referentes aos produtos do agribusiness (em sua grande parte, alimentos) foram responsáveis por aproximadamente 1/3 do resultado do IGP-DI de fevereiro (0,76%). Não fossem as fortes elevações registradas nos preços de atacado de produtos como o café em coco, o fumo em folha e o trigo (ver tabela), e o Iabag teria fechado com uma elevação de no máximo 0,10%. Os preços de gêneros alimentícios ao consumidor, por sua vez, retraíram 0,15% (uma queda de 3,51 pontos percentuais em relação ao mês anterior).

Tanto no atacado como no varejo, o destaque no mês de fevereiro foi a redução nos preços das carnes vermelhas e brancas. Essa tendência deve se repetir nos próximos dois meses, quando for atingido o auge do abate de bovinos (ver box no artigo O ciclo da pecuária de corte). A queda nos preços, sobretudo em nível de varejo, é resultante não só de um mercado mais abastecido, mas também de acirrada competição, principalmente entre a carne de frango e a carne bovina.

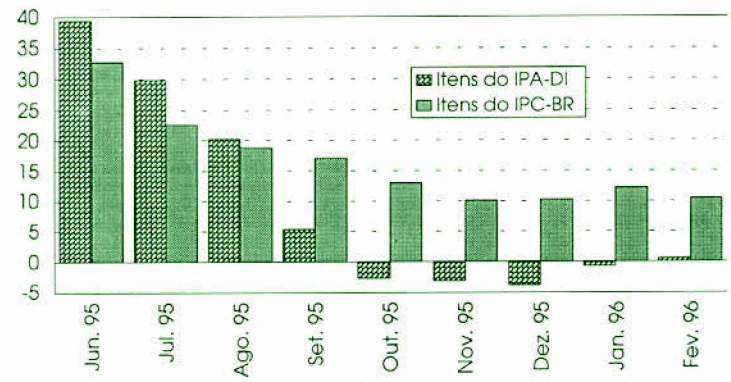
Para o consumidor, os ganhos são muitos, uma vez que as carnes industrializadas também acompanham essa tendência (o item carne e peixes industrializados já acumula uma queda de 1,16% em 1996, ou um acumulado de apenas 3,45% nos últimos 12 meses, bem abaixo dos 14,84% do IGP-DI). Do lado do produtor, entretanto, o cenário é diferente. Ganha de certa forma, pois seu produto é consumido em maior volume. Por outro lado, diante de preços menos remuneradores, só continuarão no mercado os produtores mais eficientes, com menores custos de produção e maior produtividade. Vale ressaltar ainda a tendência de *descomoditização* do mercado de carnes, onde as partes ou cortes passam a ser bem mais valorizados que as peças inteiras.

Iabag — estrutura

O índice FGV/ABG vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado — disponibilidade interna (IPA-DI) — e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do Iabag, assim como sua influência no índice, que resulta do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

Produtos e serviços alimentares estáveis ao consumidor



Carnes: à exceção de aves, índices de preços ainda mostram forte queda

	Iabag/ total	Aves	Bovinos	Suínos	Aves e ovos	Carne bovina	Carne suína	Carnes e peixes industrializados	Pescado
			Itens no atacado						Itens ao consumidor
Out. 1995	(0,93)	(5,08)	3,40	(3,69)	(0,49)	0,31	(1,20)	(0,64)	(1,63)
Nov.	2,92	0,84	3,12	1,97	1,19	3,91	5,73	2,25	1,99
Dez.	(1,03)	11,88	(10,43)	1,89	2,22	(1,53)	9,68	2,81	0,67
Jan. 1996	3,07	5,89	(2,08)	(1,57)	0,92	(2,16)	(3,78)	0,89	10,36
Fev.	0,85	(0,49)	0,41	(3,08)	(0,61)	(1,12)	(3,70)	(2,03)	(1,10)
Acum. plano	42,36	45,29	(2,19)	23,89	23,24	18,47	51,80	19,90	106,41
Acum. 12 meses	3,47	7,63	(13,88)	(17,39)	(1,99)	(2,72)	(12,84)	3,45	4,37
Acum. 1996	3,95	5,37	(1,68)	(4,61)	0,30	(3,26)	(7,34)	(1,16)	9,15

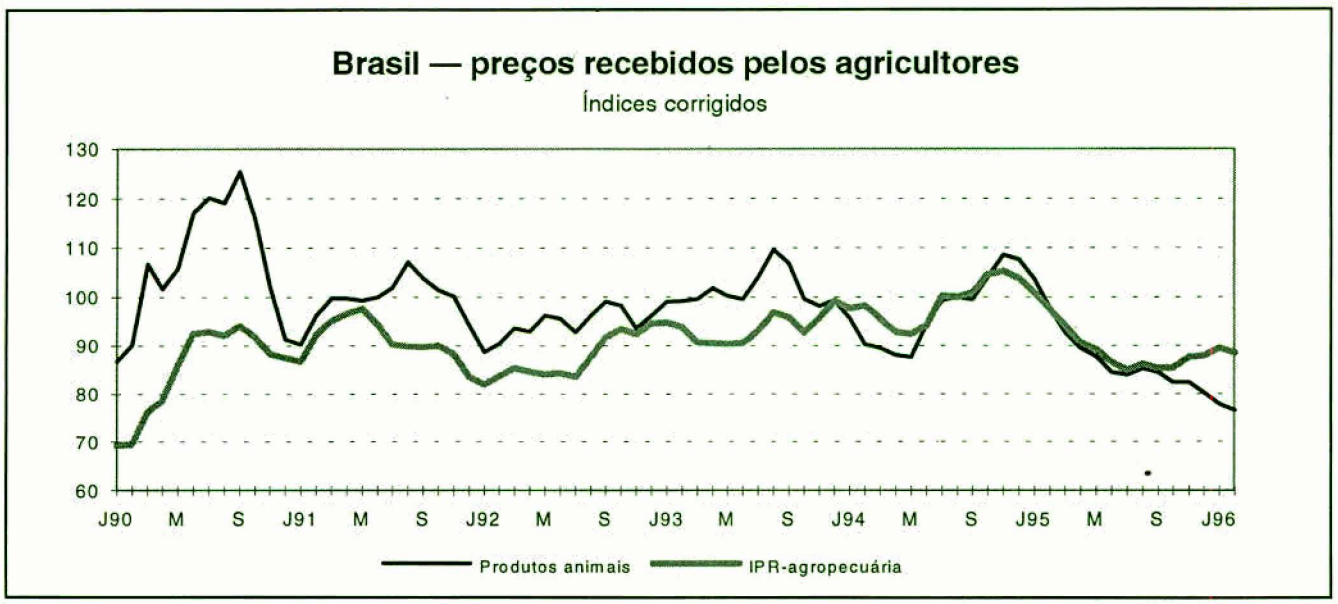
GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
MARIA DAS GRAÇAS SOARES

Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057
Fev. 94	18,735	22,305	14,478	16,425	17,879
Mar.	26,103	30,876	20,382	23,581	25,174
Abr.	35,845	40,526	29,942	33,022	34,806
Maio	50,354	53,874	45,587	46,378	48,890
Jun.	72,980	76,818	67,744	73,149	73,035
Jul.	97,452	97,111	97,989	96,121	96,984
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	103,089	101,389	105,745	101,000	102,362
Out.	109,073	110,509	106,613	108,407	108,848
Nov.	110,429	114,424	104,110	115,871	112,339
Dez.	109,175	114,836	100,499	115,512	111,387
Jan. 95	107,853	113,183	99,639	112,682	109,557
Fev.	106,896	110,407	101,215	107,540	107,190
Mar.	106,082	104,652	107,549	103,853	105,383
Abr.	104,519	101,611	108,367	102,424	103,866
Maio	103,289	97,682	111,640	100,989	102,563
Jun.	103,287	97,938	111,177	99,683	102,100
Jul.	102,833	101,049	104,418	101,294	102,382
Ago.	105,654	105,750	104,173	104,275	105,261
Set.	103,395	104,694	100,093	102,094	103,028
Out.	105,390	108,154	99,878	99,754	103,503
Nov.	111,026	116,162	102,015	101,119	107,605
Dez.	113,373	121,439	100,306	98,861	108,251
Jan.96	120,377	131,544	103,150	97,590	112,128
Fev.	120,190	128,810	106,130	96,640	111,640

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

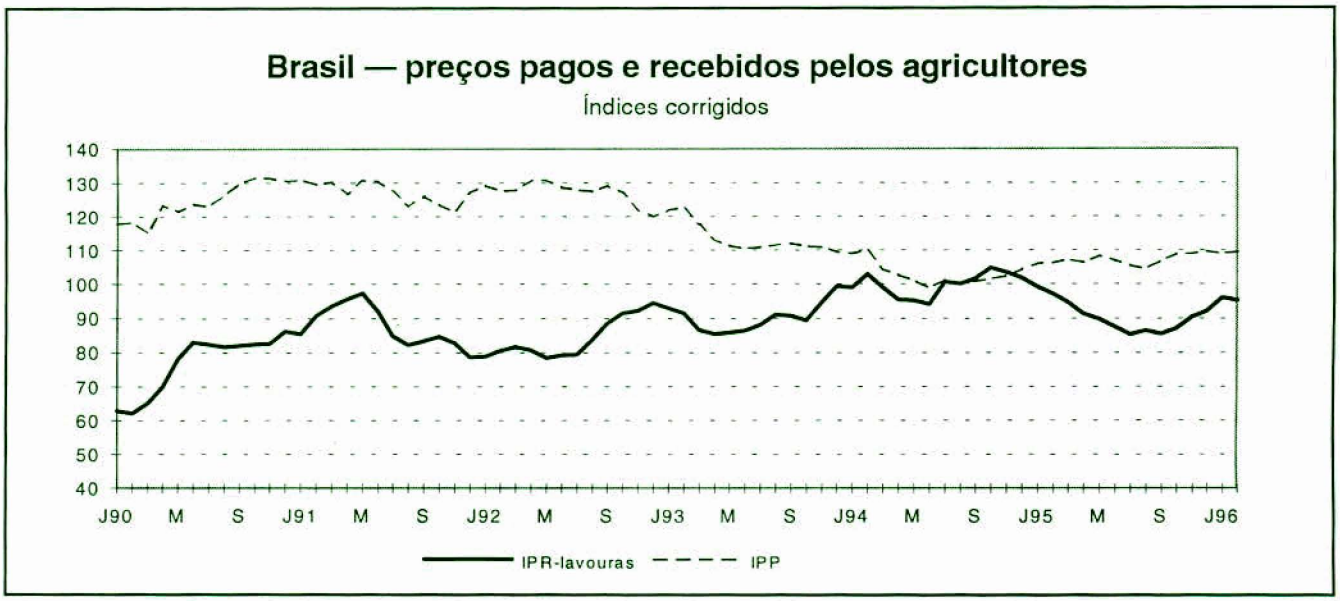
No primeiro bimestre do ano, os preços recebidos pelos agricultores registraram intensa flutuação. Em janeiro registrou-se significativa elevação na cotação das lavouras que foi revertida em fevereiro. Ainda assim, são as lavouras que sustentam o índice de preços recebidos. Os produtos de origem animal continuam sua trajetória declinante.



Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
Fev. 94	19,829	19,829	19,971	20,597	20,030	20,092	20,023
Mar.	28,745	27,081	27,860	27,645	26,890	27,251	27,504
Abr.	39,992	37,386	39,050	39,161	38,679	38,204	38,562
Maio	54,840	53,979	55,321	51,496	52,750	52,730	53,512
Jun.	76,375	78,219	79,235	72,629	79,833	73,444	76,666
Jul.	97,496	98,627	99,945	96,465	99,932	95,074	97,841
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	99,641	99,996	99,178	102,264	100,000	111,166	102,312
Out.	102,530	100,780	99,950	105,580	100,000	122,930	105,700
Nov.	104,794	103,058	100,304	108,168	100,000	134,784	109,203
Dez.	106,705	102,540	100,300	106,988	100,000	149,653	112,025
Jan. 95	106,309	103,892	100,812	108,949	100,000	112,025	115,412
Fev.	105,949	104,451	102,151	110,674	100,000	169,459	116,800
Mar.	106,465	106,425	102,645	114,138	100,000	181,424	120,150
Abr.	106,137	108,584	104,105	115,115	100,000	186,274	121,854
Maio	105,837	108,301	104,061	118,547	100,000	199,198	124,695
Jun.	106,078	108,852	104,211	119,210	100,000	206,690	126,297
Jul.	107,753	108,726	105,509	121,694	100,000	208,647	127,354
Ago.	108,083	110,113	105,743	121,743	100,000	208,023	127,667
Set.	108,690	113,447	106,736	122,312	100,000	209,282	129,069
Out.	109,066	118,036	107,876	121,906	107,336	211,619	131,988
Nov.	109,612	120,981	108,744	122,746	107,336	215,833	133,840
Dez.	110,327	122,683	109,843	123,622	107,336	217,780	134,994
Jan. 96	111,230	124,795	110,551	124,575	107,336	222,214	136,724
Fev.	111,978	125,908	111,491	125,145	107,336	227,798	138,358

Embora os preços pagos pelos agricultores tenham aumentado menos que a inflação medida pelos IGP-DI, sua variação superou a dos preços recebidos, deteriorando a relação de trocas.



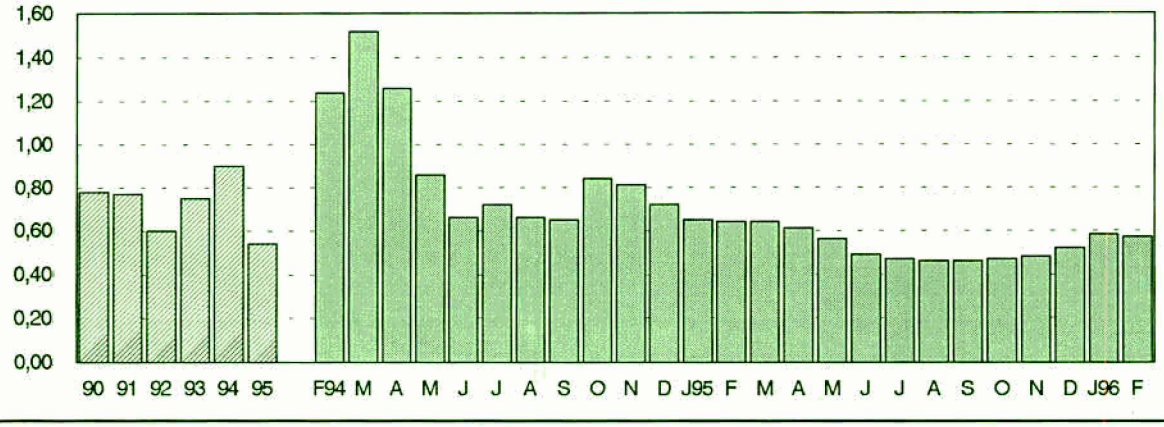
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,50	0,44	0,26	0,34	0,40	16,83	0,67	14,63
1991	0,52	0,51	0,33	0,35	0,42	19,07	0,64	15,63
1992	0,46	0,36	0,24	0,25	0,27	18,89	0,55	16,23
1993	0,51	0,46	0,24	0,27	0,30	16,69	0,69	14,49
1994	0,52	0,41	0,23	0,34	0,47	17,54	1,24	14,95
1995	0,45	0,37	0,19	0,51	0,34	16,23	1,12	13,44
Fev. 94	0,52	0,34	0,25	0,26	0,45	18,07	0,80	16,27
Mar.	0,54	0,36	0,23	0,29	0,45	18,19	0,80	15,21
Abril	0,55	0,33	0,21	0,29	0,57	17,23	0,85	15,60
Maio	0,57	0,35	0,20	0,30	0,49	19,38	1,10	15,43
Jun.	0,54	0,37	0,21	0,31	0,35	20,38	1,23	15,36
Jul.	0,54	0,40	0,22	0,34	0,40	19,17	1,80	15,16
Ago.	0,51	0,42	0,23	0,39	0,43	18,33	1,64	14,68
Set.	0,50	0,42	0,24	0,40	0,61	16,60	1,68	14,52
Out.	0,50	0,51	0,24	0,41	0,58	15,03	1,58	14,38
Nov.	0,50	0,52	0,24	0,43	0,53	15,06	1,41	13,85
Dez.	0,49	0,51	0,25	0,44	0,46	14,76	1,24	13,93
Jan. 95	0,50	0,48	0,24	0,46	0,46	15,67	1,16	13,53
Fev.	0,49	0,44	0,23	0,45	0,44	16,19	1,19	13,43
Mar.	0,50	0,34	0,20	0,48	0,41	18,38	1,29	13,20
Abr.	0,50	0,37	0,19	0,55	0,36	18,21	1,25	12,79
Maio	0,46	0,36	0,18	0,56	0,47	18,88	1,26	13,11
Jun.	0,43	0,36	0,17	0,59	0,58	17,38	1,14	13,05
Jul.	0,41	0,36	0,17	0,59	0,41	14,42	1,04	12,99
Ago.	0,40	0,32	0,18	0,57	0,26	14,76	1,07	13,29
Set.	0,41	0,32	0,18	0,48	0,22	14,60	1,04	13,34
Out.	0,44	0,34	0,18	0,47	0,19	14,64	1,01	14,06
Nov.	0,45	0,36	0,19	0,46	0,17	16,08	1,01	14,17
Dez.	0,47	0,36	0,19	0,44	0,16	15,50	0,95	14,29
Jan. 96	0,47	0,34	0,21	0,42	0,19	14,73	0,98	14,14
Fev.	0,47	0,33	0,21	0,43	0,17	14,40	1,08	14,10

A entrada da nova safra reverteu a recuperação dos preços da leguminosa.

Brasil — feijão — preços recebidos pelos agricultores

(em R$ de fevereiro de 1996/kg)



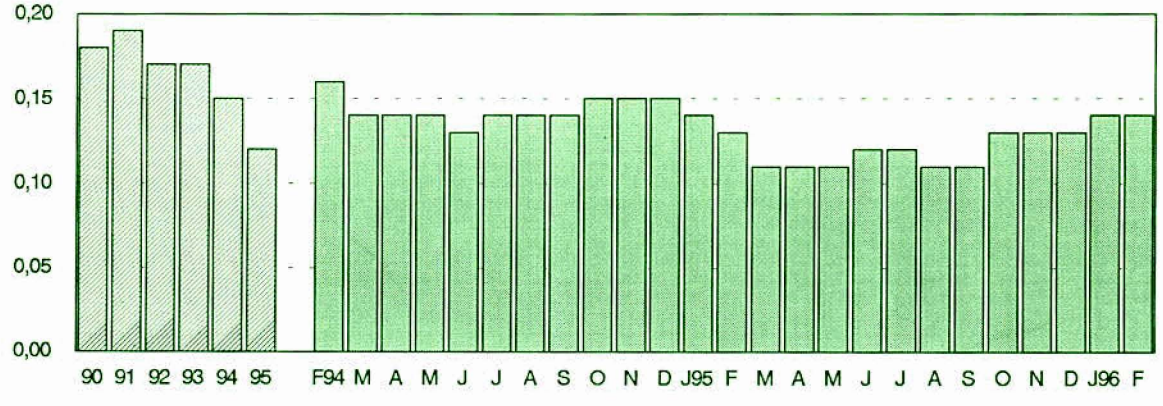
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,78	1,72	3,59	0,18	52,01	0,21	0,47	0,17
1991	0,77	1,79	2,76	0,19	62,28	0,26	0,40	0,17
1992	0,60	2,48	2,72	0,17	70,40	0,27	0,38	0,20
1993	0,75	2,22	2,15	0,17	69,86	0,26	0,35	0,18
1994	0,90	1,91	2,90	0,15	50,18	0,23	0,45	0,15
1995	0,54	1,77	2,78	0,12	70,78	0,17	0,41	0,15
Fev. 94	1,24	1,99	3,42	0,16	66,33	0,28	0,41	0,16
Mar.	1,52	1,91	3,04	0,14	55,86	0,25	0,41	0,14
Abr.	1,26	1,86	2,88	0,14	46,41	0,23	0,37	0,14
Maio	0,86	1,99	2,36	0,14	39,89	0,23	0,29	0,15
Jun.	0,66	2,03	2,28	0,13	38,31	0,25	0,22	0,15
Jul.	0,72	1,97	2,45	0,14	36,56	0,22	0,26	0,16
Ago.	0,66	1,91	2,41	0,14	46,88	0,21	0,44	0,15
Set.	0,65	1,84	2,71	0,14	48,17	0,21	0,73	0,15
Out.	0,84	1,80	3,01	0,15	47,68	0,21	0,74	0,16
Nov.	0,81	1,81	3,30	0,15	56,27	0,20	0,57	0,15
Dez.	0,72	1,80	3,64	0,15	59,41	0,20	0,46	0,16
Jan. 95	0,65	1,85	3,94	0,14	67,25	0,20	0,31	0,16
Fev.	0,64	1,84	3,31	0,13	69,69	0,20	0,41	0,16
Mar.	0,64	1,80	3,68	0,11	71,98	0,17	0,54	0,16
Abr.	0,61	1,77	3,65	0,11	69,61	0,15	0,64	0,15
Maio	0,56	1,78	3,28	0,11	72,84	0,14	0,65	0,15
Jun.	0,49	1,77	2,70	0,12	73,52	0,14	0,64	0,14
Jul.	0,47	1,73	2,35	0,12	71,60	0,16	0,33	0,14
Ago.	0,46	1,70	2,10	0,11	71,21	0,18	0,30	0,14
Set.	0,46	1,73	2,10	0,11	66,59	0,18	0,26	0,15
Out.	0,47	1,72	2,18	0,13	70,23	0,18	0,22	0,15
Nov.	0,48	1,71	2,12	0,13	69,73	0,20	0,29	0,16
Dez.	0,52	1,83	1,91	0,13	75,08	0,21	0,38	0,16
Jan. 96	0,58	1,97	1,76	0,14	76,01	0,22	0,42	0,16
Fev.	0,57	2,05	1,66	0,14	68,60	0,21	0,38	0,17

No caso do milho, o início da colheita não foi suficiente para reverter a tendência dos preços, que se mantiveram estáveis.

Brasil — milho — preços recebidos pelos agricultores

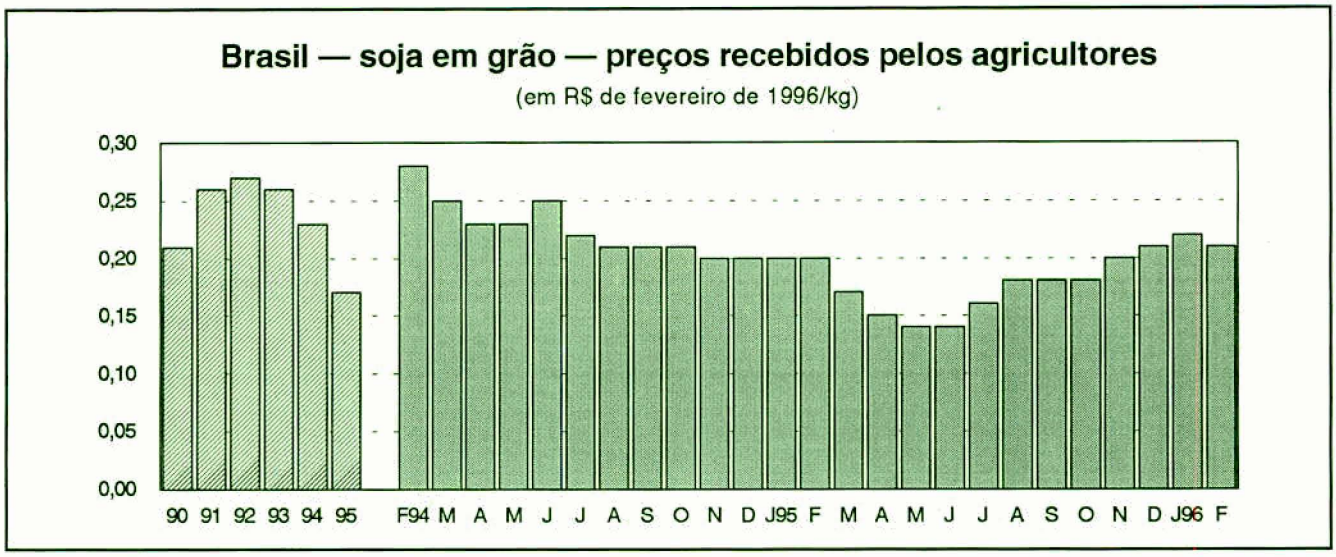
(em R$ de fevereiro de 1996/kg)



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de fevereiro de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,68	0,25	1,21	0,18	0,32	165,97	33,81	814,22
1991	0,40	0,20	0,99	0,18	0,28	147,01	31,17	656,55
1992	0,42	0,22	0,82	0,17	0,24	133,98	29,74	561,91
1993	0,43	0,25	0,88	0,18	0,49	144,41	31,52	599,74
1994	0,34	0,25	1,43	0,21	0,32	166,50	30,59	750,47
1995	0,47	0,25	1,68	0,26	0,43	147,28	24,88	826,71
Fev. 94	0,32	0,26	0,85	0,19	0,33	144,44	29,41	585,90
Mar.	0,36	0,30	0,89	0,24	0,29	146,54	29,61	578,96
Abr.	0,31	0,30	1,33	0,24	0,29	147,89	28,95	596,46
Maio	0,36	0,27	1,59	0,24		149,15	25,71	640,29
Jun.	0,29	0,25	1,18	0,19		164,72	31,15	715,37
Jul.	0,38	0,22	1,61	0,18		172,35	28,83	762,54
Ago.	0,34	0,23	1,71	0,16		179,42	29,69	808,66
Set.	0,32	0,24	1,68	0,20		181,91	29,38	846,23
Out.	0,42	0,24	1,81	0,23		190,40	33,74	912,23
Nov.	0,40	0,24	1,84	0,25		189,67	35,51	954,44
Dez.	0,42	0,25	1,75	0,25		186,60	33,22	998,98
Jan. 95	0,42	0,26	1,63	0,24	0,60	176,81	29,29	944,78
Fev.	0,47	0,25	1,68	0,26	0,44	175,73	28,37	933,42
Mar.	0,45	0,26	1,75	0,28	0,51	168,57	27,07	903,78
Abr.	0,47	0,26	1,87	0,28	0,00	159,45	25,39	856,64
Maio	0,51	0,25	1,77	0,25	0,61	151,74	24,05	835,58
Jun.	0,73	0,26	1,75	0,25		140,63	22,78	804,13
Jul.	0,81	0,25	1,66	0,24		134,55	23,40	796,84
Ago.	0,58	0,24	1,62	0,24		134,72	24,19	785,26
Set.	0,48	0,24	1,67	0,25		134,32	23,61	778,09
Out.	0,32	0,25	1,64	0,27		133,17	23,73	778,33
Nov.	0,22	0,25	1,61	0,26		131,01	24,00	756,70
Dez.	0,18	0,26	1,55	0,25		126,68	22,71	746,94
Jan. 96	0,23	0,26	1,52	0,23	0,58	120,35	21,41	714,78
Fev.	0,27	0,27	1,54	0,22	0,42	116,97	21,25	703,88

Também no caso da soja, a entrada da safra reverteu a tendência dos preços. No Paraná a colheita foi expressiva, tornando o estado o primeiro produtor do país.



ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS

Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1996/unidade)

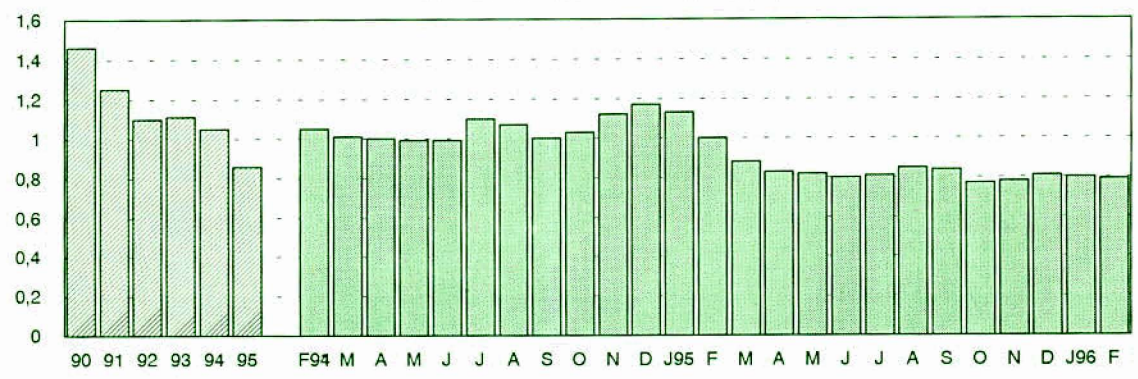
Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	499,61	20,21	1,46	0,34	30,24	0,91	3,40	310,83
1991	410,51	19,34	1,25	0,32	17,85	0,79	3,98	268,71
1992	350,42	16,75	1,10	0,30	28,28	0,77	2,57	250,21
1993	373,08	18,72	1,11	0,31	23,49	0,86	2,67	262,32
1994	456,12	17,22	1,05	0,28	27,86	0,81	3,10	293,39
1995	463,13	15,61	0,86	0,29	34,52	0,66	5,26	258,94
Fev. 94	375,14	15,97	1,05	0,25	22,21	0,75	2,44	260,22
Mar.	368,17	15,89	1,01	0,24	22,78	0,79	2,48	267,29
Abr.	368,46	14,51	1,00	0,25	24,26	0,81	2,52	270,09
Maio	399,74	14,42	0,99	0,27	25,25	0,81	2,74	252,97
Jun.	431,22	15,99	0,99	0,27	25,68	0,82	2,93	286,29
Jul.	464,83	17,03	1,10	0,30	28,91	0,95	3,20	297,70
Ago.	497,83	17,01	1,07	0,30	28,61	0,92	3,37	308,30
Set.	510,49	18,08	1,00	0,31	30,97	0,83	3,46	311,39
Out.	541,88	19,22	1,03	0,30	34,32	0,74	3,66	327,10
Nov.	557,84	19,90	1,12	0,31	33,15	0,77	3,75	338,70
Dez.	577,40	20,98	1,17	0,31	34,37	0,78	4,03	333,83
Jan. 95	540,08	20,45	1,13	0,31	36,32	0,79	4,61	307,35
Fev.	526,26	18,96	1,00	0,30	34,57	0,75	4,80	306,96
Mar.	506,22	17,81	0,88	0,29	35,49	0,70	4,93	292,61
Abr.	521,68	16,72	0,83	0,30	35,06	0,67	5,03	274,19
Maio	474,86	15,63	0,82	0,31	35,74	0,66	5,30	260,92
Jun.	441,22	14,49	0,80	0,30	34,36	0,66	5,55	244,55
Jul.	436,30	13,96	0,81	0,29	34,75	0,63	5,56	239,37
Ago.	431,63	14,06	0,85	0,29	35,30	0,63	5,51	238,66
Set.	427,67	14,11	0,84	0,29	36,43	0,60	5,61	236,33
Out.	424,32	13,88	0,77	0,28	37,52	0,58	5,58	238,27
Nov.	416,89	13,70	0,78	0,28	30,79	0,60	5,50	236,07
Dez.	410,43	13,53	0,81	0,27	27,86	0,61	5,19	232,02
Jan. 96	396,06	13,06	0,80	0,26	26,75	0,61	5,25	218,61
Fev.	383,10	12,76	0,79	0,25	26,84	0,64	5,16	216,01

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

Os preços da ave não conseguem acompanhar a recuperação das cotações do milho. Espera-se uma redução dos plantéis.

Brasil — frango para corte — preços recebidos pelos criadores

(em R$ de fevereiro de 1996/15kg)



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 22 de março e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 1996.

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros										Tendência	Fatores ponderáveis
	Março 1995	Fevereiro 1996	1 a 20 março 1996	15 a 20 março 1996	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Açúcar raw US¢/lb-peso	14,27	12,21	12,03	12,35			12,03		10,95			10,57					→	As cotações do açúcar branco começaram a ceder. As perspectivas de boas safras brasileira e cubana devem pressionar as cotações do demerara para baixo. A decisão do Plano de Safra brasileiro poderá entretanto agitar o mercado.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	104,72	84,19	83,76	84,52			83,76		84,52			81,47		79,91			→	As cotações têm sido ultimamente orientadas pelo desenvolvimento da colheita na América do Sul, que vinha sendo prejudicado pelas intensas chuvas na região. Com a melhoria das condições para colheita, as cotações devem se acalmar.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.362,17	1.273,20	1.232,00	1.223,00			1.232,00		1.257,00		1.279,00			1.314,00			→	Há sinais de diminuição nos embarques do cacau da Costa do Marfim. Por outro lado, a safra temporã brasileira se desenvolve bem. Os grandes processadores mundiais têm entrado no mercado apenas para suprir suas demandas no curto prazo.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	174,78	121,39	118,87	124,54	118,87		115,13		113,82		112,76			111,63			→	Colheita da safra da América Central transcorre sem problemas. É grande a expectativa quanto à divulgação do último levantamento sobre a safra brasileira a ser colhida em meados de 1996.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Março 1995	Fevereiro 1996	1 a 20 março 1996	15 a 20 março 1996	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Milho two yellow US¢/ bushel	246,32	374,35	392,04	395,45	392,04		386,00		377,29		327,45			314,50			↗	O mercado continua influenciado pela queda de 40% prevista para os estoques finais mundiais da safra 1995/96 ante os de 1994/95.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	576,60	729,93	716,89	713,85	716,89		726,57		734,63	735,45	726,68		724,66		730,38		↗	Apesar da recuperação de boa parte das lavouras brasileiras, com as chuvas a partir de janeiro, permanece a situação de aperto na oferta.
Soja-farelo US$/ tonelada	163,40	230,16	226,77	223,22	226,77		230,81		233,91	234,35	233,75	231,21					↗	Prossegue elevada a demanda de farelos protéicos.
Suco de laranja US¢/lb-peso	103,71	124,01	132,27	133,64			132,27			130,85	128,70		125,41		124,04		→	Embora a previsão da safra de laranjas da Flórida realizada em março tenha sido 2% menor do que a do mês anterior, por outro lado houve ligeira recuperação no rendimento esperado da frente para o fabrico de suco concentrado.
Trigo soft red U$¢/ bushel	348,86	514,11	518,86	530,60	518,86		486,50		453,20		456,59			467,45			↗	A safra norte-americana está sendo muito prejudicada por problemas climáticos, já que as chuvas não compensaram os danos da estiagem.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ mediante a divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-DI (da nova base, após a implantação do real) para fevereiro de 1996. Os valores de março são nominais.

Produtos \ Preços	Março 1995	Fevereiro 1996	1 a 20 março 1996	15 a 20 março 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	28,08	27,26	24,99	24,57	↘	Com a safra sendo colhida, a tendência é de baixa. Nos próximos dois meses, caso a indústria se comprometa a adquirir as 50.000t/mês de safra nacional, esta tendência poderá reverter ou, pelo menos, estabilizar as cotações.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	28,12	30,18	28,29	28,00	↘	Há uma forte pressão baixista devido ao período de safra. As indústrias se retraem nas compras de arroz em casca, deprimindo ainda mais os preços. Somente a intervenção do governo, comprando produto, poderá reverter essa tendência.
Boi gordo R$/arroba	27,14	22,00	21,84	21,50	↘	Abril e maio são os meses de pico, de safra e a larga oferta de frango a preço baixo aliada a um quadro estável de consulta são fatores de baixa. Com a estabilidade dos preços, o consumidor deixa de fazer estoques, pressionando ainda mais o mercado.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	193,77	161,71	151,59	149,83	↘	Leilões dos estoques oficiais reduzem a escassez interna. Aumentam as pressões para que o governo aumente as quantidades ofertadas a cada leilão e flexibilize as exigências para a participação das empresas nos leilões.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

Mercado interno

Produtos / Preços	Março 1995	Fevereiro 1996	1 a 20 março 1996	15 a 20 março 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	35,99	38,82	42,50	42,50	→	A quebra da safra de Irecê e as perdas na primeira safra da região Sul devido à seca não causaram o impacto esperado no mercado. A segunda safra está sendo avaliada com muito otimismo, devendo superar o volume produzido na primeira, tradicionalmente a mais importante. Fatores conjunturais, entretanto, como chuvas na colheita da região Sul, podem manter o mercado aquecido.
Frango vivo R$/kg	0,69	0,67	0,68	0,68	↗	No bimestre janeiro-fevereiro, a queda acumulada da produção de frangos já alcançava 3%, numa manobra do setor para buscar aumento da remuneração aos criadores.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	7,73	8,46	7,84	7,69	↘	O pico da colheita no Centro-Sul vem forçando a queda dos preços, apesar da certeza quanto à menor disponibilidade do produto no atual ano-safra, comparativamente ao anterior.
Soja-grão industrial R$/60kg	10,81	14,06	13,28	13,11	→	A atual safra vem sendo comercializada com rapidez, o que pressiona o mercado, informado de que muitas lavouras recuperaram-se no mês de fevereiro.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Brasil — soja em grãos

O forte aumento das importações brasileiras desde 1993/94 explica-se pelas compras do produto estrangeiro no sistema de *draw-back*, para ser processado internamente durante a entressafra nacional.

1992/93 a 1995/96[P]

Item	1992/93	1993/94	1994/95[e]	1995/96[P]
Estoque inicial	691,70	1.287,90	1.419,20	1.216,30
Produção	23.042,00	25.059,10	25.934,10	22.982,20
Importação	10,00	900,00	1.000,00	1.000,00
Suprimento	23.743,70	27.247,00	28.353,30	25.198,50
Esmagamento	16.771,00	18.870,00	21.300,00	19.400,00
Semente e outros	1.518,70	1.591,10	1.737,00	1.800,50
Consumo aparente	18.289,70	20.461,10	23.037,00	21.200,50
Exportação	4.166,10	5.366,70	4.100,00	3.200,00
Estoque final	1.287,90	1.419,20	1.216,30	798,00

Brasil — óleo de soja em bruto

A retração de 25% esperada nas exportações em 1995/96 deve-se à expectativa de aumento do consumo interno, causado pela recuperação do poder de compra das classes de renda mais baixa.

1992/93 a 1995/96[P]

Item	1992/93	1993/94	1994/95[e]	1995/96[P]
Estoque inicial	138,00	278,30	229,40	226,40
Produção	3.116,00	3.585,30	4.047,00	3.686,00
Importação	94,00	310,00	300,00	300,00
Suprimento	3.348,00	4.173,60	4.576,40	4.212,40
Consumo aparente	2.310,00	2.400,00	2.600,00	2.600,00
Exportação	759,70	1.544,20	1.750,00	1.320,00
Estoque final	278,30	229,40	226,40	292,40

Brasil — farelo de soja

Após o recorde de suprimento observado em 1994/95, a disponibilidade desta commodity deverá retroceder 7% na atual temporada devido à queda de 9% esperada em sua produção.

1992/93 a 1995/96[P]

Item	1992/93	1993/94	1994/95[e]	1995/96[P]
Estoque inicial	328,00	485,90	426,60	663,60
Produção	13.249,10	14.907,30	16.827,00	15.326,00
Importação	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento	13.577,10	15.393,20	17.253,60	15.989,60
Consumo aparente	3.520,00	4.460,00	4.990,00	5.089,00
Exportação	9.571,20	10.506,60	11.600,00	10.500,00
Estoque final	485,90	426,60	663,60	400,60

Brasil — milho

A queda de 14% esperada na produção da safra 1995/96 reflete o desinteresse dos agricultores pelo plantio do grão, deflagrado a partir dos baixos preços recebidos ao longo do ano passado.

1992/93 a 1995/96[P]

Item	1992/93	1993/94	1994/95[e]	1995/96[P]
Estoque inicial	3.489,00	3.419,30	5.425,30	7.205,40
Produção	29.207,40	33.173,50	37.329,10	32.151,40
Importação	1.497,90	1.564,50	898,00	1.500,00
Suprimento	34.194,30	38.157,30	43.652,40	40.856,80
Consumo aparente	30.775,00	32.732,00	36.447,00	37.904,90
Estoque final	3.419,30	5.425,30	7.205,40	2.951,90

Fonte: Conab (fevereiro de 1996).
[e] Estimativa.
[P] Previsão.

1996: primeiras estatísticas em nível nacional

Os primeiros números do acompanhamento da safra confirmam os dados da fase de intenção de plantio no Centro-Sul: a área destinada às lavouras deverá reduzir-se de cerca de 5%, uma das maiores quedas dos últimos 10 anos. Obviamente, na queda não está computada a área destinada à safra de inverno nem à segunda safra de produtos como o milho. Os números relativos ao Nordeste são parciais. Contudo, os produtos e regiões investigados são bastante representativos, em torno de 70% do total.

Quanto à produção a ser obtida, os números parecem, no conjunto, menos negativos. Dos 30 produtos pesquisados, apenas oito deverão registrar queda. Entretanto, entre esses oito alguns são da maior importância: algodão herbáceo (-2%), arroz (-13%), milho, primeira safra (14%) e soja (15%). Estes são também os produtos em que o levantamento é mais completo, praticamente todas as informações estão disponíveis.

Para a safra de inverno devem-se esperar boas notícias; tudo indica que o trigo registrará sensível recuperação. Na seção Legislação, apresentamos as medidas anunciadas pelo governo para o apoio a essa lavoura e à segunda safra (a "safrinha") de milho. Espera-se que a produção nordestina também traga boas surpresas.

Produção anual das lavouras (em mil t) e área (em mil ha)

Discriminação	Área			Produção		
	Informantes	1995	1996	Informantes	1995	1996
Abacaxi*	52,38	22,43	24,30	49,56	452,33	525,14
Algodão em caroço		1.095,77	991,33		1.396,17	1.371,71
arbóreo	79,74	72,04	60,56	75,24	6,48	10,36
herbáceo	92,83	1.023,73	930,77	97,61	1.389,69	1.361,35
Alho	1,32	0,17	0,17	0,87	0,52	0,60
Amendoim em casca		70,81	60,26		135,73	112,48
1ª safra	100,00	70,81	60,26	100,00	135,73	112,48
Arroz em casca	89,17	3.906,34	3.481,34	92,01	10.338,55	8.962,71
Banana**	42,80	220,39	223,01	39,45	224,05	227,13
Batata-inglesa		115,06	125,17		1.567,33	1.634,19
1ª safra	100,00	99,28	107,89	100,00	1.433,34	1.486,62
2ª safra	27,25	15,78	17,28	16,49	134,00	147,57
Cacau	2,86	21,13	21,13	1,21	3,86	3,86
Café em coco	69,56	1.320,13	1.319,52	71,78	1.334,71	1.387,36
Cana-de-açúcar	92,48	4.202,61	4.268,03	94,65	285.439,51	289.522,83
Castanha de caju	82,50	534,21	543,70	78,04	128,10	136,24
Cebola	92,48	67,62	71,30	91,77	832,57	897,49
Coco-da-baía*	28,78	68,39	70,57	28,56	271,17	278,60
Feijão em grão		3.006,06	3.362,33		1.566,62	1.905,33
1ª safra	93,30	2.421,50	2.748,62	94,49	1.276,18	1.577,78
2ª safra	26,70	584,57	613,71	22,26	292,45	327,56
Fumo em folha	92,95	269,50	286,92	95,97	435,12	460,71
Guaraná	58,57	4,57	4,44	16,06	0,33	0,50
Laranja*	12,77	105,24	105,88	6,39	6.288,10	6.196,52
Maçã*	45,80	12,26	12,19	50,33	1.745,16	1.700,56
Mamona	99,89	76,11	124,75	99,80	33,34	105,10
Mandioca	64,11	1.269,76	1.326,36	66,55	16.994,52	17.281,43
Milho em grão		11.463,27	10.768,04		31.884,37	27.279,03
1ª safra	92,89	11.463,27	10.768,04	97,29	31.884,37	27.279,03
Pimenta-do-reino	8,22	1,53	1,53	8,37	2,83	2,81
Sisal (sisal)	0,22	0,34	0,38	0,19	0,23	0,28
Soja em grão	99,83	11.630,92	10.312,83	99,86	25.544,76	21.698,41
Sorgo em grão	35,74	52,84	62,42	30,79	80,28	131,22
Tomate	83,85	51,94	49,40	88,77	2.426,74	2.279,72
Uva	74,68	45,11	44,77	70,49	584,47	533,96
Total		39.634,43	37.662,06			

Fonte: IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola.* Última previsão, fevereiro de 1996.
A coluna "informantes" registra a participação das unidades da Federação que informaram a área e a produção de cada produto em relação ao total da área e da produção nacionais.
* Produção em milhões de frutos; ** produção em milhões de cachos.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Janela aberta

Um novo modelo agrícola para competir



ROBERTO RODRIGUES

Ninguém tem dúvidas de que 1995 foi um dos piores anos da história da agricultura brasileira. As colunas dorsais de sustentação do Plano Real — política monetária e política cambial —, somadas a safra recorde, preços agrícolas baixos (até pelo descumprimento do PGPM), importações favorecidas, além do custo Brasil (sobretudo pela vertente tributária), levaram a uma perda de renda de quase 20% do PIB agrícola nacional em relação a 1994, a um endividamento de outro tanto e a uma redução de valor patrimonial (ativos) superior a 30%. Milhares de agricultores quebraram e deixaram a atividade, o desemprego no campo atingiu níveis nunca vistos e a área plantada na safra de verão caiu 2 milhões de hectares, com implicações negativas para os produtores de insumos. Como resultado, a colheita de 1996 será menor, o que, junto a estoques mundiais baixos, está levando à elevação dos preços de alguns produtos, como trigo, soja e milho. Assim, espera-se este ano a recuperação de parte da renda perdida no ano passado. Mas não de toda ela. É preciso ter presente que o Plano Real não foi o único responsável pelo desastre de 1995. Na verdade, os instrumentos de política agrícola já vinham se deteriorando desde o Plano Cruzado, e perderam eficácia com o Plano Collor.

Por mais importantes que sejam essas questões internas — estabilização da moeda e falência das políticas para o campo —, a globalização da economia e a liberalização dos mercados já são uma realidade. Essas variáveis somadas constituem o maior desafio da agropecuária brasileira: competir. Como diz Galbraith, já está em andamento a terceira guerra mundial, a guerra por mercados e lucros. Uma guerra cuja arma é a competitividade, lastreada em menor custo de produção, eficiência gerencial, incorporação de tecnologia, melhor qualidade. Uma guerra cujo senhor absoluto, em qualquer rincão do planeta, é o consumidor, cada vez mais consciente dos preços, que pouco se importará com a origem dos produtos, desde que sejam melhores e mais baratos. Portanto, é preciso produzir bem, mas o que os consumidores querem, e não o que querem os produtores. O desafio é imenso. A competitividade pode ser considerada uma moeda de duas faces.

A primeira é composta pelas políticas públicas, cuja função é conferir aos agentes econômicos igualdade de condições em relação aos países concorrentes. Não estamos bem nesse ponto, porque nossas políticas públicas só serão isonômicas em relação a nossos concorrentes quando o governo conseguir as reformas que persegue (tributária, administrativa, fiscal, previdenciária) e quando a política cambial e as taxas de juros forem também competitivas. Há pois um grande obstáculo a vencer, com melhor organização política dos agricultores, em parceria com o Legislativo. E naturalmente com melhor imagem perante a opinião pública.

Mas de nada adiantará uma positiva mudança nas políticas públicas se não cuidarmos da outra face da moeda: a organização do setor privado. Há aqui uma tarefa independente do governo. Cabe aos agentes econômicos tratar dela. Nesse ponto, vale uma advertência dolorosa: o modelo agrícola brasileiro baseado na produção de matéria-prima está esgotado. Por mais eficiente que seja gerencial e tecnicamente, o agricultor cuja atuação termina com a venda de sua produção está condenado. É absolutamente fundamental agregar valor à sua produção, para sobreviver. Na última década, os produtos (matéria-prima) norte-americanos e europeus exportados decaíram 4%, enquanto seus alimentos industrializados cresceram 80%, segundo dados de James Austin (Harvard). Agricultores que não se organizarem dentro de um agribusiness ecologicamente sustentável e economicamente equilibrado serão eliminados, como já vem ocorrendo. Enquanto movimentos ideológicos falam em reforma agrária no Brasil, na Argentina cerca de 30 mil fazendas foram incorporadas por outras entre 1961 e 1990. No mundo todo o tamanho das fazendas vem crescendo, porque não é possível sustentar a renda em pequena escala. Como reverter esse processo, permitindo sucesso ao pequeno produtor? De novo, a resposta é a mesma: agregar valor, verticalizar, integrar, reconverter. É o caminho. Isso não é nenhuma novidade. A concorrência quase perfeita entre os agricultores, sempre numerosos, é uma dura realidade universal, como também o é a maior concentração nos setores produtores de insumos e de industrialização de alimentos.

Neste caminho está reservado papel preponderante às cooperativas e às sociedades comerciais de produtores, bem como às integrações. Mas é preciso rever o modelo cooperativo, em busca de melhor eficiência dessas organizações, enxugando-as e profissionalizando-as. E é também indispensável rever as margens de integrações já existentes, redistribuindo melhor a renda na cadeia toda. A meta é a estabilização da renda da agricultura e do agricultor. Que, embora não pareça, são coisas muito distintas. A grande crise na qual estamos mergulhados — e da qual não sairemos com rapidez — será sem dúvida a condenação de muitos milhares de agricultores; mas pode significar a recuperação da agricultura brasileira. Os mercados se abrem para nós, como a China e a renovada ex-URSS, comprando partidas imensas de alimentos. Nenhum outro país tem a fronteira agrícola do Brasil. É preciso pôr mãos à obra: organizadamente, devemos mudar as políticas públicas e saltar para um novo modelo agrícola integrado. Só assim venceremos a guerra.

O autor é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional das Américas.

Agenda

AGRISHOW-96 — de 29 de abril a 4 de maio — Estação Experimental do Instituto Agronômico — Ribeirão Preto — São Paulo.
Agroanalysis estará lá — Procure-nos no *stand* da FGV.